UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

DÉCIO PERRONI RIBEIRO FILHO

A Psicologia e o adolescente em conflito com a lei na história da privação de liberdade na Instituição Fundação Casa - SP: a tensão entre a mudança e a adaptação.

São Paulo
2019

DÉCIO PERRONI RIBEIRO FILHO

A Psicologia e o adolescente em conflito com a lei na história da privação de liberdade na Instituição Fundação Casa - SP: a tensão entre a mudança e a adaptação.

Versão original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: Psicologia Clínica
Orientador: Prof. Dr. Pablo Castanho

São Paulo
2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ribeiro Filho, Décio Perroni
A psicologia e o adolescente em conflito com a lei na história da privação de liberdade na Instituição Fundação Casa - SP: a tensão entre a mudança e a adaptação. / Décio Perroni Ribeiro Filho; orientador Prof. Dr. Pablo de Carvalho Godoy Castanho. -- São Paulo, 2019.
96 f.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Psicologia Institucional. 2. Grupos e Instituição. 3. Psicanálise. 4. Psicossociologia. 5. Psicanálise - Instituições. I. Castanho, Prof. Dr. Pablo de Carvalho Godoy, orient. II. Título.

Nome: RIBEIRO, Décio Perroni Filho.

Título: A Psicologia e o adolescente em conflito com a lei na história da privação de liberdade na Instituição Fundação Casa - SP: a tensão entre a mudança e a adaptação.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientador: Prof. Dr. Pablo Castanho

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À Sílvia, meu encontro,
incentivadora essencial
para o percurso deste
trabalho.

agradecimentos

Ao professor Pablo Castanho, meu orientador a quem admiro desde as primeiras aulas de seu curso na pós-graduação sobre grupos e instituições quando me fez despertar para essa área e pude pensar a ligação entre experiência institucional e teoria, atento ao percurso da pesquisa, pelo incentivo à participação na vida acadêmica, pela disponibilidade em encontrar caminhos e soluções no percurso desta dissertação.

A banca de qualificação, professora Maria Inês Assumpção e Jorge Broide, pelas sugestões e acertos de rumos fundamentais, especialmente quanto ao método, contribuições valiosíssimas para continuidade do trabalho.

Ao grupo de orientação que tive a honra de participar que proporcionou aprendizado e o prazer de pensar juntos: Pablo Castanho, Cecília Brito, Fernando Carvalho, Gustavo Chiesa, Gustavo Vieira, Juliana Ferreira dos Santos Farah, Karla Carolina de Souza Oliveira, Lara Mundin, Luciana Lafraia, Maria Liliana Emparan, Marina Cohen, Rafael Alberto da Silva, Vanessa Santos, Vanessa Tannus.

A Berenice Giannella e Maria Eli Bruno, pelo incentivo e interesse pelo aprofundamento do conhecimento das instituições privativas de liberdade

A Mônica diretora da Escola de formação e capacitação da Fundação Casa e Ana Cristina, guardiã e coordenadora do Centro de Pesquisa e Documentação, pelo incentivo e apoio quanto a operacionalização da pesquisa e pelos debates que tivemos sobre a proposta.

Aos funcionários do Centro de pesquisa e documentação, representados pelo Vinicius, sempre dispostos e prestativos.

Ao Cesar pela paciência da revisão.

Ao meu amigo Eli Camargo, pela paciência de ter lido partes do trabalho, comentar e fazer sugestões fundamentais.

Ao Celso Yokomiso, pela leitura e disponibilidade de pensar sugestões significativas.

Autor: RIBEIRO, Décio Perroni Filho.

Título: A Psicologia e o adolescente em conflito com a lei na história da privação de liberdade na Instituição Fundação Casa - SP: a tensão entre a mudança e a adaptação.

RESUMO

As estruturas de privação de liberdade de crianças e adolescentes em conflito com a lei remontam ao final do século XIX, contudo marcamos o início da década de 40 como marco de uma política pública que buscou no sistema prisional para adultos a inspiração para suas práticas, concepção que chamaremos de modelo correcional repressivo, que indica uma certa lógica de organização e práticas de seus serviços. Apoiado em discussões e referências internacionais, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente institucionaliza outro modo de compreensão, denominado modelo socioeducativo que passaria a partir de então, subsidiar a organização da rede de atenção e as práticas do cotidiano. A mudança com essa nova legislação não se fez automaticamente demandando estudos, como este, que procurem compreender os entraves, mas também os caminhos para tal. Nesse processo a psicologia possui um lugar de destaque e por isso o objetivo deste trabalho é: analisar o discurso da psicologia formalizado em relatórios de uma instituição de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei entre os anos de 1960 e 2017. Como material de pesquisa foi escolhida a pesquisa documental elegendo-se os prontuários dos adolescentes, do sexo masculino, em conflito com a lei e privados de liberdade, por ser o documento armazenador dos relatórios dos profissionais e especialmente da área da psicologia, e que fazem parte da comunicação com o Poder Judiciário. O método qualitativo decorre do referencial escolhido que está sustentado na psicossociologia psicanalítica das instituições representada aqui por Rouchy e Desroche e também se justifica, diante da dificuldade da transposição do modelo correcional repressivo para o socioeducativo demandando investigação qualitativa, sendo elaborado a partir de quatro eixos: 1) a homogeneidade do documento arquivístico, que identifica constância do documento enquanto tipo documental, no caso, os relatórios da área da psicologia; 2) a saturação teórica que a partir da redundância e repetição das características buscadas no material pesquisado, indica que a inclusão de mais material tende a apresentar as mesmas características, e a quantidade já analisada pode ser considerada representativa do conjunto; 3) o conceito de estudo de caso, que busca no conjunto do material de pesquisa, aquele que se apresenta com propriedades singulares e que pode ser compreendido, pode ser apreendido, podendo-se extrair dele a compreensão de outros casos similares com elementos característicos comuns num conjunto maior: 4) organização dos períodos de seleção dos relatórios em função do marco de implantação de políticas públicas da área da infância e adolescência. Esses eixos são complementares entre si. Portanto a partir dos prontuários dos adolescentes partindo-se do Arquivo Geral dos mesmos, montamos um arquivo intermediário de pesquisa, composto por trezentos e vinte prontuários e a partir daí, foi possível chegar a um conjunto dividido por épocas marcantes sobre as políticas públicas para a área, sendo finalizado um montante de seis prontuários o qual nomeei Arquivo de Pesquisa: para o período de 1964 a 1974 dois prontuários; 1974 a 1990 um prontuário; 1990 a 2005 um prontuário; 2005 a 2017 dois prontuários. Extraímos do Arquivo de Pesquisa para análise cinco categorias recorrentes nos relatórios que são: A) a psicologia e o indivíduo psicológico, que revela uma psicologia voltada à análise e interpretação de testes psicológicos; B) seguindo as regras, é uma categoria que demonstra uma preocupação marcante com as regras institucionais como fundamento da organização disciplinar do cotidiano; C) o arrependimento, pode aparecer como uma espécie de substituição à responsabilização

intrínseca à medida socioeducativa; D) sim, é possível a escuta, é uma categoria emergente demonstrando uma psicologia voltada à compreensão dos fenômenos psíquicos e a possibilidade de intervenção no cotidiano; E) a presença da ausência, é sobre aquilo que sabe-se presente mas não se demonstra nos relatos, como a intensa presença das igrejas e sua influência na vida psíquica dos adolescentes; as influências de organizações criminosas no funcionamento psíquico do adolescente no sentido de construção de ideal de eu, e também um aspecto essencial que é a violência institucional. No conjunto das categorias elaboradas, percebe-se a recorrência e prevalência nos relatórios dos psicólogos da utilização de uma linguagem estranha ao saber da psicologia. Este trabalho é baseado na leitura psicanalítica da instituição através do conceito de adaptação e mudança desenvolvido por Rouchy e Desroche, considerando-se os processos inconscientes de organização dos grupos institucionais. Nesse sentido, percebe-se marcas institucionais nos relatórios que no contexto geral da instituição a psicologia ocupa uma posição indiferenciada na sua especificidade, mostrando através da referência citada, a condição de adaptação institucional.

Palavras Chave: 1. Psicologia Institucional. 2. Grupos e Instituição. 3. Psicanálise. 4. Psicossociologia. 5. Psicanálise - Instituições. I. Castanho, Prof. Dr. Pablo de Carvalho Godoy, orient. II. Título

Author: RIBEIRO, Décio Perroni Filho.

Title: The psychology and the adolescent in conflict with the law, in the history of deprivation of freedom in the institution Fundação Casa – SP: the thension between the change and the adaptation.

ABSTRACT

The structures of deprivation of liberty of children and adolescents in conflict with the law go back to the end of the nineteenth century, but we marked the beginning of the 1940s as a mark of a public policy that sought in the prison system for adults the inspiration for their practices, conception which we will call a repressive correctional model, that indicates a certain logic of organization and practices of its services. Based on international discussions and references, in 1990 the "Child and Adolescent Statute" institutionalized another mode of understanding, called the ´socio-educational model´ that would then be used to subsidize the organization of the care network and daily practices. The change with this new legislation was not automatically fulfilled but demanded studies, like this one, that try to understand the obstacles, but also the ways for such. In this process psychology has a prominent place and therefore the objective of this work is: analyze the discourse of psychology formalized in reports of an institution of deprivation of freedom of adolescents between the years of 1960 and 2017. As research material was chosen the documentary research by choosing the medical records of adolescents, male, in conflict with the law and deprived of liberty, as the document storing the reports of professionals and especially in the area of psychology, and which is part of the communication with the Judiciary. The qualitative method derives from the chosen frame of reference that is based on the psychoanalytic psycho-sociology of the institutions represented here by Rouchy and Desroche and is also justified by the difficulty of transposing the repressive correctional model to the socio-educational, demanding qualitative research, being elaborated from four axes: 1) the homogeneity of the archival document, which identifies constancy of the document as a documentary type, in this case, the reports of the area of psychology; 2) the theoretical saturation that, based on the redundancy and repetition of the characteristics sought in the researched material, indicates that the inclusion of more material tends to present the same characteristics, and the quantity already analyzed can be considered representative of the set; 3) the concept of a case study, which searches in the whole of the research material, that which presents itself with unique properties and can be understood, can be grasped, and it can be extracted from it the understanding of other similar cases with common characteristic elements in a larger group: 4) organization of the periods of the reporting periods according to the framework of implementation of public policies in the area of childhood and adolescence. These axes are complementary to each other. Therefore, from the medical records of the adolescents starting from the General Archives of the same, we set up an intermediary archive of research, composed of three hundred and twenty medical records and from there, it was possible to arrive at a set divided by marked periods on the public policies for the area, and an amount of six medical records was finalized, which I named Research Archive: for the period 1964 to 1974, two medical records; 1974 to 1990, one medical record; 1990 to 2005, one medical record; 2005 to 2017, two medical records. We extracted from the Research Archive for analysis five recurring categories in the reports that are: A) psychology and the psychological individual, which reveals a psychology focused

on the analysis and interpretation of psychological tests; B) following the Rules, it is a category that shows a marked concern with the institutional rules as the foundation of the daily disciplinary organization; C) repentance may appear as a kind of substitution for the accountability intrinsic to the socio-educational measure; D) yes, it is possible to listen, it is an emerging category demonstrating a psychology focused on the understanding of psychic phenomena and the possibility of daily intervention; E) The presence of absence is about what is known but not demonstrated in the reports, such as the intense presence of the churches and their influence on the psychic life of adolescents; the influences of criminal organizations on the psychic functioning of the adolescent in the sense of building ideal of self, and also an essential aspect that is institutional violence. In the set of categories elaborated, one can perceive the recurrence and prevalence in the reports of the psychologists of the use of a foreign language to the knowledge of psychology. This work is based on the psychoanalytic reading of the institution through the concept of adaptation and change developed by Rouchy and Desroche, considering the unconscious processes of organization of institutional groups. In this sense, one can perceive institutional marks in the reports that in the general context of the institution the psychology occupies an undifferentiated position in its specificity, showing through the cited reference, the condition of institutional adaptation.

Key Words:1. Institutional Psychology, 2. Groups and Institution, 3. Psychoanalysis, 4. Psychosociology, 5. Psychoanalysis-Instituitions. I. Castanho, Prof. Dr. Pablo de Carvalho Godoy, orient. II. Título

SUMÁRIO

Introdução 12
Capítulo 1. Breve história do adolescente em conflito com a lei 22
1.1 A abordagem legal 22
1.2 FUNABEM a política Janus Bifronte. 29
1.3 O ECA 32
1.4 O SINASE 35
1.5 FEBEM – SP 37
Capítulo 2. Mudança Institucional? 38
2.1 A estruturas de organização e a mudança institucional 38
a) Estrutura Carismática 39
b) Estrutura Burocrática 39
c) Estrutura tecnocrática 40
d) Estruturas Cooperativas 41
e) Estrutura em Rede 42
2.2 A estrutura tipológica da Fundação Casa - SP 42
2.3 Vida psíquica nas organizações 43
2.4 Na Fundação Casa a mudança institucional é possível? 46
2.5 Reflexão sobre a produção e reprodução dos valores instituintes no cotidiano das práticas institucionais da Fundação Casa 50
Capítulo 3. Metodologia 59
3.1 Objetivo 59
3.2 Definição do material de pesquisa 59
3.3 O Universo dos Prontuários: o Arquivo geral 62
3.4 Espécies e Tipos Documentais 63
3.5 A construção do material de pesquisa: o Arquivo de Pesquisa 67
3.6 Sobre as normativas de elaboração dos relatórios, referências oficiais e institucionais 74
3.7 Forma de análise dos resultados 77
Capítulo 4 – Apresentação, análise e discussão dos dados 79
4.1 Apresentação e análise: as categorias 79
a) A Psicologia e o indivíduo psicológico 79
b) Seguindo as Regras 81
c) O arrependimento 84
d) Sim, é possível a escuta 84
e) A presença da ausência 85
Conclusão 88
Referências 93

Introdução

Este trabalho de pesquisa se origina na experiência profissional e pessoal do pesquisador em uma instituição de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei a quem se atribua, pelo Poder Judiciário, a autoria de ato infracional. Para esta introdução, peço licença ao leitor para utilizar a narrativa na primeira pessoa do singular, pois esta inicial relaciona-se com a longa experiência do pesquisador na instituição onde a pesquisa acontecerá, possuindo caráter autobiográfico. Pichon-Rivière, nos diz sobre o vivido e o pensado na elaboração do próprio pensamento:

> Como crônica do itinerário de um pensamento, ele será necessariamente autobiográfico, na medida em que o esquema de referência de um autor não só se estrutura como uma organização conceitual, mas se sustenta em alicerce motivacional, de experiências vividas. É através dela que o investigador construirá seu mundo interno, habitado por pessoas, lugares e vínculos que, articulando-se com um tempo próprio, num processo criador, irão configurar a estratégia da descoberta. (Pichon-Rivière, 2005, p. 1)

Nesse sentido a valorização da experiência se constitui também como componente da organização e elaboração da referência ou das referências que formam uma concepção teórica metodológica. Contudo, importante frisar, não se trata de um relato de experiência, como se fora um registro etnográfico, próprio dos antropólogos, mas sim, descobertas provindas da reflexão sobre a prática, na relação com outros do mesmo lugar, num processo dialético entre o vivido e o pensado, articulada com a aproximação da teoria de base psicanalítica dos processos grupais e institucionais.

Desde o período da formação na universidade, (1985 - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) meu interesse e perspectiva de atuação profissional nas instituições foi maior do que a clínica de consultório particular. Nessa fase as instituições eram priorizadas como campo dos estágios das disciplinas, na perspectiva clínica de atuação e intervenção, como hospitais psiquiátricos, prisões, escolas, visando me aproximar da realidade de um campo específico e singular para a clínica. Essas aproximações foram, de fato, muito ricas e instigantes, pois me mostravam uma organização e complexidade de convivência que somente ali se podia configurar daquela forma e com aquela constituição. Portanto, já àquela altura, ao caminhar pelos corredores dos espaços institucionais, das salas e espaços de convivência podia perceber o quanto aquele cotidiano estruturado tinha influência na vida das pessoas que ali habitavam regidos pelas regras e normas próprias daquele lugar. A questão que se apresentava era: qual psicologia, ao me tornar psicólogo, seria possível em uma instituição? A referência teórica presente naquele momento, mesmo de maneira ainda incipiente enquanto

campo de estudo eram a psicanálise e especificamente a Psicologia Institucional de Bleger e uma introdução ao dispositivo grupal de Pichon-Rivière, autores introduzidos na graduação o que mostra a influência da psicanálise grupal Argentina no território da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo dos anos 1980.

No último mês da minha graduação no curso de Psicologia da PUC-SP, julho de 1985, ingressei na instituição de privação de liberdade para adolescentes em conflito com a lei, denominada à época FEBEM-SP – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo e hoje, Fundação Casa – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo do Adolescente de São Paulo. Meu percurso na instituição ocorre em duas fases: a primeira com início em julho de 1985 até março de 1987. A segunda com início em julho 1995 até agosto de 2017, perfazendo quase vinte e três anos. A primeira fase, com dois anos e oito meses, representou um papel fundamental como experiência prática de uma psicologia com dispositivo grupal muito importante como aprendizado.

Ingressei no Departamento responsável pela escolha de pessoas que ingressariam na instituição através de processo seletivo visto não haver a obrigatoriedade de concurso público à época. As pessoas interessadas em ingressar na instituição eram participantes de processo de escolha que consistia em quatro fases:

> 1) atividade grupal; A primeira atividade tinha finalidade informativa referente a especificidade do cargo, suas funções, remuneração, e as condições gerais do trabalho, atreves de um grupo. Os participantes podiam esclarecer dúvidas, perguntar detalhes sobre o funcionamento da instituição, sobre os adolescentes e esse momento poderia já dar alguma pista sobre a pessoa, visando conhecê-la, como início do processo de avaliação;
> 2) redação de um texto; deveriam escrever um texto, sempre com temas voltados à área social, quer sobre os adolescentes em conflito com a lei ou temas mais gerais como violência, diferenças sociais, etc.;
> 3) atividade grupal; atividade grupal visava identificar atitudes de cooperação, competição, liderança, etc.;
> 4) entrevista individual; entrevista individual visava compreender aspectos da visão do sujeito sobre o adolescente em conflito com a lei, a privação de liberdade, perspectivas de atuação com o adolescente.

Reconheço nesse processo a importância de uma experiência marcante, que foram as coordenações dos grupos e as entrevistas individuais. Nesse período foram realizados aproximadamente 2000 grupos e 3500 entrevistas, números calculados recentemente através de uma estimativa mensal, pois, em 1992, todos os dados estatísticos foram destruídos em um incêndio nas instalações onde os registros eram arquivados. São números significativos que refletem a intensa atividade de contratação de profissionais como forma de cumprir uma

proposta de política de profissionalização da Instituição na gestão que se iniciava do então governador do Estado, André Franco Montoro.

A escolha pelo dispositivo grupal para o processo seletivo respondia às necessidades de efetividade e produtividade, devido à regularidade de oferta de vagas, assim como à grande quantidade de pessoas que se interessavam em ingressar na instituição. Ao mesmo tempo podia-se, com esse dispositivo, experimentar livremente formatos diferentes nas atividades grupais, com objetivo de buscar uma melhor maneira de conhecer características importantes das pessoas para o perfil de profissional desejado: liderança, disponibilidade para aprender a postura de educador, iniciativa para resolução de problemas e, principalmente, sua concepção e visão sobre a problemática do adolescente em conflito com a lei. Esse formato era o que se pensava naquele momento como liberdade para condução de grupo, como discussão coletiva de temas, resolução de um problema tendo como base de resolução a discussão de um dilema, o grupo como tomada de decisão sobre situação limite. De qualquer maneira ao grupo era proposta a realização de uma tarefa e, mesmo sem a consciência disso por parte dos coordenadores, havia uma referência ao grupo como tarefa de Pichon-Rivière, a quem o grupo se constitui sempre com essa finalidade: "para nós, a tarefa é o essencial do processo grupal". (2010, p. 272) A condução de qualquer forma de "tarefa" proposta ao grupo era muito satisfatória, pois, mesmo sem pensar ou ter domínio da técnica, ocorria algum fenômeno grupal com resultados satisfatórios para aquilo que se buscava.

Esse processo de seleção abrangia as áreas: pedagógica, saúde e segurança. Interessa-nos neste momento dizer sobre a área constituída por profissionais com nível superior e que formavam o grupo com alta frequência de contratações, com vagas constantes, como Psicólogos, Assistentes Sociais, Médicos Clínicos e Psiquiatras, Pedagogos. Esses profissionais, considerados o núcleo central do desenvolvimento das ações dentro de um Centro de privação de liberdade, eram o polo irradiador da proposta de intervenção para os adolescentes privados de liberdade. Estava depositado nesses profissionais, que formavam o grupo multiprofissional, um saber que deveria estar à disposição para solucionaras questões críticas do cotidiano com base em processos metodológicos e enfrentar os graves conflitos intrínsecos às relações que se estabeleciam nos Centros de privação de liberdade. O objetivo era desenvolver ações que faria o sujeito se transformar em cidadão imbuído de valores para a convivência pacífica e produtiva na sociedade. Portanto, a tarefa desse grupo era criar e executar ações visando promover mudanças no adolescente, não somente para sua convivência no Centro, mas para a sua vida.

A área da psicologia tinha destaque devido a influência da cultura e do pensamento do senso comum, que vinculava o comportamento delituoso às características psicológicas do adolescente. A própria lei vigente, nº 6697/79, o Código de Menores[1], fundamentado na Doutrina da Situação Irregular[2] comparava o adolescente ao adulto na compreensão do ato criminoso e das características delitivas, desconsiderando o adolescente como sujeito em processo de formação e passível de transgressão na adolescência. Dessa forma à psicologia se atribuía uma função importante: identificar os fatores da delinquência e promover ações de "recuperação" do sujeito delinquente, cumprindo seu papel de transformação, porém uma mudança para o normativo, para a adaptação do adolescente.

Ingresso na instituição em 1985, momento em que pude participar de uma gestão que havia assumido em 1982, na primeira eleição direta na redemocratização do país, e a proposta institucional do primeiro governo eleito pós ditadura militar, o Governo de André Franco Montoro,[3] trazia referenciais distintos do então praticado, tanto na concepção de adolescente em conflito com a lei, quanto no significado e importância da privação de liberdade, no sentido de proporcionar ao adolescente uma oportunidade alternativa naquilo que as políticas públicas já haviam falhado, como educação, saúde e iniciação ao mundo do trabalho. A equipe deveria atuar não para "recuperação" do sujeito delinquente, mas para com ele, levá-lo a perceber e compreender a responsabilidade do ato delitivo, suas implicações e as possibilidades de superação, "com consciência de seu lugar na sociedade como ser crítico". (Diretrizes Educacionais – Febem - 1982).

A escolha de profissionais, área em que atuava, deveria, portanto, estar voltada para encontrar pessoas que concordassem com uma visão de delinquência de base multifatorial e não mais como uma "personalidade delinquente", mas sim como circunstância do momento de vida do sujeito. Dever-se-ia investir na possibilidade da superação da motivação delitiva dele, buscando conscientizá-lo sobre os próprios atos, sendo a institucionalização um local de ajuda e proteção e não isolamento social e punição. O papel da psicologia nessa proposta seria central, pois se esperava uma clínica na instituição visando a transformação e não modificação de comportamentos delitivos. Essa nova proposta era a implementação e potencialização da equipe multidisciplinar, valorizando o saber das disciplinas, e desenvolvimento da humanização nas relações institucionais.

---

[1] https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html. Data de acesso: 10/01/2018.
[2] Sobre a Doutrina da Situação Irregular, será abordada no capítulo 2.
[3] https://pt.wikipedia.org/wiki/Franco_Montoro. Data de acesso: 14/01/2018.

Em fevereiro de 1987, atraído por um convite para atuar num projeto de inovação institucional, numa organização privada, me desliguei da Febem.

Em julho de 1995, oito anos depois, retornei: fui convidado para atuar na área de Supervisão Técnica cuja finalidade era elaborar projetos e promover sua implementação através de dispositivos institucionais como espaços de Supervisão para as áreas de Gestão e para as áreas Técnicas. Ao regressar, a Instituição que conheci e estava em processo de mudança, não era mais a mesma e me deparei com uma transformação significativa. A transformação foi estrutural; e os grupos multiprofissionais, estavam desfeitos, desestruturados assim como outros elementos institucionais, como as instalações físicas dos Centros de internação devido ao enorme desinteresse de investimento do Poder Público, tanto no aspecto financeiro quanto em políticas de atendimento. Ao visitar os Centros de Internação, os mais precários exalavam um cheiro forte, que significavam a síntese da miséria institucional. Nesse aspecto encontramos em Broide uma referência esclarecedora:

> Ainda o cheiro é muito forte e marcante em diferentes instituições, tais como os manicômios, hospitais e toda ordem de plantões sociais para colher populações em estado de miséria extrema, mais ainda em rua. É algo contra o qual não há barreiras e diretamente penetra-nos no cérebro. Quanto mais forte é, maior o efeito disruptivo nas equipes de atendimento que todo o tempo dele tratam de se defender. Muitas vezes, nesse processo, elas [as equipes] tornam-se cada vez mais rígidas, em outras, abordam a representação-coisa de forma maníaca, ou, então, identificam-se com os atendidos. (Broide, 2010, p. 17)

O cheiro dos ambientes institucionais, especialmente os Centros de Internação, passou a ser para mim, um elemento de indicador de qualidade psíquica dos grupos conviventes desse lugar. Os Centros com cheiro de odor agradável, em vários aspectos, podiam-se perceber empiricamente, mais organização em relação aos Centros com odor desagradável, e as equipes demonstravam mais satisfação profissional.

A perspectiva de renovação da década de 80 acabou se esvaziando na tensão entre as forças institucionais que defendiam os valores predominantes e as propostas de inovação. Ao mesmo tempo o poder público havia se desinteressado pela área social no campo das instituições e, no caso da Febem-SP, esta ficou relegada a sua própria sorte, quer dizer, as gestões que se sucediam defendiam muito mais interesses políticos vagos do que investimento no aprimoramento do trabalho e a melhoria do atendimento aos adolescentes.

De qualquer forma, em meados da década de 90, apesar do desinteresse do Poder Público Estadual, algumas gestões tentaram reorganizar a instituição, mesmo com orçamento insuficiente e falta de apoio político governamental sendo esse o momento que retorno e

ingresso num grupo chamado Supervisão Técnica, organizado pela Diretoria Técnica, e seria o núcleo propulsor de ideias e propostas de organização e inovação. A estratégia da Gestão era fortalecer a Supervisão Técnica e através dela promover o vetor inicial de uma reorganização institucional. Nesse sentido, iria vivenciar outro momento de intenção de mudança institucional através do grupo de Supervisores, que possuía a atribuição de elaborar propostas e projetos que seriam levados aos gestores dos Centros na perspectiva que fossem implantadas. Contudo, a instância gerencial do cotidiano se posicionou impermeável às mudanças e verificou-se que ainda se orientavam pelas práticas tradicionais, rejeitando o modelo humanizado de atendimento. Quer dizer, podíamos enxergar, ainda que de maneira incipiente, a história se repetindo na manifestação da tensão entre os valores antigos e novas propostas, sugerindo a perpetuação do pensamento conservador. E essa repetição era como tragédia.

Esse período de nova tentativa de organização institucional teve uma duração de aproximadamente quatro anos sem que avanços significativos tivessem se consolidado do ponto de vista estrutural. Dessa forma a Febem-SP entrou em outro período de desgaste institucional, com aprofundamento da descaracterização das equipes, degradação do espaço físico, desmotivação generalizada para o trabalho com a pulsão de morte atuando plenamente, e a violência praticada mostrou sua face mais crua.

Somente anos depois, em 2005, o Governo do Estado[4] incorporou em sua programação orçamentária investimentos importantes na Fundação do Bem-Estar do Menor, quando decidiu promover uma mudança nos rumos da instituição na perspectiva de uma recuperação, com apoio às propostas de mudança da gestão que iniciava em junho desse ano. Recuperar a instituição significava também recuperar a imagem da Gestão governamental, bastante atingida com a intensa ocorrência de sucessivas rebeliões nos anos de 2004 e 2005 particularmente. Teve início então a política de descentralização e regionalização, com a instalação de Centros com menor capacidade de ocupação, condizente com a legislação; estruturação e composição do quadro de servidores; modernização dos equipamentos da atividade meio; e como elemento principal a qualificação para a ação de todo corpo funcional de todas as áreas. Nesse período houve uma reestruturação administrativa bastante importante, criando condições para que o adolescente pudesse cumprir a medida socioeducativa em sua cidade ou região de origem, considerando-se a importância da proximidade familiar e social do adolescente como condição facilitadora para o percurso

[4] O investimento maior ocorreu no governo de Geraldo Alkimin, a partir do ano de 2005.

institucional de privação de liberdade. Como consequência de estruturação da proposta de um outro modelo, a denominação FEBEM foi alterada em dezembro de 2007 para Fundação Casa – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente de São Paulo. Importante salientar, contudo, que os valores tradicionais encontrados desde a década de oitenta ainda se faziam perceber influenciando a dinâmica do cotidiano. Vale registrar que a Gestão atuou por onze anos na busca de mudança institucional tendo êxito na reorganização administrativa. Em julho de 2017 a administração central que permaneceu 12 anos, foi trocada, e um mês depois em agosto de 2017 houve o meu desligamento da Fundação Casa.

Desde o meu retorno à Fundação, ao constatar o fracasso da proposta da década de 80, fiquei muito instigado a pensar o que poderia ter faltado para seu desenvolvimento, quais fatores poderiam ter interferido. Podia-se perceber os valores tradicionais persistindo e influenciando o trabalho de todas as áreas, constatando-se o quanto esses valores culturais se estruturam e são orientadores das ações práticas do cotidiano e ao mesmo tempo são reproduzidos pelos mesmos atores, pelo simples fato de não haver qualquer crítica sobre sua hegemonia. Comecei a me interessar sobe isso e, para melhor compreender esse fenômeno, passei a analisar a trajetória institucional da Febem-SP, a estudar as origens históricas do atendimento ao adolescente em conflito com a lei e encontrei a política de assistência à infância e adolescência instituída na década de quarenta pelo governo Vargas, o Serviço de Assistência a Menores – S.A.M. Era estruturado no Rio de Janeiro e Minas Gerais e encontrei em sua metodologia de condução do cotidiano os mesmos valores que perduraram e estavam se manifestando ali no dia a dia do cotidiano dos Centros de Internação e, de tão vivos e próximos, pareciam estar em toda parte, em todas as instâncias institucionais, poderiam estar até mesmo na sala ao lado. Entendi então que fizera uma descoberta extraordinária: havia encontrado a matriz original do inimigo, o DNA dos valores instituintes.

O S.A.M., pela sua característica de rigidez no trato com os internos no cotidiano, foi denominado pelos seus críticos de Modelo Correcional-Repressivo. Como seu contraponto é criado na década de 90 o Sistema Socioeducativo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, 1990). Portanto, o Código de Menores de 1927 possibilitou a criação do S.A.M. e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema Socioeducativo. Sobre as características de cada um deles vamos explorar no primeiro capítulo sendo, contudo, a tensão entre esses modelos o campo onde este trabalho será desenvolvido.

A questão da mudança institucional e as práticas de violência se torna minha preocupação recorrente não somente como prática profissional nos anos de vivência na Fundação, como também na proposta de pesquisa aqui desenvolvida. E para considerar a

mudança institucional é importante analisar essa possibilidade do ponto de vista da composição das equipes de trabalho. A equipe multidisciplinar, aparece nesse caso, como aquela que recebeu toda projeção de uma transformação do cotidiano e que teria falhado e sucumbido às pressões dos valores tradicionais. Mesmo assim a importância dessa equipe é nos dias atuais muito considerada, com destaque para as duas áreas que historicamente representavam seu núcleo central, a Psicologia e o Serviço Social. Mesmo com a desestruturação das equipes, ocorrida nas décadas de 80 e 90, essas duas áreas permaneceram e assumiram um papel de destaque, pois receberam a atribuição de conduzirem o percurso institucional do adolescente, sendo os responsáveis pela elaboração do Relatório Técnico[5], que era considerado o documento de excelência do processo socioeducativo que pode tanto promover a liberdade do adolescente quanto a continuidade da privação de liberdade. Com a denominação de equipe Psicossocial, essa dupla, herdeira da outrora equipe multidisciplinar, com Pedagogos, Médicos, Educadores Especializados, sobreviveu e ainda hoje é vista, tanto internamente à instituição quanto para o Poder Judiciário e Ministério Publico, como os profissionais dominantes no contexto socioeducativo. De fato, são desses profissionais que os Juízes e Promotores querem saber a opinião. Além do psiquiatra, em alguns casos. Os adolescentes sabem que são os escribas dos fatos de seu percurso institucional e os veem também como aqueles que promoverão ou não a sua liberdade. São depositários, portanto, de um conjunto de projeções situando-os em um lugar de síntese dos valores institucionais. Estão em lugar privilegiado na dinâmica institucional e podem tanto assumir um papel de manutenção do modelo tradicional ou exercerem forte influência para promoção de mudança institucional. Em outras palavras, podem reproduzir valores tradicionais, oriundos do modelo correcional-repressivo ou valores do sistema socioeducativo.

Dessa maneira este trabalho situa-se, de um lado o fator histórico da gênese dos valores institucionais e sua matriz no S.A.M. e por outro os valores propostos pelo sistema socioeducativo e como a Psicologia se posiciona nesse percurso histórico.

O objetivo geral está assim formulado: analisar o discurso da psicologia formalizado em relatórios de uma instituição de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei entre os anos de 1960 e 2017.

Objetivos específicos:

Discutir aspectos de adaptação e mudança nos relatórios da área da psicologia;

[5] Os relatórios produzidos pelos profissionais serão descritos no terceiro capítulo.

Identificar nos relatórios da área da psicologia elementos dos modelos correcional repressivo ou socioeducativo.

No ano de 2016, pensando com a equipe uma estratégia diferente para a prática da psicologia, nos pareceu que o dispositivo grupal na intervenção com adolescentes na Instituição seria uma prática com potência efetiva de intervenção psicológica no contexto da privação de liberdade. Fui procurar na Universidade algo que indicasse os caminhos desse propósito. Encontrei no Instituto de Psicologia desta Universidade, uma disciplina sobre o dispositivo grupal em instituições com base psicanalítica, ministrado pelo Prof. Dr. Pablo Castanho. O título do curso é: "Introdução à Teoria da Técnica do Trabalho Analítico com Grupos em Instituições". Frequentei boa parte do curso como ouvinte e o contato com as correntes teóricas de grupos e instituição foi uma descoberta extraordinária, indo diretamente ao encontro do que procurava. E aos poucos, autores de referência foram chegando, alguns como descoberta e outros revisitados: Rene Kaes, Enrique Pichon-Rivière, Jose Bleger, René Roussillon, Paul Fustieur, Jean-Pierre Pinel, Rouchy & Desroche e, ao vivo, Pablo Castanho, professor e autor de teoria de grupos e instituições, e Freud como a matriz do pensamento psicológico.

Nesse universo de referências, para o propósito deste estudo, entendemos que o trabalho teórico desenvolvido por Jean Claude Rouchy e Monique Soula Desroche com Instituição e Mudança – Processo psíquico e organização, é a referência principal. Tendo participado de uma instituição durante muitos anos, onde a preocupação constante foi refletir sobre os processos de mudanças, suas possibilidades, suas estratégias de operação, me parece um referencial precioso. Os autores analisam as organizações com base na psicanálise e discutem o conceito de valores instituintes na organização e como eles são internalizados pelos seus trabalhadores e vão modular as práticas profissionais de todos os níveis de trabalhadores incluindo-se o nível gerencial. Os valores instituintes anteriormente existentes em organizações flexíveis tem a chance de se integrarem a novos valores o que possibilita a mudança institucional, que deve ocorrer através de rearranjos psíquicos nas relações entre os grupos de trabalho. Caso não seja possível uma nova configuração da organização, devido algum fator institucional, haverá adaptação (Rouchy & Desroche). Se o processo de inclusão de novos valores acontece satisfatoriamente nas equipes, com a renovação de práticas, atualização de metodologias para melhor atender aos objetivos a que se propõe, então podemos falar em mudança.

Desse modo a área da psicologia e a prática dos psicólogos devem demonstrar os valores instituintes da organização no resultado final de seu trabalho que é registrado em

documento específico da área. O prontuário do adolescente que cumpre medida socioeducativa privativa de liberdade é o documento preferencial onde esses registros ocorrem. Assim o material de campo para a pesquisa está dirigido aos prontuários onde os registros da área da psicologia estão arquivados.

A estrutura deste trabalho será dividida em quatro capítulos da seguinte maneira:

Para o Primeiro Capítulo, apresentaremos uma síntese histórica sobre constituição jurídica da política pública referente a infância e adolescência, com ênfase ao adolescente em conflito com a lei e as organizações que os acolhem. Também será demonstrado neste capítulo as características de dois polos das políticas construídas historicamente, que é o chamado Modelo Correcional Repressivo e o Sistema Socioeducativo.

O Segundo Capítulo, a exposição da referência teórica central que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa e pensar sobre a mudança institucional, tendo em Rouchy e Desroche a literatura essencial. Tomaremos o trabalho que melhor atende aos nossos propósitos que é "Instituição e mudança – Processo Psíquico e organização"[6]. Pretendo também expor uma visão sobre o mecanismo de origem e sustentação dos valores institucionais da Fundação Casa, considerando o cotidiano nos espaços institucionais como *locus* principal.

O Terceiro Capítulo se refere à metodologia. Partindo-se da noção que os valores instituintes contornam as práticas dos profissionais da organização, a partir da interiorização deles, vou analisar o discurso desses valores nos prontuários dos adolescentes, através dos textos elaborados pela área da psicologia. A partir daí identificar elementos que indiquem valores renovados ou persistência dos valores tradicionais: refletem mudança ou adaptação institucional, quer dizer, os valores do modelo correcional-repressivo persistem ou os valores socioeducativos se impõem.

O capítulo IV se refere à apresentação dos resultados e análise, procurando discutir à luz da metodologia os dados finais.

E por fim a Conclusão, tomando como base o objetivo, e os critérios da metodologia, a elaboração final dos resultados.

Referências bibliográficas, que mostram as principais referências utilizadas.

---

[6] ROUCY, Jean-Claude ; DESROCHE, Monique Soula. Instituição e Mudança – Processo psíquico e organização. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

CAPÍTULO 1- BREVE HISTÓRIA DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

1.1 A abordagem legal.

Neste capítulo iremos expor as principais bases legais do atendimento da criança e do adolescente no Brasil e no Estado de São Paulo, com destaque, para o adolescente em conflito com a lei. São legislações que definem as políticas aplicadas no país e o desdobramento no Estado de São Paulo.

No final do século XIX a base legal da instituição privativa de liberdade para menores teve sua fundamentação com a apresentação do projeto de Lei nº 33, de 1893, ao Congresso Legislativo Paulista, propondo a criação do Asilo Industrial de São Paulo. Verifica-se já estava em gestação a proposta de implantação de uma instituição com a finalidade de recolher os menores, inexistente à época. Durante nove anos tramitou e somente em 1902 esse projeto fora aprovado. Previsto inicialmente para criar uma instituição chamada Instituto Educativo Paulista, acabou sofrendo algumas alterações em relação a proposta original e passou a se denominar Instituto Disciplinar. Este nome reflete as ideias educacionais predominantes na concepção dos congressistas paulistas daquele momento, que imprimiriam ao Instituto a orientação de rigidez com o intuito de (re)formar o homem. A criação do Instituto Disciplinar em São Paulo simboliza e sintetiza dessa forma a marca da política pública defendida pela sociedade paulista no início do século XX. Em seu artigo primeiro fica expresso o registro do nascimento de uma instituição que iria organizar a situação dos menores, crianças e adolescentes: A Lei Nº 844[7], em seu artigo 1º, determinava que:

> Fica o governo autorizado a fundar, onde julgar mais conveniente, um Instituto Disciplinar e uma Colônia Correcional, subordinados à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça e sob a imediata inspeção do Chefe de Polícia (Lei 844, 1902).

Como expresso claramente neste artigo, a questão social sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (termo atual) já era vista como um assunto a ser tratado pelo sistema de justiça e de segurança pública.

O Instituto Disciplinar foi estruturado com a seguinte configuração:

> Artigo 2º O Instituto Disciplinar constará de duas seções destinadas a incutir hábitos de trabalho e educar, fornecendo instrução literária, profissional e industrial, de preferência agrícola:

[7] Lei 844 de 10/10/1902 – Autoriza o governo a fundar um instituto disciplinar e uma colônia correcional. https://www.al.sp.gov.br/norma/64935. Data de acesso: 05/01/2018.

> a) a maiores de 9 anos e menores de 14, no caso do artigo 30, do Código Penal; b) a maiores de 14 e menores de 21 anos, condenados por infração do artigo 39 do Código Penal e artigo 2º da lei federal n. 145, de 11 de julho de 1893;
> b) a pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados, maiores de 9 e menores de 14 anos;
> § 1º Os menores, a que se referem as letras a e b deste artigo, serão admitidos na primeira seção, à vista da sentença da autoridade judiciária;
> § 2º Os compreendidos na letra c serão recolhidos à segunda seção, em virtude de ordem do chefe de polícia e autorização do juiz competente. (Lei 844, 1902).

Neste artigo segundo já se configura uma caracterização por idade sobre os encaminhamentos jurídicos que sofreriam em caso de infração: aos maiores de 14 anos e menores de 21 anos condenados por infração, estavam sujeitos à internação no Instituto Disciplinar.

O Instituto Disciplinar foi concebido no contexto de um movimento de reorganização social mais ampla que também abrangia a família e as instituições sociais disciplinares. A família entendida como o grupo de cuidados aos seus membros, foi recolhida ao espaço privado tendo seu chefe como protetor. Outras organizações são criadas como as fábricas que trazem uma nova organização do trabalho com sua nova tecnologia de produção, com a racionalidade administrativa trazida por Taylor[8]. Da mesma forma, houve a disseminação da escola pública, com um reordenamento de sua estrutura. Os hospitais passaram a ser o centro prioritário da prática médica, tornando-se o lugar tanto para o tratamento dos doentes, como para o restabelecimento da saúde. (Hernandes, 2005)

Na configuração dessas novas instituições, a prisão também passa a ter uma nova função sendo até então usada como local para custodiar pessoas até o cumprimento das penas. A Legislação Penal aplicada no Brasil até o surgimento do Código Criminal de 1830 era o Livro X (dez) das Ordenações Filipinas, que previa como pena, por exemplo, a morte natural (enforcamento no pelourinho, seguindo-se de sepultamento), a morte natural cruel (dependia da imaginação do executor e dos árbitros), a morte natural pelo fogo (queima do réu vivo, passando primeiro pelo garrote), morte natural para sempre (enforcamento, ficando o cadáver pendurado até o apodrecimento). A partir desse momento, a pena de prisão, passa, ela mesma, a se constituir como a pena a ser cumprida e não como situação provisória. Essa nova função estabelecida para a prisão, faz com que Foucault, a veja como uma criação recente (Foucault,

[8] TAYLOR, F. W. Princípios de Administração Científica. São Paulo: Atlas, 1990.

2002)[9]. O padrão máximo de exclusão social foi conseguido com a categorização dos prisioneiros: foram definidas prisões para criminosos adultos do sexo masculino, do sexo feminino, para menores e para loucos. Os espaços físicos eram construções cercadas por muros muito altos ou isoladas em ilhas ou lugares de difícil acesso. Esta organização trazia uma racionalidade de organização que possibilitava um maior controle interno das instituições, sendo também possível uma intervenção em cada uma dessas categorias, o criminoso, o louco, com o amparo da lei.

As novas organizações dessas instituições vêm impor, através da arquitetura, da constituição dos espaços, estratégias de relações denominadas práticas disciplinares (Foucault, 1975). Estas se caracterizam por distribuir os indivíduos em espaços fechados, com um controle das atividades, do espaço e do tempo através da vigilância constante, de penalidades e da classificação dos indivíduos. Tinham como função a produção de indivíduos adestrados, habilitando-os para exercerem papéis determinados pelas relações sociais.

Essas características de controle, eram encontradas também no Instituto Disciplinar. Uma das mais potentes era o controle permanente e excessivo da vida e do tempo dos menores. O artigo 21 do regimento interno do Instituto Disciplinar previa que o horário do estabelecimento, com discriminação das horas de trabalho, de refeição, de descanso e de sono, era organizado pelo Diretor com aprovação do chefe de polícia (MOTA, 1909, p. 104).

Cândido Motta[10] forneceu uma amostra do dia-a-dia dos internos:

> No nosso Instituto trabalha-se durante o dia, no inverno, das 6 horas da manhã às 5 e ½ h. da tarde, devendo todos os menores se levantarem às 5 e ½ da manhã e tomar em seguida o seu banho frio. No verão levantam-se meia hora mais cedo e terminam o trabalho meia hora mais tarde. Nas horas de trabalho estão incluídas as de aulas e o descanso, realizando-se este depois do almoço, ao meio dia e depois do jantar, consumindo ao todo o tempo das refeições. Os menores não se podem corresponder com pessoas estranhas; podem trocar correspondência com os pais e tutores, porém depois de visada pelo direto" (Mota, 1909 *apud* FONSECA, 2001).

Havia no Instituto uma relação entre o tempo e a organização do cotidiano, de maneira que ambos se apresentassem numa constante linearidade, visível pela permanência regular de hábitos e atividades na sua história institucional. Segundo Fonseca, (2001)[11] a disciplina ao lado do trabalho, foi um elemento de coesão das rotinas do Instituto. Fosse sobre a postura do

---

[9] FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 277p.
[10] MOTA, Cândido N. N. da. Os menores delinquentes e o seu tratamento no Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1909.
[11] FONSECA Sérgio César da. O Instituto Disciplinar do Tatuapé e a Infância em conflito com a lei na cidade de São Paulo (1890-1927) – Dissertação de Mestrado- Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2001.

corpo nas formações em colunas (com os internos sempre em posição de sentido), sobre o deslocamento em marcha ou nas relações entre internos e corpo funcional, a disciplina deveria ser constantemente praticada.

A condição da privação de liberdade exerce, dessa forma, um controle absoluto sobre a vida do interno: suas atitudes, seus movimentos corporais, os espaços que lhes concedem percorrer, os horários das visitas. O objetivo principal era transformar o jovem num ser obediente e dócil. Como analisa Foucault[12]

> No emprego da penalidade corretiva são utilizados como instrumentos: formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos... horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos. E, finalmente, o que se procura reconstruir nessa técnica de correção, não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social: é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele. (Foucault, 1987, p. 148)

Nas primeiras décadas do século XX outros dois Institutos Disciplinares foram criados no Estado, um em Mogi-Mirim e outro em Taubaté. É importante lembrar que esse modelo de organização do cotidiano, não se restringiu somente ao âmbito das instituições de internação de menores: as escolas e os institutos de formação profissional também impuseram uma rígida disciplina aos seus educandos. (Arraiada, 2012)

Em1921 há nomeação de Juízes de Direito Privativo de Menores e uma estrutura para o desenvolvimento de uma política de atendimento que consistia em: construção de abrigo provisório para menores abandonados ou delinquentes; funcionários necessários ao respectivo Juiz(o) e instalação de casas de reformas para menores. A primeira normativa brasileira, dirigida à infância e adolescência datada de 1923, distinta da estrutura voltada ao adulto, aprovou o Regulamento de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes e instituiu o Juizado Privativo de Menores, que começa a funcionar no ano seguinte, no Rio de Janeiro, à época Capital Federal. Subordinado a ele foi criado um Abrigo Provisório de Menores, onde era feita a triagem (abandonados ou delinquentes) para posterior encaminhamento a outros estabelecimentos. Fica estabelecida a idade mínima para a imputabilidade penal, que começa a definir categorias e o encaminhamento dos menores. Surge uma categoria fundamental: o menor abandonado. Diz a normativa de 1923,

---

[12] FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Ligia M. Pondé. Vassallo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

Regulamento de Assistência e Proteção aos Menores Abandoados e Delinquentes: (decreto 16.272, 1923)[13]

> Art. 24 - O menor de 14 anos, indigitado autor ou cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de espécie alguma; a autoridade competente tomará somente as informações precisas, registrando-as, sobre o fato punível e seus agentes, o estado físico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e econômica dos pais, ou tutor, ou pessoa em cuja guarda viva.
> § 1º - Se o menor sofrer de qualquer forma de alienação ou deficiência mental, for epiléptico, surdo-mudo, cego ou por seu estado de saúde precisar de cuidados especiais, a autoridade ordenará seja ele submetido ao tratamento apropriado.
> § 2º - Se o menor for abandonado, pervertido, ou estiver em perigo de ser, a autoridade competente promoverá a sua colocação em asilo, casa de educação, escola de preservação, ou o confiará a pessoa idônea, por todo o tempo necessário á sua educação, contanto que não ultrapasse a idade de 21 anos.
> § 3º - Se o menor não for abandonado, nem pervertido, nem estiver em perigo de o ser, nem precisar de tratamento especial, a autoridade o deixará com o tutor, ou pessoa sob cuja guarda viva, podendo fazê-lo mediante condições que julgar úteis.

É importante destacar que este Decreto preconiza a ação do Estado no controle das ações sociais, através da criação do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. O Estado passa a controlar a institucionalização de uma extensa parcela da infância e adolescência. Iniciou-se assim, a concentração do poder na aliança entre o Judiciário e o Executivo. Dessa forma, consolidando e sistematizando as ideias, os projetos e as leis sobre a menoridade, surge o primeiro Código de Menores do Brasil e da América Latina, que ficou conhecido como o Código de Menores de 1927, ou Código Mello Mattos numa referência ao seu autor, o jurista e legislador José Cândido Albuquerque de Mello Mattos. (Hernandes, 2005)

O período que se inicia na década de 1930 caracteriza-se pelo crescimento da participação do Estado na área da assistência à infância. A partir deste momento, o governo federal passa a demonstrar um interesse maior com os problemas sociais, e na esfera federal, na década de quarenta é criado o Serviço de Assistência a Menores – S.A.M. – (1941), com o objetivo de dar uma orientação nacional às práticas de assistência e controlar as instituições públicas e particulares que realizavam serviços nessa área. (lima, 2002) Tinha como objetivo atender os menores de 18 anos que fossem abandonados ou delinquentes e era vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

---

[13] Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html. Data de acesso 12/01/2018.

O Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.), vinculado ao Juízo de Menores do Ministério da Justiça, foi criado no Rio de Janeiro, pelo decreto-lei n. 3799, de 5 de 11 de novembro de 1941. Anos depois, em 10 de junho de 1953, a portaria n. 125 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores criava oito inspetorias regionais, sediadas nas seguintes cidades: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Niterói, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Dentre as funções atribuídas às inspetorias estavam[14]: (Portaria Federal 125, 1953)

> Contatar os estabelecimentos públicos e privados que mantinham menores internados, promover a internação de menores desvalidos, "registrar o movimento de entrada, saída e transferência de menores", manter registros relativos aos menores internados, "manter dados atualizados sobre as possibilidades profissionais dos menores em vias de desligamento"; cuidar da inserção civil e profissional dos menores, quando saíssem da instituição onde estavam internados e fiscalizar o funcionamento das instituições que abrigavam menores. A partir de agosto do ano seguinte, passaria a haver uma inspetoria sediada na capital de cada estado, que poderia integrar agências situadas em cidades do interior.

O decreto lei número 3.799 de 5 de novembro de1941[15] definiu que:

> Art. 1º O Instituto Sete de Setembro, criado pelo decreto nº 21.548, de 13 de junho de 1932, e reorganizado pelo decreto-lei nº 1.797, de 23 de novembro de 1939, fica transformado em Serviço de Assistência a Menores (S. A. M.), diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores e articulado com o Juízo de Menores do Distrito Federal.

Art. 2º O S. A. M. terá por fim:

> a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores e desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
> b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalido e delinquentes;
> c) abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
> d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento somato-psíquico, até o seu desligamento;
> e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
> f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas.

Essas são as atribuições legais definidas pela legislação. Contudo na prática cotidiana a relação estabelecida entre o corpo funcional e os adolescentes internos era atravessada por

---

[14]Legislação Federal, Portaria n. 125, de 10 de junho de 1953. https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3260925/pg-26-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-06-1953. Data de acesso: 29/01/2018.

[15]https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html. Data de acesso: 29/01/2018.

um conjunto de valores que via no adolescente aquela pessoa que havia cometido um crime e, portanto, deveria ser punido. Seu comportamento deveria ser vigiado, controlado, e principalmente se submeter a qualquer ordem ou orientação do funcionário. Se para Foucault (2005) o surgimento do sistema prisional visava criar um controle sobre a vida e corpo até a docilidade do preso, no sistema juvenil o comportamento do adolescente deveria ser de obediência e subjugação à vontade do adulto, tendo que pedir licença para levantar, para sentar, para realizar qualquer ação. A violência física era uma prática recorrente com maus tratos constantes, por qualquer motivo que o servidor entendesse ou sem motivo algum. A denominação correcional repressiva vem nomear as formas brutais de se lidar com os adolescentes no interior de seus centros de internação. Eram fatos conhecidos da sociedade pois a imprensa também criou outras denominações: A revista O Cruzeiro[16] desnudou para o Brasil a face, até então oculta, do SAM "Universidade do Crime", "Famigerado SAM", "Sucursal do inferno" foram alguns dos epítetos com que o jornalista David Nasser pintou o quadro interno das suas Unidades.

O modelo adotado nas ações com os adolescentes foram uma reprodução do que se praticava nos presídios para adultos com as modificações e adaptações às características de um grupo com menos idade e possivelmente com menos recursos de defesa diante das imposições de violências e torturas. Não havia necessidade de disfarces, encenações ou falsos discursos educativos. (Costa, 2004)

Uma das orientações ou imposições aos adolescentes e invenção dos servidores foi o famoso "cabeça baixa e mãos para traz". Sua postura física deveria, invariavelmente, ao caminhar ou se postar parado em pé, ficar com a cabeça baixa, isso para não ver o que ocorre à sua frente, não identificar o que pode estar ocorrendo a sua volta, quer dizer, entregue ao ambiente e principalmente submisso ao seu interlocutor. As mãos para traz, indica imobilidade física, dificultando qualquer possibilidade de ação com elas, pois assim o servidor estaria sob total controle de seu corpo. Essa postura corporal foi disseminada em todas as Instituições de privação de liberdade do Brasil, pois se mostrou bastante eficiente no contato com o adolescente como forma de mantê-lo imobilizado sem, contudo, ter que amarrá-lo. Considerando as características de rigidez desenvolvida no Instituto Disciplinar, o modelo de controle, vigilância e maus tratos das prisões, as práticas do SAM foram de tal

---

[16] O Cruzeiro (originalmente Cruzeiro) foi uma revista semanal, ilustrada, brasileira lançada no Rio de Janeiro em 10 de novembro de 1928, editada pelos Diários Associados. Deixou de circular em julho de 1975. https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Cruzeiro_(revista). Data de acesso: 22/02/2019.

forma estruturadas que acabou por criar seu modelo próprio de controle da vida institucional, gerando assim a noção de correção e repressão.

Dentre os críticos da política desenvolvida pelo SAM, Nelson Hungria[17], jurista e Ministro do Supremo Tribunal Federal faz uma das mais contundentes:

> Sabe-se que é o SAM: uma escola para o crime, uma fábrica de monstros morais. Superlotados e sob regime da mais hedionda promiscuidade; a sua finalidade prática não tem sido a de instruir para o cívico e sim para todas as infâmias e misérias. Todos os famosos delinquentes precoces fazem trazem a marca que o SAM lhes imprimiu, isto é, a erradicação total do brio, do amor próprio, do mínimo ético indispensável à vida em sociedade. O que lá se aprende é fazer do crime profissão e meio de vida. Não apenas o SAM, senão também os 17 pseudo-reformatórios que ele superintende, falharam redondamente nos seus objetivos. Deveriam ser arrasados, desde o teto até aos alicerces, para que se começasse tudo de novo e sob moldes inteiramente diversos. (Hungria, 1966, p. 26 *apud* Rodrigues, 2001, p. 49)

Com a deterioração do S.A.M., em 1963 é criada uma comissão nomeada para elaborar anteprojeto de lei que iria permitir as alterações necessárias para a questão. Essa comissão foi formada por Eduardo Barttlet James, último diretor do SAM, D. Maria Celeste Flores, da ASA – Associação Arquidiocesana, Eduardo Dom Candido Padim, membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e Helena Iracy Junqueira, representante do Conselho Federal de Assistentes Sociais, entre outros. Foi elaborado um anteprojeto de lei que propunha a criação de uma Fundação que englobasse toda a política relativa à questão da menoridade no Brasil, bem como a extinção do SAM (Rodrigues, 2001). Importante frisar que o anteprojeto de lei proposto foi concluído antes do início da ditadura militar que teve início em 31 de março de 1964. Portanto, no dia 1º de dezembro de 1964 o anteprojeto foi transformado em lei sob o número 4.513 com a sanção do então Presidente Castelo Branco. A partir dessa lei, tem início uma nova fase na política de atendimento à criança e adolescente em conflito com a lei. Nesse momento aparece uma política para solucionar os graves problemas criados pelo SAM, que agora hora extinto.

1.2 FUNABEM a política Janus Bifronte[18]

---

[17] Anteprojeto de criação da FUNABEM, In: Revista Brasil Jovem, ano I número 2 Rio de Janeiro, dezembro 1966, p. 26.

[18] Deus Romano que significa a transição, a mudança, representado por duas caras significando um olhar para o passado, mas apontando para o futuro com perspectivas de mudanças. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jano Data de acesso: 11/02/2018.

O regime militar imprimiu valor prioritário à situação da criança e do adolescente e investiu na nova política já em andamento e a partir da lei número 4.513, é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor,[19] FUNABEM com o objetivo de formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM.

Mesmo ainda sob a vigência do código de menores, com a doutrina da situação irregular, essa proposta foi elaborada no período de formação e consolidação de cursos universitários, como a Psicologia, recém regulamentada[20], o Serviço Social, a Educação Física, Terapia Ocupacional possibilitando pensar o trabalho técnico com outra organização através de equipes multidisciplinares. O adolescente em conflito com a lei, antes visto como delinquente nato, de má índole, perigoso, começa a ser visto como um menor privado de condições sociais mínimas de desenvolvimento, devendo ser compreendido em sua dimensão bio-psico-social-cultural.

Com fundamento e bases na nova política da Funabem, entra em operação a nova concepção com o afastamento dos grupos originários do S.A.M. e os novos profissionais, como educadores e técnicos entram com a firme postura de proibição da violência, dos castigos físicos e psicológicos e introduzem o diálogo, atividades terapêuticas, realizam laudos baseados em estudos psicológicos incluindo estudo social da família.

Mas nem tudo foi renovado: foram herdados do S.A.M., os prédios, parte do corpo funcional, os adolescentes e principalmente os valores correcional repressivos que pairavam como uma nuvem da Casa de Usher[21]. As mudanças esperadas não ocorreram rapidamente no tempo esperado e conflitos se manifestavam, brigas de grupos entre adolescentes e rebeliões, fatos que as equipes técnicas não conheciam e não tinham forma técnica de atuação. Os funcionários, proibidos de utilizar os métodos repressivos, atuavam na passividade diante das crises e até mesmo incentivavam os adolescentes para criarem conflitos e rebeliões.

A publicidade midiática acabou por exercer pressão sobre os dirigentes com a velha necessidade de tirar a instituição dos jornais, e enfraquecidos a cada motim, sentou-se na mesa de negociações com os representantes do velho modelo. Um pacto não declarado foi firmado e pouco a pouco foi criada uma ambiguidade institucional: de um lado o discurso da inovação psicossocial e no cotidiano real as velhas práticas eram toleradas para manter a casa

---

[19] https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1-dezembro-1964-377645-publicacaooriginal-1-pl.html Data de acesso: 10/12/2018.

[20]A profissão de psicólogo foi regulamentada pela Lei no 4119, de 27 de agosto de 1962, que também dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia.

[21] POE, Allan Edgard. A queda da Casa de Usher, in, Contos de Imaginação e Mistério. São Paulo, Tordesilhas. 2012.

em ordem. Dessa forma aquilo que deveria ser uma nova política de inovação, passa a gestar, em seu próprio ventre, os valores que se propôs a superar. Como analisa Costa[22]:

> Como Janus Bifronte, a Funabem cumpriu sua trajetória institucional sob o signo da ambiguidade. Os discursos políticos de seus dirigentes, fossem eles de direita ou de esquerda, jamais foram capazes de produzir nenhuma alteração significativa, nenhuma mudança de porte no grande acordo invisível do dualismo, que, ao fim de tudo, tornou-se o traço definidor de sua identidade institucional. Um técnico fazendo colocações avançadas em um seminário de política social e, ao mesmo tempo, um adolescente sendo vítima de tratamento desumano e degradante em Quintino, na Ilha do Governador ou nas unidades de Minas. Eis as duas faces da moeda Funabem, ao longo de sua tortuosa trajetória político-institucional. (Costa, 2004, p. 50)

Importante considerar que a proposta da Funabem, em seu aspecto metodológico onde a equipe multidisciplinar é valorizada como grupo central na formulação e execução das ações nos Centros de Internação, a área da psicologia é inserida como profissão nascente, não possuindo histórico no campo institucional de vivência no cotidiano dos Centros. Nesse sentido ao serem inseridos oficialmente na prática institucional na área do adolescente em conflito com a lei, passam ao status privilegiado de tomas decisões importantes sobre o percurso do adolescente na situação de privação de liberdade. Nesse sentido, na tensão entre modelos que se opõem frontalmente, a psicologia, os psicólogos, ora estão compondo com o grupo do modelo correcional repressivo, ora são críticos ferozes do modelo repressivo, ora o caminho mais cômodo da omissão.

A criação da Funabem representou uma inovação para a época na medida em que propôs uma outra forma de atenção tendo como principal diretriz a implantação das avaliações biopsicossociais, que deveriam, em tese, proporcionar um estudo adequado para cada sujeito e seu consequente encaminhamento visando a integração social. Nesse modelo a proposição era promover uma avaliação de acordo com sua constituição biológica ou condição de saúde, seu desenvolvimento psicológico e emocional e também sua condição social. Havia a crença que poder-se-ia assim dar a cada jovem a atenção adequada às suas necessidades e promover seu desenvolvimento pleno. Sua proposição metodológica se opunha ao modelo anterior visando uma renovação. De todo modo com um contra-ataque lento, os antigos valores e práticas do SAM foram germinando no seio da nova proposta disseminando como um vírus suas práticas e sua principal marca que foi posicionar o adolescente com as mãos para traz e a cabeça baixa. Dessa forma o que deveria ser uma pá de cal no sistema

---

[22] COSTA, Antônio Carlos Gomes da – por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas, Conceitos e Princípios Norteadores – Secretaria especial de direitos humanos 2004.

repressivo acabou por ser a hospedeira da renovação de seus valores, e ao mesmo tempo promovendo sua reprodução. Aos poucos os grupos se organizam em pactos não declarados e estabelecem um modelo de estruturação institucional pelo que Kaes chama de pacto denegativo:

> Trata-se de um pacto inconsciente, de um acordo entre os sujeitos implicados no estabelecimento de um consenso que visa garantir a continuidade dos investimentos e dos benefícios decorrentes da estrutura do vínculo (casal, instituição,...) e conservar os espaços psíquicos comuns necessários à subsistência de determinadas funções que se encontram ancoradas na intersubjetividade ou em formas de agrupamento mais específicas: função do ideal, organização coletiva de mecanismos de defesa. (Kaes, 1989, p. 46)

A política Funabem, que veio para mudar o modelo, como vimos acabou sendo contaminada por aquilo que veio transformar. Contudo em 1990, uma outra política é constituída e em 13 de julho de 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.3 O ECA

No Brasil, na década de 80 do século XX, as organizações da sociedade civil de defesa das crianças e adolescentes, setores da igreja católica, educadores, profissionais do direito, parlamentares se uniram em torno de um objetivo comum: melhorar as condições das crianças e adolescentes tanto do ponto de visto social quanto do ponto de vista institucional. O caminho jurídico se fortaleceu no direcionamento de mudanças na legislação que era vista como o principal fundamento do tratamento dado no Brasil às crianças e adolescentes. Em 13 de julho de 1990 é promulgada a lei Nº 8.069[23] que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Essa lei representa uma inovação jurídica trazendo um novo entendimento sobre a atenção à crianças e adolescentes, recebendo inspiração e influência principalmente da Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989. Traz em sua essência a doutrina da Proteção Integral, ao reconhecimento do menor de 18 anos como cidadão e a própria descentralização dos serviços e programas sociais e assistenciais implicando agora, uma participação mais direta do município e de organizações da sociedade civil.

Para além de sua formulação como estrutura jurídica, o sistema socioeducativo com base na doutrina da Proteção Integral, insere o adolescente em conflito com a lei no campo

[23] Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Data de acesso: 22/11/2017.

dos direitos sociais e, particularmente, propõe proteção para aqueles que recebem medida socioeducativa privativa de liberdade. Para esses, ao contrário da orientação correcional repressiva, a privação de liberdade é vista como um percurso que o adolescente irá percorrer, devendo ser breve e apresentado a ele opções de se inserir em atividades educativas, escolarização formal, iniciação profissional, procurando estabelecer uma base como preparação para continuidade na vida social, quando da sua liberação. Ao mesmo tempo o processo socioeducativo prevê atenção à saúde física e mental. A vida psíquica dos adolescentes deve receber atenção especial, pelo faro da condição de privação de liberdade ser um indicador de sofrimento psíquico, considerando-se a condição de isolamento social, convivência obrigatória com adolescentes desconhecidos, aumento da ansiedade, insônia, culpa perante a família especialmente a mãe, além de fatores intrapsíquicos sobre a identificação com figuras do universo da criminalidade e também as influências da inserção religiosa nas atividades cotidianas.

O ECA teve o fundamental objetivo de se contrapor à lei em vigor até então que era o Código de Menores de 1927, código Melo Matos, que havia sofrido alguma modificação em 1979, mantendo sua essência da doutrina da Situação Irregular a essa altura ultrapassada e obsoleta visto que normativas internacionais já avançavam. A nova lei procurou extirpar o estigma atribuído às crianças e adolescentes com a eliminação do termo "menor" e ao mesmo tempo estabelece as garantias inalienáveis de todas as crianças e adolescentes, conforme expresso em seu artigo 3º:

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.[24]

Vejamos as principais características da doutrina da proteção integral, para adolescentes em conflito com a lei:

> Um adolescente só pode ser considerado infrator quando:
> a) Violou dispositivos legais previamente considerados como crime ou contravenção;
> b) Tem entre 12 e 18 anos;
> c) Foi-lhe atribuído ou imputado o cometimento de um ato infracional;
>
> d) Após o devido processo legal, com respeito estrito às garantias do contraditório, ele foi considerado responsável;
> e) A responsabilização não se caracteriza como cumprimento de pena, mas medida socioeducativa;

[24] Artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

> f) A privação de liberdade deve ser atribuída quando constatado a autoria de delito com grave ameaça à pessoa.

O Código Melo Matos de 1927, passa por uma revisão em 1979, sendo substituído pelo Código de Menores de 1979[25], estabelecendo ainda para as crianças e adolescentes conforme definido em seu artigo 2º, a doutrina da "Situação Irregular". Dessa forma a criança ou adolescente que não estivesse cumprindo as normas sociais como frequentar uma escola por exemplo, poderia ser recolhida a um abrigo pois sua Situação Irregular, não estar na escola, assim o permitia. Suprimiu o contexto sócio econômico das famílias transformando estas em responsáveis pelas condições de falta de atenção em educação, saúde, lazer, desconsiderando sua condição disfuncional determinada pelas condições econômicas. As principais características da doutrina da Situação Irregular são:

> a) Não se dirige ao conjunto da população infanto-juvenil, mas apenas aos menores em situação irregular;
> b) Considera menores em situação irregular os carentes, abandonados, inadaptados e infratores;
> c) Não se preocupa com os direitos humanos da população infanto-juvenil em sua integridade. Limita-se a assegurar a proteção, para os carentes e abandonados, e a vigilância, para os inadaptados e infratores;
> d) Funcionando com base no binômio (Bellotto, 2002) (Berger & Luckman, 1985) (Bleger, 1984) compaixão-repressão, a Justiça de Menores chamava à sua esfera de decisão tanto os casos puramente sociais, como aqueles que envolviam conflito de natureza jurídica;
> e) O conjunto de medidas aplicáveis pelo juiz de menores (advertência, liberdade assistida, semiliberdade e internação) era o mesmo, tanto para os casos sociais, como para aqueles que envolviam conflitos de natureza jurídica. A internação, por exemplo, podia ser aplicada indistintamente a menores carentes, abandonados, inadaptados e infratores;
> f) A inimputabilidade penal do menor de 18 anos significava, na prática, a inexistência de garantias processuais, quando se lhe atribuía a autoria de infração penal. (Costa, 2004, p. 48)

A lei nº 8.069 trouxe as bases legais para a promoção da renovação dos conceitos de atendimento tanto no aspecto legal, com a extinção do Código de Menores, quanto no plano institucional da execução de medida socioeducativa privativa e restritiva de liberdade. Contudo, no aspecto estrutural e de financiamento, os Centros de atendimento foram superlotando, baixo investimento orçamentário tornando precárias as Fundações de execução

---

[25] Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html. Data de acesso: 22/11/2017.

de medida socioeducativa assim como revelações midiáticas, tanto sobre violência e maus tratos quanto ocorrência constante de fugas e rebeliões. Na essência, o ECA trazia a atualidade legal sendo inquestionável a doutrina da Proteção Integral, apesar da onda de discussões sobre o rebaixamento penal para 16 anos prevalente no início do século XXI. Dessa forma o sistema socioeducativo clamava por uma regulagem, uma normatização para a execução das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade e

> "necessário se mostrou o detalhamento legal de direitos, critérios e procedimentos judiciais do adolescente submetido à medida socioeducativa para preencher a lacuna do ECA quanto à regulação do processo de execução". (Guará, 2012, p. 22)

O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA - propõe dessa forma, uma ampla discussão sobre os problemas e dificuldades no campo do adolescente em conflito com a lei e publica a Resolução 119 de 11 de dezembro de 2006, instituindo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, dando início ao que viria se tornar a Lei 12594 de 18 de janeiro de 2012.

1.4 O SINASE

O Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, CONANDA, publica a resolução 119/2006, de 11 de dezembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Essa resolução lança a matriz do que viria a ser a lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012[26]. Dessa forma temos a promulgação de uma lei que consolida o ECA como referência legal máxima e traz aspectos que organizam o atendimento ao adolescente privado de liberdade, e também define as responsabilidades dos entes federativos, os Estados e Municípios. Em relação ao adolescente, o texto expressa a obrigatoriedade de estabelecer um plano individual de atendimento – PIA – que se caracteriza como o plano de garantia dos direitos e necessidades do adolescente tanto no nível da instituição onde se encontra quanto da inserção dele na rede socioassistencial.

O PIA traz uma garantia de atendimento estabelecendo objetivos viáveis ao adolescente no cumprimento da medida socioeducativa, conforme definido na lei:

> Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou

[26] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Data de acesso; 22/02/2018.

> internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), **instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente**. (grifo nosso)
> Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.
> Art. 53. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável.

Tanto para a elaboração quanto para a execução do PIA, o mesmo deverá estar em consonância com o projeto político pedagógico institucional inserido na doutrina da proteção integral explicitando claramente seu compromisso com a educação socioeducativa, assim definida no ECA. A instituição executora da medida socioeducativa deverá, portanto, oferecer todas as condições para o desenvolvimento e cumprimento do PIA, não somente em relação ao adolescente, mas também em relação às equipes que com ele atuam no contexto da privação de liberdade. Dessa forma a instituição tem ao seu dispor todo suporte legal para se organizar na perspectiva da socioeducação, sem razão alguma para fixação em modelos e práticas cotidianas associadas à violência, maus tratos e destruição da dignidade do adolescente, tão próprio de uma política que já não encontra um artigo sequer nas normativas contemporâneas.

Até aqui fizemos uma apresentação das principais características referentes às etapas históricas das políticas de atenção à criança e especialmente sobre o adolescente em conflito com a lei. Para este trabalho de pesquisa, nos interessa destacar duas etapas: a primeira vai de 1942 com a instalação do S.A.M. até 1990 com a promulgação do ECA; a segunda de 1990 com a promulgação do ECA e do SINASE até os dias atuais, 2019. Isso se justifica pelo fato de serem modelos opostos, um denominado Correcional Repressivo e o outro modelo Socioeducativo.

Podemos afirmar que a legislação atual sobre as garantias de direitos e proteção integral dos adolescentes em conflito com a lei, responde satisfatoriamente como suporte jurídico para fazer valer, na prática cotidiana das instituições, a melhor atenção, o melhor atendimento para essa população. Especialmente para os adolescentes em conflito com a lei e privados de liberdade com medida socioeducativa de internação, a legislação estabelece uma base de garantias de direitos, sendo que se observa que parte deles ainda não são plenamente garantidos. Conforme relato na Introdução, foi possível verificar que para além do marco legal, há uma persistência histórica de valores originários de modelos anteriores das políticas

de atendimento, especialmente o que fora desenvolvido nas organizações administradas sob a orientação do Serviço de Assistência a Menores – S.A.M. Dessa forma há um nível de confrontação oculta entre modelos e orientações para a ação com o adolescente, que é a oposição entre o Modelo Correcional Repressivo e o modelo Socioeducativo. Dessa forma podemos perceber claramente dois modelos distintos.

A apresentação dos dois modelos históricos é pertinente pois, em cada um deles, a psicologia assume um papel e um lugar importante e, ao mesmo tempo distintos, para o sujeito privado de liberdade. A psicologia representa, no contexto institucional, a introdução de valores educativos que não estavam presentes antes, na vigência plena do modelo correcional repressivo; neste, ocupava um lugar como subalterna aos valores instituintes com pouca ou nenhuma ação de intervenção no cotidiano institucional. No modelo Socioeducativo, integrante ativa na equipe multidisciplinar, a psicologia deve ter um papel protagonista no processo de privação de liberdade, atuando com o adolescente na continência de suas angústias, de suas expectativas, desejos e perspectivas futuras, estabelecendo escuta singular na compreensão de sua expressão psíquica.

1.5 FEBEM – SP

O Estado de São Paulo, inspirado na nova diretiva de 1964 – FUNABEM - adotou sua política, sendo criado em 1973 uma Instituição Estadual para atender exclusivamente crianças e adolescentes e assim nasceu a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor – a Pró Menor. Sua existência perdurou por dois anos quando foi criada em abril de 1976 (lei nº985, de 26 de abril de 1976) a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM-SP (hoje denominada Fundação CASA[27] - Centro de Atendimento Socioeducativo do Adolescente). Foi caracterizada como uma entidade com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Promoção Social, com a finalidade de aplicar no Estado de São Paulo, as diretrizes e normas da Política Nacional do Bem-Estar do Menor assim como, promover estudos e planejar ações para soluções enquanto formuladora de políticas para a área. Assumiu a responsabilidade pela seleção, preparação e aprimoramento dos profissionais técnicos necessários à execução de seus programas. Teve como primeiro presidente o Dr. João Benedito de Azevedo Marques, dos quadros do Ministério Público, entendendo-se que talvez o sentido de justiça pudesse integrar o espírito dessa nova proposta.

[27] A estrutura completa atual da Fundação Casa, pode ser verificada no site www.fundacaocasa.sp.gov.br. Data de acesso: 10/09/2018.

CAPÍTULO 2 - MUDANÇA INSTITUCIONAL?

Como vimos no capítulo anterior, a história do atendimento ao adolescente em conflito com a lei é marcada por períodos em que o Estado cria leis, desenvolve política públicas, normatiza as práticas das instituições executoras e, no decorrer do tempo, o processo se desgasta se deteriora, restando escombros profissionais e sofrimento, tanto para os sujeitos usuários quanto para o corpo de trabalhadores. Podemos supor que nesse processo histórico de impedimento de realização de um projeto que sobreponha o anterior se explique pelo que diz, Bleger "das instituições tenderem a padecer dos males que buscam tratar".

Neste capítulo vamos abordar as características das organizações com base na conceituação desenvolvida por Max Weber e descritas por Rouchy e Desroche. Essa descrição visa situar a Fundação Casa no contexto organizacional com o objetivo de ilustrar a dimensão administrativa da organização. Entendemos importante essa classificação, pois irá contribuir para a discussão sobre o processo psíquico da instituição.

2.1 A estruturas de organização e a mudança institucional

É possível pensar em mudança institucional? Quais os fatores que permitem um processo de mudanças em organizações de atuação social ou de saúde? Instituições com longa data de existência podem ser mais difíceis de predisposição para mudança. Trataremos nesta parte da questão da mudança institucional descrita e analisada pelos autores Jean Claude Rouchy e Monique Soula Desroche[28]. É o relato de um trabalho de intervenção institucional com base na teoria psicanalítica. Instituição e Mudança, livro desses autores com subtítulo de "processos psíquicos e organização". Esse subtítulo encerra uma base epistemológica distinta daquelas tradicionalmente utilizadas para análise das organizações, baseadas nas teorias da Administração ou da Pedagogia.

A tipologia de organizações expostas a seguir, são descritas por Rouchy e Desroche, contudo podemos encontrar sua matriz na tradição sociológica Weberiana com derivação de seus estudos sobre Tipos de Dominação[29]. Como assinalamos, não focaremos os tipos de organização na perspectiva da teoria da administração como um objeto a ser analisado, mas

[28] ROUCHY, Jean Claude e DESROCHE, Monique Soula – Instituição e Mudança: processo psíquico e organização, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005 (Coleção Psicologia Social Inconsciente e Cultura).
[29] WEBER, Max – Economia e sociedade, Brasília,: Editora UNB, vol 1 2009.

nos interessa demonstrar, no contexto das tipologias, a inserção da Fundação Casa nessas definições. Ao mesmo tempo a tipologia, qualquer que seja, encerra um processo psíquico, foco de meu interesse neste trabalho, considerando-se os processos de interiorização dos valores instituintes, e os processos de mudança institucional.

As diferentes estruturas de organizações descritas por Rouchy e Desroche, são denominadas: carismáticas, burocráticas, tecnocráticas, cooperativas e em redes. Vamos descrever sucintamente cada uma delas e posteriormente analisar, com base nestas definições, em qual delas a Fundação Casa se enquadra.

A) Estrutura Carismática

A estrutura carismática é aquela que possui uma figura central no topo da pirâmide organizacional, é tida como o ser irradiador das políticas, das ideias, dos valores, do comportamento correto que deve ser seguido. Possui uma dinâmica onde a participação dos quadros diretivos é mínima e os encontros de trabalho são informativos com as decisões anteriormente definidas. O quadro diretor é visto como um grupo que recebe as informações e as decisões e também traz informações ao líder, sendo que as principais decisões são tomadas em outro lugar, num grupo restrito, ou somente pelo presidente da organização. Neste tipo, a afetividade tem uma prevalência, onde o amor, a admiração, são valorizados definindo uma relação com apelo ao vínculo ambíguo com a figura do líder, que pode proteger, mas pode também punir. A identificação com o chefe, com o dirigente ou o fundador, se dá como figuras extraordinárias dignas de admiração e referência. Segundo Rouchy "a utopia de base é a figura do "indivíduo excepcional" descrito por Bion (1970) como "um gênio, um messias, um místico". (p. 116). Melhor representação para essa estrutura entendo ser esta: um simples prolongamento da personalidade do empresário (Enriquez, 2000).[30]

B) Estrutura Burocrática

Como uma forma de contraposição à estrutura carismática, com sua base emocional e afetiva, a estrutura burocrática é definida pelo seu modo mecanicista de estrutura sendo ela mesma rígida, tendo as funções de cada área, de cada cargo previamente definidas. As regras e as normas de funcionamento definem de modo estrito, cada função de modo impessoal (Rouchy e Desroche 2005). Dessa forma a valorização da pessoa não é levada em conta e sim a função que ocupa, as relações afetivas não possuem valor algum. As estruturas burocráticas possuem a representação como uma máquina onde os afetos estão ausentes, "quase como

---

[30] ENRIQUEZ, Eugene (2000). Vida Psíquica e Organização. *In*: MOTTA, Fernando & Maria E. FREITAS Editores (2000). VIDA PSÍQUICA E ORGANIZAÇÃO. RJ, FGV.

executantes sem alma" (Enriquez, 2000). São regidas pela rígida divisão do trabalho e pelas definições que determinam as ações de cada função onde os grupos devem funcionar sem choques ou conflitos. A valorização da estrutura com suas definições não deixa margem para que os grupos possam criar mecanismos de ajuste de seus funcionamentos o que permite a prática de pequenos poderes, reforçando o sentido de autoridade. A autoridade é colada na estrutura hierarquizada, que estabelece regras de restrição, para evitar a possibilidade de agrupamento corporativo e questionamento desse modelo. A aferição sobre o trabalho está centrada na descrição dos objetivos de cada função e se foram cumpridos conforme a descrição que a função determina. Nesse sentido a relação é impessoal, sem afetividade, e a estrutura hierarquizada deve buscar o funcionamento de si própria sem choques ou conflitos.

C) Estrutura tecnocrática

A estrutura tecnocrática tem a noção da competência supervalorizada em detrimento da rigidez da hierarquia, onde a figura do gerente competente possui autonomia para desenvolver e aplicar operacionalmente aquilo que vem já decidido pela direção superior, podendo escolher métodos e técnicas que desejar para cumprimento das metas. A competência é entendida como a crença em um saber que vai resolver os problemas. A hierarquia existe, mas com menos elementos, com um organograma achatado, permitindo a organização de grupos de trabalho, constituídos por projetos ou objetivos. A orientação maior da organização é dada pela alta direção que é composta de pessoas do mais alto grau de competência e de domínio de um saber tecnológico. Encontramos uma descrição muito crítica de Enriquez sobre esse modelo:

> A tecnocracia tem como credo a racionalidade ilimitada. Também o poder pertence aos *experts*. Para cumprir seu papel, estes não devem estar sujeitos aos humores; eles são possuídos pela fantasia do domínio total das coisas e dos seres; de fato, por um lado, enxergam e constroem um *real* quantificável e passível de formalização (os problemas não-quantificáveis são rejeitados no limbo ou acabam sendo representados por indicadores econômicos, sociais e mesmo afetivos, podendo servir de elementos de cálculo); por outro lado, podem falar uma linguagem da ciência identificada com a verdade, sem se dar conta de que, assim fazendo, cedem à ideologia da ciência e da tecnologia. (Enriquez, 2000, p. 15)

A organização tecnocrática permite uma certa autonomia de ação de seus membros da gestão intermediária, que pode ser exercida na escolha das técnicas e dos meios estratégicos de execução das diretrizes e planos definidos pelo grupo de gestão maior. Nesse sentido a valorização da competência projetada na figura do tecnocrata, não significa uma valorização do trabalhador e sim daquilo que ele sabe e o que é capaz de produzir com seu saber. Não é

elogiado simplesmente pelo mérito de tê-los adquirido, mas se esse saber falha na produtividade esperada, certamente cairá em desgraça e poderá ser substituído prontamente. A organização tecnocrática considera a possibilidade da expressão da emoção, mas está a serviço da eficiência. As emoções são variáveis sendo estas transformadas em insumos para a produção, para a eficiência dos trabalhadores.

D) Estruturas Cooperativas

As estruturas cooperativas remontam ao final do século XIX. É uma filha predileta dos socialistas utópicos como Saint-Simon, Proudhon, Fourier que viam nessa organização uma possibilidade de inverter a lógica do trabalho possibilitando ao trabalhador o controle de seu próprio trabalho. Essa estrutura á analisada por Enriquez[31] que assim descreve:

> O objetivo era formar organizações nas quais os indivíduos, através da adesão livre, estivessem em situação de igualdade e compartilhassem os mesmos valores de camaradagem e fraternidade. As decisões eram tomadas coletivamente por pessoas eleitas por seus pares, perante os quais eram responsáveis. Deixarei de lado as regras jurídicas de funcionamento dessas organizações, embora elas sejam, em grande parte, as causas de suas disfunções. O que me parece importante sublinhar é a crença na existência de sentimentos exclusivamente positivos em tais organizações. Em termos mais atuais, diria que os cooperados apenas reconhecem o trabalho da pulsão de vida. (Enriquez, 2000, p. 13)

As estruturas cooperativas estão hoje no Brasil, muito difundidas e são consideradas como a organização predileta das formas alternativas de economia, preconizadas pelo movimento Economia Solidária (Tigel, 2011)[32]. Contudo ainda é possível que essa estrutura, que se opõe às outras já descritas em todas as suas formas, pois propõe a linha horizontal de funcionamento, com a participação coletiva para as decisões cruciais, ainda padeça de um mal naquilo que deseja superar. Vejamos com Rouchye Desroche uma análise sobre sua vulnerabilidade:

> A utopia subjacente às estruturas cooperativas é a de uma fratria a-conflitual na qual existiria a igualdade das competências e dos investimentos pessoais.

---

[31] ENRIQUEZ, E. Vida psíquica e organização. In: Motta F, Freitas ME, organizadores. Vida psíquica e organização. São Paulo: Editora FGV; 2000.

[32] É um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na economia solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos. Ver em: Tygel, Daniel. O que é Economia Solidária. Revista FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria. Data de acesso: 10/02/2018.

> Os principais riscos aos quais estão expostos os serviços ou as equipes que funcionam desse modo são, por um lado, o fechamento sobre eles mesmos, com projeção externa dos maus objetos e dos fantasmas de perseguição, e, de outro, uma fusionalidade conduzindo à indiferenciação das funções, e correspondendo a um estado de "ilusão grupal" (Anzieu), isto é, a uma tonalidade emocional de base invadindo o grupo de trabalho (Bion) e causando um entrave na relação com a realidade. (Rouchy & Desroche, 2005, p. 48)

De todo modo a possibilidade de se estruturar o trabalho tendo como perspectiva o grupo como tomada de decisões e participação coletiva, representa um avanço com seu sistema democrático onde a avaliação dos resultados do trabalho não esteja centrada na pessoa, enquanto ser produtivo, mas enquanto fatores que favorecem os acertos ou erros, que na verdade são, nesse modelo, de responsabilidade compartilhada.

E) Estrutura em Rede

A experiência da estrutura em rede, ou seja, o estabelecimento de relações com outra organização na busca de complementação de serviços sem que cada uma perca sua especificidade, é uma construção enquanto iniciativa dos próprios serviços e no caso do Brasil, temos no SUS – Sistema Único de Saúde - uma estratégica operacional que permite na prática o exercício da integralidade do atendimento ao cidadão. No dizer de Rouchy e Desroche "a parceria requer de fato uma iniciativa de confronto das representações mútuas e da evolução das identidades profissionais" (Rouchy e Desroche, p.48). As diferentes estruturas dos organismos e o lento processo de aceitação da igualdade das organizações, torna o trabalho em rede ainda uma meta a ser alcançada no longo prazo.

2.2 A estrutura tipológica da Fundação Casa

A descrição dos tipos de organização é um fator importante nesta discussão, pois permite uma compreensão da dimensão geral e do contexto institucional dos valores que regem as relações dos trabalhadores dos serviços e no caso, especialmente para definir a localização da instituição na nossa análise.

Podemos considerar um modelo com dupla característica na tipologia organizacional da Fundação Casa, sendo por um lado o tipo carismático e por outro o tipo burocrático. Difícil neste caso defini um tipo puro de organização, pois pode-se observar também uma espécie de subtipos no conjunto das formas organizacionais. Assim em determinados níveis o tipo carismático coexiste com o tipo burocrático. Rouchy e Desroche observam em organizações de saúde e social a mesma forma mista

> No setor sanitário e social, predominam frequentemente estruturas compostas. Podemos assim considerar que os estabelecimentos hospitalares são constituídos numa base administrativa burocrática, enquanto os serviços médicos são estruturados de modo carismático em torno de seu "chefe". (Rouchy e Desroche, 2005, p. 45)

A dimensão de gigantismo dessa instituição permite a heterogeneidade de tipos de organização e ao mesmo tempo de valores que regem as práticas dos profissionais. A identificação do modelo burocrático se percebe imediatamente com o organograma físico[33] onde a estrutura administrativa, como atividade meio, possui uma dimensão proporcionalmente maior em relação a atividade fim, com uma estrutura menor, porém com uma maior quantidade de servidores. Ao mesmo tempo a atividade fim é constituída em sua estrutura organizacional, por uma direção de base, nos Centros de Internação, que assume perante seu grupo de trabalho um papel de referência, figura vista como centro das informações, e da condução das normas praticadas naquele local. Isso quer dizer que cada Centro de Internação possui uma direção capaz de estabelecer um modelo de relações baseado na valorização de sua figura a qual se posiciona como polo irradiador de informações e de decisões sobre questões críticas do cotidiano. Como um ser carismático. Ao mesmo tempo, a estrutura desse Centro é constituída por um emaranhado de normas e ditames administrativos acumulados no decorrer do tempo ficando difícil identificar aquilo que está expresso em portarias administrativas e aquilo que está inscrito, e não escrito, nos valores criados pelas relações entre os grupos no decorrer do tempo se tornado uma espécie de norma oculta. E dessa forma, a figura do diretor aparece como aquele que pode interpretar as dúvidas das normas e se for o caso até forçar uma interpretação em favor próprio ou de alguém que tenha interesse em favorecer. Mas mesmo assim, há uma estrutura de procedimentos que o servidor deve cumprir que diz respeito aos ditames intrínsecos de sua função. De qualquer maneira, a estrutura organizacional comporta um sistema de relações entre os grupos estruturantes da instituição criando um conjunto de valores os quais vão influenciar a reger as práticas de todos nas relações do cotidiano.

2.3 Vida psíquica nas organizações

Os valores vivenciados pelos grupos institucionais possuem um contexto de expressão e ao mesmo tempo são produzidos e sustentados nas relações do cotidiano. Certamente a

---

[33] www.fundacaocasa.sp.gov.br organograma. Data de acesso: em 13/02/2018.

história vivida por cada um, com sua singularidade, é a base psicológica dos sujeitos que vão interagir no contexto delimitado da instituição. É no cotidiano, portanto, que os valores instituídos se originam, se manifestam e ao mesmo tempo se sustentam e se reproduzem, através das relações estabelecidas entre os grupos, num processo onde temos de um lado, os sujeitos que são objeto das ações socioeducativas dos trabalhadores, são os adolescentes, e de outro, os próprios trabalhadores, sujeitos que são das ações dos adolescentes os quais, por sua vez, influenciam na ação dos servidores. Quer dizer, um processo dialético onde de um lado se posicionam os adolescentes e de outro os trabalhadores, e nesse sistema de relações, numa criação e afirmação de pactos objetivos de convivência, e também inconscientes, se cria uma gama de valores, os quais vão se consolidando, se instituindo e constituem como uma cultura daquele grupo que não é vivenciado somente por ele, mas se expande para todas as áreas da instituição. No trabalho de Lima foi observada essa relação, que aparece pelo seu sintoma, nomeado de tensão:

> Uma caracterização que salta aos olhos no que tange a todas essas relações é a forma como o conflito usualmente as permeia, sendo inclusive um dos argumentos citados para explicar a permanente sensação de tensão que vários desses funcionários expressam em suas narrativas sobre seu cotidiano de trabalho. (Lima, 2014 p. 46)

Todos os tipos de estrutura das organizações refletem de certa forma, o modelo constituído naquele grupo que pode ter origem nele e é sustentado e reproduzido por ele. Mesmo nos tipos mais verticais de organização, sua manutenção não se dá somente pela forma da obediência hierárquica, mas também pelo arranjo coletivo assumido pelos membros componentes desses grupos. O que possibilita a manutenção das estruturas organizacionais é matéria complexa e multifacetada. Contudo os arranjos grupais nas organizações estão estruturados em processos psíquicos inconscientes; conforme Kaes[34]:

> As alianças inconscientes, que é o tema desta obra, são essencialmente aquelas que se estabelecem entre dois ou mais sujeitos: elas são a matéria e a própria organização da realidade psíquica que especificam a sua relação. Essas alianças estão presentes em todos os casais, ou duplas, em todas as famílias, em todos os grupos e em todas as instituições. (Kaes, 2014, p. 11)

Segundo Kaes, as organizações se constituem como "uma série de superposições complexas de níveis de organização (social, política, econômica, psíquica...) as alianças infiltram-se no emaranhado desses níveis." (1991, p. 173) Como veremos no segundo

[34] KAES, René. As alianças inconscientes. São Paulo: Ideias & letras, 2014.

capítulo, o cotidiano é a delimitação tempo/espaço onde os valores culturais institucionais recebem vida num emaranhado de relações entre grupos e esse conjunto de alianças constitui a vida psíquica institucional.

Nesse processo podemos perguntar: de que forma a mudança é possível em uma instituição cujos valores constituídos são gerados, sustentados, reproduzidos numa cadeia permanente de manutenção desses próprios valores? Como observa Rouchy e Desroche:

> A mudança é um processo que concerne ao mesmo tempo os indivíduos, os grupos e o sistema organizacional. Na nossa perspectiva, uma mudança da estrutura da organização fica inoperante se não houver uma evolução dos membros da mesma. E, inversamente, uma evolução dos membros da organização deve ser acompanhada de uma mudança no plano das estruturas. Isto conduz a definir uma concepção analítica das estruturas e a distinguir a organização da instituição. Distinguir os valores instituintes e os sistemas organizados permite evitar fazê-los aparecer como um estado "natural" e, portanto, imutável, situado fora do tempo, quer dizer, não estando sujeito a variações, a mudanças. (Rouchy e Desroche, 2005, p. 56)

Os valores institucionais, importante considerar, estão ligados ao fato de que fazem parte das pessoas e não da instituição como ente abstrato. Também necessário considerar o processo de interiorização dos valores como elemento de consolidação ou motivador das mudanças institucionais. O conjunto de elementos institucionais não são objetos exteriores às pessoas e as pessoas são integrantes ativas das estruturas: vivenciar os valores e ao mesmo tempo dar sustentação a eles. Dessa forma, Rouchy e Desroche nos diz:

> Pois se as pessoas não são externas às estruturas, para que elas funcionem, ainda é preciso que os membros de uma organização tenham interiorizado suas normas e seus valores. Isto é particularmente visível nas estruturas cooperativas, que constantemente têm uma dimensão militante, e nas estruturas tecnocráticas, em que há um esforço, por diferentes métodos (e principalmente mediante entrevistas de avaliação) para jogar com processos de identificação e de aumentar a interiorização das normas e dos valores instituídos. Isso é mais implícito nas estruturas carismáticas e burocráticas que caracterizam a maioria das estruturas de tratamento. (Rouchy e Desroche, 2005, p.28)

Esse é um dos pontos importantes onde a interiorização dos valores se constitui como o campo onde será possível pensar na mudança organizacional. É possível pensar a viabilidade de mudança, ou não, ou adaptação do grupo profissional, se for possível um processo de análise e intervenção nessa direção. Dessa forma Rouchy e Desroche descrevem com muita clareza aquilo que é um processo de mudança e o que é adaptação. Temos:

> Um critério simples permite distinguir o que seria do domínio da mudança e o que seria do domínio da adaptação e o que resultaria da mudança: os valores instituintes (que tomaram forma e se atualizaram numa certa época em dado sistema de organização) são questionados? Novos valores instituintes têm lugar na concepção de um novo sistema de organização? Trata-se então de uma mudança de estrutura, mas também dos valores, das representações, das normas e das regras de funcionamento interiorizadas pelos profissionais, da identidade profissional, dando lugar a algo de novo no processo de identificação. (2005, p. 56)

Quanto a adaptação temos:

> A adaptação se refere a ajustes do quadro instituído e do sistema de organização no mesmo sistema de valores, sem que este seja questionado de nenhum modo: a finalidade do tratamento ou do trabalho social é abortada na globalidade da relação do somático, do psíquico e do social. Se considerarmos mais a dor do doente, e principalmente a do recém-nascido, durante tanto tempo negada na França apesar de toda plausibilidade, a dor pode manter um estatuto muito relativo no tratamento, como algo mais em que se deveria pensar. (Rouchy e Desroche, 2005, p. 57)

A mudança organizacional não pode ocorrer, portanto, pensando-se que somente a alteração da estrutura permitiria uma diferenciação entre os valores instituídos e aqueles que devem reger novas práticas nas novas ações profissionais, mas sim deve ocorrer na origem dos mecanismos que instituem e consolidam esses valores. Tomemos Rouchy e Desroche:

> Mais do que adaptações ou ajustes, a mudança requer a demolição do sistema instituído para que se reorganize o quadro institucional em função dos valores instituintes correspondentes a novas missões. Sem isso, a evolução será localizada no plano da organização sem promover a mudança institucional. (2005, p. 58)

2.4 Na Fundação Casa a mudança institucional é possível?

A resposta a essa pergunta exige uma análise da instituição a partir de um processo histórico, analisando-se sua constituição original, a legislação que a regeu nas suas origens, a legislação atual, as associações com as políticas públicas, as práticas efetivas e, verificar a identificação que os grupos assumem e as representações originárias historicamente desenvolvidas, a característica dos clientes atendidos e a evolução de seu perfil no tempo, a constituição das equipes e sua evolução do ponto de vista epistemológico, metodológico, e assim poder chegar a um enquadre hoje. Contudo não é tarefa neste momento um aprofundamento de cada um desses indicadores, mas, analisarmos aspectos importantes deles.

De fato, a proposta é equalizar esses indicadores pensando em atribuir pesos diferentes àqueles que melhor se aproximem do objeto da pesquisa.

Um dos fatores importantes que nos leva a considerar a afirmação de Rouchy e Desroche que não há mudança institucional sem abordar os valores instituintes é analisar o fato de que no decorrer dos últimos dez anos, aproximadamente oitenta por cento do quadro de servidores foi trocado[35]. Aqui não se trata somente de saídas e novas entradas de trabalhadores, mas também se considera a entrada de novos profissionais, devido a expansão e ampliação da instituição no processo de descentralização ocorrido a partir de 2005.

Dessa reforma, partindo-se da centralização para a descentralização, houve a oportunidade de se criar um processo de renovação de valores instituídos por um percurso histórico de trinta anos onde predominava o modelo correcional repressivo e a passagem para o modelo educacional. Este fato iremos recuperar para a análise dos dados da pesquisa, como possível argumento sobre a hipótese de mudança ou adaptação institucional.

Certamente esta análise está no plano mais geral, pois se estabelece um complexo de relações entre todo o corpo institucional, dinâmico, intenso, contínuo, dialético, com níveis de maior concentração de críticas sobre os valores instituintes, e ao mesmo tempo grupos com impermeabilidade a qualquer abertura para renovação de valores. Ao mesmo tempo a reivindicação Sindical do corpo funcional, tem como base o entendimento de que o trabalho com a população adolescente em conflito com a lei é uma espécie de concessão pessoal que se faz ao Estado, pois na verdade entendem tratar-se de uma população de seres humanos, que no limite, por terem praticado um crime, não mereceriam mais sequer continuar a viver. Quer dizer, o contato com esses jovens é permeado de uma espécie de dívida permanente que nunca é saldada por mais que se conceda benefícios e vantagens na relação trabalhista. O Departamento Jurídico tem sob sua responsabilidade um número elevado de processos judiciais pelo pagamento de insalubridade, por exemplo, pelo simples contato com o adolescente que, alegam, seria uma fonte de doenças infecto-contagiosas, dependentes químicos e perigosos.

Nesse sentido, não há diferenciação entre o grupo de servidores que possuem nível superior e os que não possuem: ambos podem apresentar a mesma resistência à abertura para reconsideração dos valores instituintes. Pode-se encontrar nesses dois grupos, valores e atitudes semelhantes ou iguais, referente a visão sobre o adolescente, ou à instituição. Ao

---

[35] Fonte: levantamento do autor sobre o tempo de entrada na Fundação por cargo. Foi quantificado por períodos de 1 a 5 anos a permanência na instituição. Material utilizado: quadro de pessoal da Fundação fornecido pelo Depto RH.

mesmo tempo dentro do próprio grupo há, podemos chamar, de subgrupos os quais estabelecem uma dinâmica de tensão e disputas entre si, mas ao mesmo tempo estabelecem uma dinâmica de alianças num processo de contradições e paradoxos. A equipe psicossocial com Assistentes Sociais e Psicólogos que historicamente foram considerados o centro pensante do grupo interdisciplinar nas relações do cotidiano em contraposição ao grupo da área de segurança, considerado somente aquele que tem a força física desprovido de possibilidade de pensamento técnico e muito menos científico. Estes por sua vez consideram a equipe psicossocial arrogante, prepotente e que no fundo não conhecem o adolescente em profundidade pois somente se entrevistam com ele no gabinete, enquanto que o profissional de segurança o acompanha diariamente nas atividades e tem a chance de conversar com ele e não raro o adolescente deposita nesse trabalhador um valor de confidência e confiança. (Lima, 2014) E nesse processo, não é raro, paradoxalmente, que essas equipes estabelecem entre si laços de amizades para além do momento do trabalho e muitas vezes estabelecem relações amorosas e casamentos.

O profissional da psicologia, era considerado em tempos passados, um profissional de saber superior pois a psicologia, sendo fundada em uma ciência, portanto, se sustenta em um saber comprovado. O psicólogo fazia parte de um grupo multiprofissional, sendo seu relatório visto pelo Poder Judiciário, com um grau de importância distinto dos relatórios de outras áreas, como do Serviço Social ou da Pedagogia. Somente o relatório do médico psiquiatra, supera, com folga, qualquer outro documento emitido por profissional de nível superior.

Ao psicólogo, foi atribuído um papel, com dupla finalidade. Primeiro, um profissional para atendimento ao adolescente para verificar sua personalidade, sua condição de saúde mental e as características de adaptabilidade que o adolescente desenvolve no percurso da privação de liberdade. Em segundo lugar, o psicólogo, poderia ser aquele profissional que atuaria como uma espécie de analista institucional trabalhando com seus colegas da equipe com o papel de desvelar os conflitos e propor alguma forma terapêutica de solução dos mesmos. Esse papel não se tem noticias que fora desenvolvido, visto ser na sua essência, uma impossibilidade, sobremaneira nessa instituição, pois a convivência ativa como membro de uma equipe não raro estabelecendo relações tensas de trabalho e paradoxalmente, amorosas com outro membro da equipe, seria muito pouco provável poder desempenhar um papel como analista desse mesmo grupo. Muito certamente despertaria sentimentos paranoides e de desconfiança inviabilizando o processo de análise das representações intrínsecas ao trabalho praticado.

No decorrer do tempo tanto o psicólogo quanto assistente social foram se caracterizando como os dois principais profissionais do grupo, e passaram a ser protagonistas dentro do sistema de justiça, tendo o Poder Judiciário e o Ministério Público assumido esses profissionais na característica de uma dupla. Na instituição, a dupla foi tão fortemente constituída como um valor intrínseco assumido por todos os agentes se transformando em uma espécie de entidade indissolúvel.

A dupla formada por psicólogos e assistentes sociais, foi e ainda é hoje, um valor constituído dentro do sistema socioeducativo de difícil dissolução. Na verdade, todos os órgãos do sistema de justiça reforçam esse caráter de dupla, como o Ministério Público o Poder Judiciário e a Defensoria Pública. Todos possuem como assessoria técnica, uma dupla de psicólogos e assistentes sociais. Na Fundação Casa, essa constituição por duplas passou por um processo de discussão, com os próprios profissionais, contudo a estratégia da racionalidade institucional teve pouca força contra esse valor instituído sendo que resquícios poderosos rondam a permanência e consolidação da dupla como um corpo profissional único. Qual a crítica à dupla? A dupla formada dessa maneira, produziu no decorrer do tempo, uma mistura de objeto profissional. É comum encontrar nos relatos de ambos, elementos linguísticos que se misturam onde tanto um quanto outro, se utilizam de termos que servem tanto para uma área quanto à outra[36].

A intenção neste momento, é indicar o problema da mudança institucional as dificuldades e como o processo de alteração de valores em instituição complexa, de grande porte, merece uma análise ampla, com a necessidade de buscar a revelação do processo de identificação dos valores que se consolidam no grupo e perduram apesar de várias intervenções, tanto pela racionalidade administrativa diretiva quanto pelo processo participativo nas discussões de criação e implantação de outros valores. Rouchy e Desroche colocam a possibilidade de mudanças ocorrer num processo analítico

> "...pela análise e funcionamento dos grupos, das normas e dos valores interiorizados pelos profissionais que se efetua uma análise do quadro institucional numa perspectiva de mudança. Os dispositivos devem ter uma dimensão grupal (continência, espaço transicional, processo identificatório) para que tal análise possa ser realizada". (Rouchy e Desroche, 2005, p. 60)

[36] Por exemplo: adolescente apresenta um comportamento adequado, segue as normas da Unidade, cumpre as atividades... (relatório de acompanhamento da medida socioeducativa de internação) encontra-se essa narrativa tanto realizada por um quanto por outro.

Ao mesmo tempo a mudança institucional não ocorre se não for completa e no conjunto dos grupos de pertencimento e constituintes da organização. Finalizando com Rouchy e Desroche:

> A questão da mudança não pode se colocar ao mesmo tempo no nível da globalidade de um estabelecimento, pois ele tem como motor os grupos reais de pertencimento. É através da evolução progressiva, em cada grupo de pertencimento e em cada serviço, das mentalidades, das práticas e das atitudes recíprocas, e por sua inscrição no sistema organizado que novos valores podem adquirir reconhecimento e dar forma a um modo de organização coerente. (Rouchy e Desroche, 2005, p. 60)

2.5 Reflexão sobre a produção e reprodução dos valores instituintes no cotidiano das práticas institucionais da Fundação Casa

A instituição executora de medida socioeducativa de São Paulo, Fundação de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA – apresenta características muito peculiares e exclusivas, e será analisada tendo como eixo de discussão a atuação, a posição da área da psicologia no conjunto de seu mecanismo de funcionamento. Dessa forma tentaremos traçar uma linha de análise entre as bases institucionais as quais está inserido e alguns pressupostos apresentados pelos autores.

Pensar a possibilidade de mudança institucional, implica necessariamente em se remeter ao seu histórico, tipo de estrutura e as relações que se estabelecem entre trabalhadores, e grupos os quais estão inseridos.

Essa instituição com características peculiares, por ser única em sua finalidade, apresenta um modo de existência e funcionamento do cotidiano que é como a força motriz da cultura institucional sendo a essência da Fundação e ao mesmo tempo a consolidação dos valores instituintes predominantes. Dizemos das relações institucionais do coletivo que se movimenta numa pluralidade de alianças, acordos e processos psíquicos constitutivos da cultura organizacional.

Dessa forma, a reflexão que se segue busca construir uma concepção dos valores instituintes, que faz parte também do processo de elaboração do caminho metodológico para a realização da pesquisa. Importante frisar que a reflexão a seguir tem origem na experiência de mais de vinte anos de trabalho do pesquisador nessa instituição sendo fruto de observação do cotidiano, da experiência nas relações institucionais de reflexão coletiva com os profissionais que atuam no cotidiano, de leituras de teses e dissertações e publicações diversas, e que serão referenciados no decorrer da exposição.

Pensar uma instituição que é única enquanto sua finalidade, é pensar na natureza de sua atividade, na estrutura administrativa que está configurada, na característica de seu corpo

funcional e também na política pública que está inserida e nas relações que se estabelecem entre os atores do grupo funcional e o grupo dos adolescentes que cumprem a medida socioeducativa privativa de liberdade, no caso a internação.

A base piramidal dessa instituição se constitui como os espaços onde se executa a privação de liberdade de adolescentes que cometeram um ato infracional, e esses locais são os Centros de Internação. Comportam, de maneira geral, em torno de 60 adolescentes e aproximadamente 80 servidores[37]. Estes estão divididos em categorias de trabalhadores sendo que há um grupo sem exigência de formação em nível superior e um outro que se exige. Os trabalhadores em número quantitativamente maior são aqueles que não se exige nível superior e possuem um horário de trabalho na forma de plantão, sendo que trabalham durante dois dias e folgam dois dias, numa jornada de 11 horas. Outros servidores possuem jornada de trabalho que vai de 30 horas semanais até 40 horas semanais. Na primeira categoria temos os profissionais que possuem a função de segurança e disciplina. O outro grupo possui funções específicas dentro de sua área de atuação que são os profissionais da Pedagogia, da Enfermagem, da Medicina, Odontologia, Nutrição, Serviço Social, e da Psicologia.

O cotidiano institucional é o campo privilegiado onde são postos em funcionamento todos os sentidos do homem, as capacidades intelectuais, sentimentos e paixão, ideias e ideologias (Heller, 2004)[38]. No sistema socioeducativo o cotidiano institucional assume grande importância pois é num determinado tempo e lugar que a experiência da relação entre os adolescentes e os profissionais acontece. Organizar o cotidiano é, portanto, um fator de organizar a vida presente do adolescente que acontece plenamente naquele espaço determinado, que é o espaço institucional

A organização do cotidiano está configurada de tal forma onde os adolescentes possuem uma agenda de atividades que os mantém ocupados durante todo o dia, quer sejam atividades esportivas, escolarização formal ou arte-cultura. Também recebem atendimento dos profissionais do Serviço Social, da Saúde e da Psicologia.[39]

Os profissionais da área da segurança são em maior número representando aproximadamente sessenta por cento do total de servidores. Possuem a função de manter a disciplina e a organização dos adolescentes para que os mesmos fiquem sempre organizados para uma atividade. Esse grupo, é aquele que mantém contato com o adolescente a maior

---

[37] A população presente na Fundação Casa pode ser verificada no site www.fundacaocasa.sp.gov.br

[38] HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

[39] Sobre essa agenda será explorada sua dinâmica em outro momento.

parte do tempo. Sendo responsável pela disciplina e segurança esses servidores acompanham o adolescente em qualquer situação e qualquer espaço em que se encontram.

A partir da relação que se estabelece entre os adolescentes e o grupo encarregado da disciplina e segurança, portanto, que se desenvolve um complexo de relações configurando um sistema de trocas simbólicas, políticas, psicológicas, intersubjetivas, que resulta um conjunto de valores os quais vão se caracterizar como instituintes, numa posição de hegemonia e influência nas outras relações institucionais originando a cultura institucional.

Desse modo de um lado temos o grupo de adolescentes e de outro o grupo de servidores que estabelecem um modo de relação que é um modo peculiar pois acontece no contexto da privação de liberdade, característica essencial dessa organização. Esse contexto significa que os adolescentes não podem sair dali embora queiram, pois estão temporariamente privados de liberdade e os servidores não podem permitir que saiam, que fujam. Em estudo recente, Yokomiso observa:

> Neste sentido, a qualidade dos vínculos intersubjetivos entre adolescentes e profissionais — em especial, os agentes de apoio técnico[40] – se faz um ponto marcante na dinâmica destas unidades. As relações ocorrem em sentido vertical, de domínio e submissão. O encontro de subjetividades se embota diante do compromisso da ordem e respeito. (Yokomiso, 2007, p. 82)

Ao mesmo tempo, os trabalhadores da área da segurança estão ali por força de um contrato de trabalho que exige frequência diária e cumprimento de jornada. De alguma maneira, o trabalhador não tem autonomia para não estar ali. Cabe aos outros profissionais a prestação de um serviço de atendimento que não possui em si, os fundamentos da segurança e disciplina, pois são profissionais de nível superior e devem promover ações específicas de suas áreas, como saúde, educação e psicossocial, como já citamos acima.

A partir do despertar do adolescente até o anoitecer e no período que compreende o noturno que vai das 19:00 hs até 7:00 hs da manhã há uma preocupação fundamental dos servidores responsáveis pela segurança, que é não permitir que o adolescente possa fugir. Na verdade, a fuga seria o máximo da perda do controle da situação e do próprio adolescente. O adolescente é considerado uma pessoa que está sempre preparando uma situação para tentar estabelecer uma forma de controle acima do controle exercido pelo servidor. Isso faz com que cada instante, cada momento, cada situação que o adolescente vivencie esteja sob o controle e sob a ação superior do servidor. Esse servidor é o Agente de Apoio Socioeducativo, que está

---

[40] Agentes de Apoio Técnico é o nome dos profissionais encarregados da segurança e disciplina. Esse nome foi alterado para Agente de Apoio Socioeducativo, com as mesmas funções de segurança e disciplina.

vinte e quatro horas por dia ao seu lado e com a preocupação permanente de mantê-lo sob o cumprimento das normas estabelecidas sem qualquer hipótese de questionamento. Quer dizer, o adolescente é subjugado; deve obedecer ao que lhe é colocado pelo servidor e seguir as normas sem questionar. Estabelece-se uma relação de subjugação cuja finalidade é impedir que o adolescente fuja e garantir a ordem. O sistema de subjugação está baseado em fazer com que o adolescente seja permanentemente controlado pelo grupo de servidores. Dessa forma se estabelecem papeis para cada um deles sendo o adolescente aquele que é do crime, está no campo do crime, recebe a denominação genérica de "ladrão". Ao passo que o servidor é aquele que se posiciona como o guardião da privação de liberdade tendo a missão de manter os "encarcerados" sob seu controle. São os "funças", assim chamados pelos adolescentes[41] (Lima, 2014). É possível que esse servidor estabeleça uma identificação com o adolescente, pois no geral, os dois vêm da mesma camada socioeconômica, sendo não raro, vizinhos nos bairros, geralmente periféricos, onde moram. Talvez uma forma de se diferenciar dele, seja projetando nele conteúdos indesejáveis que deseja se livrar, como a mesma "subjugação" que vive socialmente, na forma da limitação econômica e da quase impossível mobilidade social.

Contudo, esse processo não é uma totalidade: o grupo de adolescentes não se deixa subjugar de maneira plena. Há uma resistência, o que os impulsiona para uma tensão e uma luta diária com os elementos da subjugação. O cotidiano é um território de tensões, contradições e paradoxos. É nele, dessa forma, que se estabelecem as relações que vão repercutir em todo sistema de relações que envolve todos os outros servidores e todas as áreas, incluindo-se os níveis operacionais aos gerenciais e mesmo da alta gerência, no primeiro escalão. Há uma tensão nas relações com um jogo de forças atuando permanentemente, com um complexo de interesses de todos os grupos que ali estão atuando em um complexo de relações intersubjetivas. O fator primordial desse cotidiano é o fato da privação de liberdade; há uma convivência obrigatória entre todos. Por um lado, o adolescente privado de liberdade por força da ação do Sistema de Justiça, com Ministério Público e Poder judiciário que definem e determinam a perda da liberdade. Por outro lado, o grupo de servidores, como vimos anteriormente, possuem um contrato de trabalho que os obriga a estarem presentes regularmente. Portanto, tanto um grupo, quanto o outro, são obrigados a estabelecerem uma convivência diária, baseada em normas jurídicas, tanto para um quanto para o outro. Dessa forma as relações vão se constituindo de maneira a se criar um *modus*

[41] A respeito da caracterização dos servidores ver "Entre o recuperável e o Estruturado: classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei". Dissertação de mestrado – Juliana Vinuto Lima - FFLCH – 2014.

operandi, uma espécie de modelo de relações onde a subjugação do adolescente é o eixo central é a intencionalidade das ações das preocupações do grupo de funcionários da área da segurança. Nesse tempo e espaço de relações vai-se originando um conjunto de valores um sistema de funcionamento, que se constitui como uma matriz para o funcionamento de toda a instituição. São trocas concretas e significativas definindo a característica de complexidade naquele coletivo. São valores que se consolidam e definem não somente as relações naquele território celular que é o Centro de internação, mas reverbera para todas as relações tanto horizontalmente quanto verticalmente. Esses valores têm sua potência no processo de interiorização que dão sustentação à sua manutenção, vejamos em Rouchy e Desroche:

> A interiorização, pelos indivíduos, dos valores da organização de que fazem parte, levou-nos há muito a conceber qualquer trabalho num estabelecimento de trabalho social, uma escola, um hospital, ou qualquer outro grupo social, como impossibilitado de visar unicamente a estrutura da organização, mas sim o modo com que ela foi interiorizada pelos profissionais, pois a estrutura faz parte dos próprios indivíduos. (Rouchy e Desroche, 2005, p. 14)

Da mesma forma que o adolescente é tratado para ser subjugado à vontade do servidor, o servidor é subjugado à vontade de sua chefia. Da mesma maneira que o adolescente é visto como um ser de categoria inferior, a administração central também vê o servidor como um ser não confiável. No caso do adolescente este é identificado como bandido, chamado genericamente de "ladrão", independente do ato infracional que tenha praticado. É um termo que o coloca na posição que deve ficar e responder a ela, estabelecendo uma diferenciação do corpo funcional. Do outro lado os servidores são vistos pela administração central como aqueles que veem na instituição um meio de trabalho fácil, que somente fazem reinvindicações de interesses trabalhistas indefinidamente, insatisfeitos com os benefícios que recebem e sem nenhuma preocupação com o adolescente. Observamos, dessa forma, a migração dos valores gerados e vivenciados no interior dos Centros de internação, da base da pirâmide para o topo e do topo para a base estabelecendo uma dialética de perpetuação desses valores consolidando um modelo, que se repete ao longo do tempo.

A administração central, visando administrar o trabalho dos servidores, estabelece normas e diretrizes administrativas que criam um sistema de controle rígido. São editadas portarias reguladoras tanto para o horário de trabalho quanto para qualquer ausência do posto de trabalho com características de rigidez. E dessa forma, entre a base e o topo da pirâmide se estabelece um campo de tensão no mesmo formato que se vive essa tensão no Centro de internação, reproduzindo o mesmo modelo: da mesma maneira que o adolescente procura

constantemente formas de burlar as normas rígidas impostas a ele, o servidor cria um sistema de burlas para se ver livre das normas rígidas que também lhes são impostas. A administração central atua na rigidez da norma, reproduzindo a rigidez da norma imposta ao adolescente nos Centros de Internação.

No microssistema, o Centro de Internação, também se estabelecem relações horizontais as quais seguem os mesmos valores. Portanto o grupo de segurança é o grupo que está diretamente em contato com os adolescentes em todos os momentos, assumindo o protagonismo da relação de subjugação, possui, portanto, a hegemonia entre os outros grupos naquilo que representa a condução do cotidiano. Esse grupo exerce controle sobre os adolescentes para conforto de todos, ao ocupar o lugar de linha de frente do embate da subjugação, o que lhe confere autoridade para exercer maior influência no contexto geral das relações locais. Por exemplo, nos momentos de maior crise, com ocorrência de tumulto ou rebelião, no ápice do conflito e da crise, é esse conjunto de servidores que vai enfrentar os adolescentes rebelados. Não raro, ocorrem graves prejuízos à saúde tanto de um quanto de outro, devido a confrontos de ordem física e psicológica.

Importante considerar que numa organização de porte muito grande como a Fundação Casa, e também a variedade de profissionais que possui, estes vão estabelecendo relações de identificação e constituem sentimentos de pertencimento, o que os fortalece enquanto individuo e enquanto grupo, considerando esse jogo de forcas que vivenciam. Quer dizer, se ajustam por identificação a um grupo e isso os fortalecem enquanto indivíduos dentro do complexo institucional.

Neste aspecto Rouchy e Desroche vão mostrar a importância da vida nos grupos como processo de estruturação da psique "para a elaboração de uma identidade ao mesmo tempo singular e coletiva" (Rouchy e Desroche, p. 34). Desenvolvem a diferenciação entre grupos de pertencimento primário e grupos de pertencimento secundários ou instituídos". O grupo de pertencimento primário ou "natural" é aquele de contorno familiar, independente da cultura onde está organizado. Nos grupos de pertencimento secundário, temos por Rouchy e Desroche a seguinte definição:

> Nos grupos de pertencimento secundário é a diferença que organiza as trocas. Efetivamente, trata-se de grupos instituídos em torno dos quais os indivíduos se reuniram. Nesse sentido, diferenciam-se muito do grupo de pertencimento primário, pois sua constituição pressupõe que a individuação seja suficientemente avançada para que existam relações de indivíduo para individuo, e para que haja uma relação de objeto. (Rouchy e Desroche, 2005, p. 34)

Para esses autores, é nesse grupo que os valores instituintes podem ser mudados no contexto da organização ou seja, a mudança na instituição, que está fundada na mudança dos valores instituintes pode acontecer se nos grupos de pertencimento secundário as trocas da representação desses valores forem mudando também, vamos citá-los:

> A questão da mudança não pode se colocar ao mesmo tempo no nível da globalidade de um estabelecimento, pois ele tem como motor os grupos reais de pertencimento. É através da evolução progressiva, em cada grupo de pertencimento e em cada serviço, das mentalidades, das práticas e das atitudes recíprocas, e por sua inscrição no sistema organizado, que novos valores podem adquirir reconhecimento e dar forma a um modo de organização coerente. (Rouchy e Desroche, 2005, p. 60)

Nesse sentido, como vimos, a origem dos valores instituintes acontece essencialmente entre os grupos principais que são, Agente de Apoio Socioeducativo e os adolescentes, com a reverberação para os outros grupos do contexto. O grupo da área da Pedagogia, da Saúde, do Serviço Social da Psicologia também estão inseridos no processo de subjugação, embora apresentem um maior sentido de autonomia. Isso quer dizer que se um desses grupos tenta ser o hegemônico, ele é confrontado pelo grupo da segurança. Então há uma tensão interna na linha horizontal que tem seu eixo na forma de disputas de poder.

Ao mesmo tempo há uma figura de autoridade nesse conjunto que é o diretor do Centro. Como vimos, pode assumir o papel de líder carismático na estrutura organizacional. É a figura da autoridade administrativa, mas nem sempre é aquele que exerce a autoridade sobre esse conjunto de relações tensas, sendo muitas vezes, em casos extremos, expulso daquele lugar: basta se criar uma situação limite que envolva a responsabilização do diretor que este pode perder o cargo. Esses são casos onde o Diretor, por alguma razão, não serve mais aos interesses do grupo corporativista, quer por ser muito exigente em relação ao cumprimento de horários, quer em relação a coibição de práticas de violência, por exemplo. De qualquer forma, há um destaque a esse cargo que, ao estar em pleno gozo de sua liderança, atua como árbitro nos conflitos entre as equipes.

De todo modo o arranjo interno entre os grupos tem como eixo a maior ou menor subjugação de um grupo sobre o outro numa disputa de espaço e poder permanentemente. Evidentemente isso cria um campo de tensão que predomina e determina as ações internas. Nesse processo também é possível pensar como uma hipótese importante o seguinte: os servidores que possuem nível superior nesse conjunto de tensões e relações acabam por ter muita dificuldade em exercer sua profissionalidade que fica intoxicada pelo jogo de poder estabelecido: está inserida em um complexo de tensões que consome boa parte da disposição

psicológica e profissional. Por exemplo, um psicólogo que queira desenvolver uma atividade em grupo com os adolescentes pode não conseguir, pois o grupo da segurança entende que agrupar adolescentes pode ser perigoso pois podem usar esse dispositivo para tramar e combinar uma fuga ou qualquer ato de indisciplina. A Direção geralmente acaba por concordar com essa postura e o grupo de psicólogos se veem sem forças para desenvolver ações específicas de sua área. Qualquer outra atividade que envolva uma possibilidade de alteração do sistema de hegemonia do controle efetivo sobre os grupos é impedida de acontecer. Esses são valores instituintes muito difíceis de enfrentamento pois exige uma ação de todos e diretriz sólida da administração central, calcado em planejamento estruturado e forte desejo de mudança da instituição. Vejamos:

> Esta representação interiorizada, que prevaleceu durante muito tempo sobre qualquer outra leitura da realidade, continua a reger os protocolos e a concepção do tratamento por uma clivagem da doença e do doente que sofrem, e a determinar as condutas dos profissionais e as relações cuidadores/cuidados. Para passar da adaptação à mudança, um trabalho sobre o abandono dos estereótipos, das normas, e dos valores interiorizados, deveria ser efetuado com os profissionais, para que esses "novos" valores possam inscrever-se num sistema de organização do trabalho repensado como um todo. (Rouchy e Desroche, 2005, p. 57)

São indicativos desses valores instituídos o fato de o adolescente estar ali para ser punido e não pode sentir nenhuma forma de prazer. Talvez isso possa revelar uma forma sádica de manter a relação com o adolescente. O adolescente está cumprindo a privação de liberdade para sentir os efeitos da punição, quer seja na sua mente quer em seu corpo. As regras e normas são uma verdadeira obsessão de todos. A disciplina também é um indicador essencial sobre o comportamento do adolescente: o mesmo é disciplinado ou é indisciplinado. Isso pode determinar muito de sua trajetória institucional[42].

Com base nessa reflexão, como apontado no início, nos prontuários dos adolescentes, nas anotações dos psicólogos, o que pode ser encontrado em relação ao que é constituído como valores que demonstrem sua posição nesse conjunto, indicando mudança ou adaptação institucional. Como isso poderá aparecer? O texto dos psicólogos sobre os atendimentos aos adolescentes pode demonstrar suas práticas, a visão dele sobre o adolescente e aquilo que ele desenvolveu como contribuição para o cotidiano, se esteve mais voltado para os sentidos de controles ou voltado a desenvolver nos adolescentes o pensamento crítico e de

[42] O regimento interno da fundação estabelece o padrão das normas a serem seguidas e as sanções aplicadas. Ver Regimento Interno em www.fundacaocasa.sp.gov.br. Data de Acesso: 10/12/2019.

autoconhecimento, tanto no contexto da condição de privado de liberdade, como para sua vida futura. Para a construção metodológica, no terceiro capítulo, retomaremos essa reflexão como elemento inicial da discussão.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

> Não tenho a pretensão de comunicar-lhe a verdade, mas de sugerir-lhe o provável, colocando-o diante da imagem que eu mesmo tenho, honestamente, do real. Dessa imagem participa em boa dose aquilo que eu imagino. Cuidei, entretanto, para que as elasticidades do imaginário permanecessem solidamente presas a esses ganchos que em caso algum, em nome de uma moral, a do cientista, ousei manipular ou negligenciar, e que testei em todos os casos minuciosamente, para confirmar-lhes a solidez. Estou falando dos documentos, minhas provas. (DUBY, 1993, p. 62)

3.1 Objetivo

O objetivo desta pesquisa foi formulado como: analisar o discurso da psicologia formalizado em relatórios de uma instituição de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei entre os anos de 1960 e 2017.

3.2 Definição do material de pesquisa

O material de campo para a presente pesquisa é oriundo dos prontuários dos adolescentes privados de liberdade por conflito com a lei, focando-se sobre os relatórios da área da psicologia, sendo prontuários e relatórios aqui contextualizados.

Os profissionais do atendimento das instituições devem produzir um documento específico que contenha as informações referentes ao usuário[43], permitindo a sua posterior recuperação quer por parte deste, quer por parte dos órgãos autorizados pelo Poder Judiciário e é considerada falha importante o não registro de dados que sejam fundamentais para cada histórico pessoal. Na instituição de acolhimento e privação de liberdade, estes registros são obrigatórios e compõem o prontuário de cada adolescente.

Cada registro pertence a uma espécie documental e deve seguir as suas próprias normas de produção. A Arquivologia assim define:

> "considera prontuário a reunião cumulativa de documentos que acompanham o desempenho dos interessados na sua atuação profissional em cursos, estágios, tratamentos médicos e psicológicos, assim como em programas educativos e de lazer''. (BELLOTTO, 2004, p. 101).

Tendo em conta que os documentos em foco estarão em arquivos que poderão durar décadas, ou mesmo séculos, percebe-se a importância do cumprimento das normas que os regulam, preservando a validade da sua informação. Os documentos produzidos pelos

[43] Nesta pesquisa denominaremos como adolescente o usuário da Instituição de privação de liberdade.

profissionais da Psicologia são regulamentados[44] pelo Conselho Federal de Psicologia, pela Arquivologia[45] e pelas normas internas da instituição onde o documento é criado[46].

É importante notar que a prática da Fundação Casa adotou nomenclatura própria para o termo 'prontuário' – denominando-o 'Pasta'. Neste caso a Fundação reservou o termo prontuário para o arquivo onde se guardavam os documentos originais, sendo as 'Pastas' os arquivos constituídos por cópias, ao quais foi dado o nome 'Pasta Social'[47]. Neste arquivo, Pasta, eram armazenadas cópias de todos os documentos produzidos sobre o adolescente privado de liberdade, quer fossem administrativos – como os ofícios de encaminhamento de documentos – quer fossem relatórios técnicos elaborados por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. Havia ainda outra Pasta, específica para a área da Saúde – com anotações de médicos, dentistas, enfermeiras – chamada Pasta da Saúde. Com esta última o total dos arquivos era formado por uma Pasta Social, uma Pasta da Saúde e um Prontuário.

A Pasta Social foi modificada em dezembro de 2010 através de Portaria Normativa[48] que instituiu o seu desmembramento em seis novas Pastas, atribuindo[49] a cada área profissional a sua própria pasta, conforme a citação da Portaria Normativa:

> 1 – Pasta de Execução de medida: deverão ser arquivados todos os documentos oficiais do adolescente;
> II- Pasta de Serviço Social: deve representar a atuação específica da área, não se caracterizando como mero registro de dados, pois os mesmos devem retratar a análise da complexidade da vida do adolescente e sua família, demonstrando a expressão profissional sobre o adolescente em sua singularidade;
> III – Pasta de Psicologia: deve representar a atuação especifica da área, não se caracterizando como mero registro de dados, pois os mesmos devem retratar a analise da complexidade da vida do adolescente e sua família, demonstrando a expressão profissional sobre o adolescente em sua singularidade;
> IV – Pasta de Saúde: e composta pelos instrumentais, seguindo a ordem estabelecida por profissional da equipe de saúde -auxiliar de enfermagem, enfermeiro, medico, dentista, nutricionista - que possibilita o acompanhamento e evolução dos atendimentos. A ordem e cronológica e a numeração sequencial, por setor. Os Relatórios Médicos, Avaliações

---

[44] Resolução CPF Nº 007/2003 – que revoga a Resolução 17/2002 e institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos, como os que são decorrentes de avaliação psicológica.
[45] A Arquivologia possui um ramo nomeado Diplomática, que é o estudo e normatização dos documentos, sendo exemplo os relatórios utilizados para a nossa pesquisa: Relatório, tipo documental onde se fixam: "Exposições de ocorrências, fatos, despesas, transações ou de atividades realizadas por autoridade, com a finalidade de prestar contas dos seus atos à uma autoridade superior." (Hernandes, 2005, p. 91)
[46] Sobre as normas internas serão apresentadas no capítulo 2 e 3.
[47] N. A. Não existe o termo 'pasta' como espécie documental.
[48] Portaria Normativa 196 de 30 de dezembro de 2010. Esta Portaria foi atualizada pela Portaria Normativa 236 em 29 de dezembro de 2012.
[49] Portaria administrativa da Presidente da Fundação Casa, de 30 de dezembro de 2010, reformulada pela portaria 236 de 29 de dezembro de 2012.

> Psiquiátricas e outras informações medicas devem estar arquivados na Pasta Saúde. Os instrumentais devem estar organizados por área de atendimento;
> V – Pasta Pedagógica: devera conter todos os documentos do percurso escolar e o registro de todas as atividades pedagógicas, segundo a medida socioeducativa;
> VI – Pasta de Segurança e Disciplina: devera conter todos os documentos referentes a Segurança e Disciplina.

Essa nova organização permitiu que cada área profissional pudesse ter um local exclusivo para armazenar os registros das suas práticas. Ao término do cumprimento da medida socioeducativa por parte do adolescente, todas as Pastas são agrupadas e armazenadas em um involucro chamado "Pasta Transporte", seguindo para o local onde serão arquivadas e esse conjunto é denominado o Prontuário do Adolescente.

Como exemplo do sistema até aqui descrito, apresentamos o fluxograma seguinte elaborado pelo Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo, que descreve precisamente o momento em que o Prontuário é criado e recebe numeração, ao longo da trajetória do adolescente pelos órgãos do Sistema de Justiça (Alvarez, *et al* 2009).

Fonte: Alvarez, *et al* (2009)

3.3 O Universo dos Prontuários: o Arquivo geral

No que se refere aos atendimentos em abrigos ou instituições de privação de liberdade, os prontuários do atendimento de crianças e adolescentes na Instituição pública do Estado de São Paulo possuem uma organização baseada em numeração sequencial. O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo em parceria com a Fundação CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – debruçou-se sobre Pastas e Prontuários realizando a sua contagem até o ano de 2007, o que nos permite compreender a dimensão da sua totalidade, conforme demonstrada na Tabela seguinte. Na coluna dois onde é nomeado o Órgão Produtor, estão alinhados os Órgãos Públicos sucessivamente gestores da

questão, chegando até os dias atuais com a Fundação Casa, responsável pelo atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de privação de liberdade.

Tabela 1. Relação quantitativa dos prontuários distribuídos por órgão produtor e numeração.

PRONTUÁRIOS ARQUIVADOS 354.143				
	ÓRGÃO PRODUTOR	PERÍODO DE ABRANGÊNCIA	NUMERAÇÃO	TOTAL
Arquivo intermediário	Serviço Social de Menores a Febem (1)	1938-1990	01 a 38.508-B	**238.504**
	Serviço Social de Menores	1938-1967	01 a 82.700	82.700
	Serviço Social de Menores CESE	1967-1974	82.701 a 99.999 01-A a 14.800-A	32.098
	Pró-Menor Febem (1)	1974-1990	14.801-A a 99.999-A 01-B a 38.508-B	123.706
Arquivo corrente	Febem (2) a Fundação CASA	1990-2006	01-C a 6.000-D	**115.639**
	Febem (2)	1990-2006	01-C a 99.999-C 01-D a 6.760-D	106.759
	Fundação CASA	2007	6.761-D a 15.640-D	8.880

Fonte: Alvares *et al* (2009)

Os prontuários de numeração 01 a 82.700 foram produzidos sob a gestão do Serviço Social de Menores, órgão criado em 1938 com a intenção de organizar, administrar e executar os serviços de assistência social a crianças e adolescentes abandonados e infratores no Estado de São Paulo.

Entre os anos de 1969, data da transferência do Serviço Social de Menores para a Secretaria de Promoção Social e 1974, quando foi criada a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (Pró-Menor), foram produzidos os prontuários que seguem a numeração de 82.701 a 99.999. Ainda no Pró-menor segue-se com a numeração de 14.800-A até 99.999-A, e outra sequência com início em 01B até 38.508B A partir de 1990 foi iniciada outra numeração incluindo-se as letras C e D. Assim, nesse ano iniciou-se de 01C a 99.999C. A sequência inicia-se em 01D a 15.640D sendo contado até o ano de 2007.

3.4 Espécies e Tipos Documentais

Alinhamos os Prontuários segundo os documentos que os compõem, através de um estudo historiográfico inserido na Arquivística, criando uma taxonomia segundo a sua espécie e tipo documental segundo Hernandes (2005):

> Para a realização desta pesquisa optei pela utilização das técnicas desenvolvidas pela Arquivística, em especial, o levantamento dos tipos documentais, por considerá-las as mais adequadas para analisar essa documentação. A tipologia documental, enquanto disciplina específica, e também chamada Diplomática Contemporânea, tem como origem os princípios da Diplomática Clássica, ampliando o estudo dos documentos ao introduzi-los no contexto de suas entidades geradoras. (Hernandes, 2005, p. 8).

A descrição tipológica concorre para a fundamentação do material utilizado nesta pesquisa, dado que esta caracterização identifica o valor institucional dos Prontuários e do seu conteúdo, bem como o valor informativo da sua tramitação.

Segundo Hernandes (Hernandes, 2005, p. 105) a correlação entre Espécie documental e os Tipos que se lhes correspondem está demonstrada no quadro a seguir, e dos quais filtramos somente quatro tipos, que utilizaremos na nossa pesquisa.

Tabela 2. Relação de correspondência entre Espécie Documental e Tipo Documental.

Espécie Documental	Tipo Documental
Relatório Exposição de ocorrências, fatos, despesas, transações ou de atividades realizadas por autoridade com a finalidade de prestar conta de seus atos à autoridade superior.	Relatório atualizado **Relatório conclusivo** Relatório da oitiva informal **Relatório de acompanhamento** Relatório de atualização Relatório de entrega do adolescente Relatório de observação de comportamento Relatório de prosseguimento Relatório de transferência Relatório de visita domiciliar Relatório histórico **Relatório informativo** **Relatório Inicial** Relatório interdisciplinar Relatório interprofissional Relatório psicológico Relatório psicossocial Relatório psiquiátrico Relatório social Relatório técnico

Fonte: Hernandes, 2005, p. 105

Os relatórios destacados foram assim definidos através de documento institucional chamado “O Relatório Técnico”, onde apresenta as seguintes descrições:

> Relatório inicial:
> É realizado, como o nome diz, no momento do início da medida socioeducativa, onde consta o relato da chegada do adolescente, sobre a sua acolhida e contém um diagnóstico ainda inicial.
> Relatório de acompanhamento:
> Este relatório é o registro em um documento chamado formulário de atendimento, e reflete o resultado daquilo que foi o contato entre o profissional e o adolescente. Esse relatório representa o maior número de atendimentos que o adolescente recebe do profissional durante seu percurso na instituição. O relatório de acompanhamento é aquele relato que aparece em maior quantidade, pois reflete os atendimentos regulares ao adolescente, é o que melhor exprime a prática profissional, quer do psicólogo, assistente social, médico, dentista e outros.
> Relatório informativo:
> Este relatório tem a finalidade de comunicar ao Poder Judiciário, principalmente, fatos relevantes ocorridos durante o cumprimento da medida socioeducativa.
> Relatório conclusivo ou de encerramento de medida:
> é um documento de encerramento e único, que encerra o cumprimento da medida socioeducativa por parte do adolescente. Reúne as impressões finais de todos os membros da equipe e o relato do percurso do adolescente desde sua chegada, as suas vivências durante o período da privação de liberdade, o que foi mais importante para ele nesse percurso, qual foi sua evolução. Em termos quantitativos é muito reduzido se comparado com os demais, pois é elaborado apenas uma vez e encaminhado ao Poder Judiciário. Caso o juiz entenda que o adolescente ainda deva continuar privado de liberdade, após alguns meses é realizada uma segunda edição, que receberá os acréscimos de ações decorrentes da análise do magistrado ou do promotor.

A tramitação destes documentos é um ponto fundamental desta pesquisa, pois demonstra a prioridade do fluxo de comunicação que é a troca de documentos com o Poder Judiciário. Sobre este tópico Hernandes afirma que:

> A relação da origem desses documentos com os seus primeiros destinatários demonstra a preponderância da comunicação dos órgãos responsáveis pela custodia dos internos e dos documentos com o Poder Judiciário. Analisando a próxima tabela percebe-se que dos 516 documentos emanados pelo Serviço Social de Menores, Fundação Pro-menos, SOS e Febem, 66 estão sem destinatários (formulários, certidões, etc.) e 132 eram documentos de tramitação interna. Portanto, são 318 documentos expedidos sendo que destes, 244 (76%) destinaram-se ao Poder Judiciário. Da mesma forma, os documentos tiveram origem no Poder Judiciário, excetuando-se aqueles produzidos pelas instituições acima mencionadas, são os de maior número. Deduz-se, portanto, que essa série documental priorizou a preservação dos documentos provenientes da relação dessas Instituições. (Hernandes, 2005, p. 103)

Conforme descrito por Hernandes, a tabela a seguir demonstra os resultados desse estudo.

Tabela 3. Relação de correspondência entre Espécie Documental e Tipo Documental.

Origem / Destino	Poder Judiciário	SSM Pró menor Febem SOS	*1	Família	SSP	Ministério Público	Cartório de registro civil	*2	Menor	Empregador	Não consta	Total Global
SSM Pró menor Febem SOS	244	132	45	8	2	1	8	4	3	2	66	516
Poder Judiciário	14	153	4	2	2						11	186
Secretaria de Segurança Pública	23	6	0		9	4					53	95
Entidade conveniada Instituto Entidade pública	3	62	5	1				1			10	82
Ministério Público	5	4	0									9
Cartório de registro de imóveis e anexos	1	1	0								5	7
Cartório de registro civil		2	0									2
Família		0	1									1
Secretaria Municipal de Higiene e Saúde/ H. psiquiátrico		4	1								5	10
Ñ consta	1	1	0								3	5
Total Global	**291**	**365**	**56**	**11**	**13**	**5**	**8**	**5**	**3**	**2**	**153**	**915**

3.5 A construção do material de pesquisa: O Arquivo da Pesquisa

Utilizar métodos estatísticos num universo composto por 354.143 prontuários (tabela 1) seria privilegiar temas de pesquisa forçosamente ligados ao número de ocorrências, elidindo as relações qualitativas presentes nos conteúdos dos documentos que podem suportar o nosso objetivo – analisar o discurso da psicologia formalizado em relatórios de uma instituição de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei entre os anos de 1960 e 2017. Além disto as amostras teriam a sua representação comprometida pela uniformidade da organização do Arquivo Geral que, desde a sua origem, segue uma combinação de números e letras alheia aos conteúdos dos prontuários e mistura, por exemplo, crianças em situação de abrigo e adolescentes em conflito com a Lei, além de gênero.

Somente em 1990 com a promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) a instituição executora de medida socioeducativa passou a atender exclusivamente adolescentes em conflito com a lei e sob Medida Socioeducativa restritiva e privativa de liberdade – e consequentemente todos os prontuários passaram a se referir sobre adolescentes em conflito com a lei e sob medida Socioeducativa. Esta data é igualitária também para possíveis amostras estatísticas, porque as normaliza exclusivamente em torno dos infratores – mas não permite ainda uma amostragem equilibrada em relação a outras variáveis importantes, como é por exemplo o caso da idade, gênero, cor da pele ou a origem territorial.

De todo modo nos parece mais pertinente a utilização do método qualitativo consoante com nossa referência que se fundamenta na psicossociologia de base psicanalítica, representada por Rouchy e Desroche. Dessa forma temos a nossa metodologia discutida em um processo coletivo de orientação, praticada pelo orientador do programa de pós-graduação em Psicologia clínica do IPUSP num grupo formado por pesquisadores, mestrandos e doutorandos. Da mesma forma, a Banca de Qualificação com suas sugestões e apontamentos, exerceu fundamental influência para elaboração desta metodologia.

Em Outubro de 2017, tendo recebido autorização da Fundação Casa e do Poder Judiciário, iniciamos o contato direto com os Prontuários através do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Casa, responsável pela gestão desse documento. Esse órgão está subordinado à Escola de Formação e Capacitação Profissional que é responsável pela área educacional voltada à formação dos servidores dessa instituição. Chamaremos de Arquivo Geral a totalidade dos prontuários das crianças e adolescentes estando divididos em dois

acervos: um armazenado no Arquivo do Estado[50] e outro no próprio Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Casa. Essa divisão é operacional, pois pela quantidade de prontuários, o espaço do Arquivo do Estado é insuficiente para todos, estando então armazenados parte deles no Centro de Pesquisa e Documentação. Para esta pesquisa foram utilizados prontuários tanto armazenados no Arquivo do Estado quanto no Centro de Pesquisa e Documentação.

O período que compreende outubro de 2017 a agosto de 2018 se refere ao contato direto com os prontuários, sendo esse período definido pelo limite do cronograma da pesquisa, visto que o prazo máximo para depósito da dissertação estar estipulado para maio de 2019. Dessa forma foi calculado o tempo de seis a oito meses para leitura do material da pesquisa e elaboração do texto final. Nesse período foram utilizados dezenove dias em tempo integral para acesso e escolha dos prontuários.

Ao pedido do pesquisador os prontuários eram trazidos para análise no espaço da biblioteca do CEPDOC. O critério inicial foi o temporal, pois como já vimos, os prontuários são organizados por ordem numérica, armazenados em caixas podendo conter nelas diferentes características. Portanto ao abrir a caixa de determinado ano é que poderia saber sobre seu conteúdo, referente a género, idade, situação de abrigamento ou privação de liberdade. A partir da década de 90, as caixas armazenavam recorrentemente prontuários de adolescentes em conflito com a lei, devido a entrada em vigor do ECA.

Nesse procedimento de verificar nas caixas seu conteúdo, verificamos a diversidade de prontuários nelas contidas e vimos a necessidade de separar um conjunto que atendesse o universo da pesquisa, com base no objetivo. Dessa forma separamos trezentos e vinte prontuários de distintos períodos, e chamamos esse montante de Arquivo Intermediário de Pesquisa. A composição desse arquivo se deu por escolhas baseadas a partir de critérios de inclusão e exclusão que descrevemos a seguir:

Critérios de inclusão: tratar-se de adolescente do sexo masculino, adolescentes em conflito com a lei e em situação de privação de liberdade; que constasse algum registro de atendimento da área da psicologia.

Critérios de exclusão: tratar-se de adolescente do sexo feminino, crianças em situação de abrigo e também os que não trouxessem nenhum registro de profissionais da área da psicologia.

---

[50] Esse arquivo é órgão oficial responsável pelo armazenamento e a guarda de toda documentação produzida pelos órgãos públicos do Estado de São Paulo.

O gênero feminino como exclusão foi assim definido devido ao fato de não estarem separados enquanto tal, e seguem o critério de numeração citado, e representa historicamente de 4 a 5 por cento do total dos adolescentes privados de liberdade. Assim seria necessário um acesso a uma quantidade muito grande de prontuários para definir um grupo que contasse com o gênero feminino o que demandaria um tempo muito além do previsto para a conclusão da pesquisa.

Dessa forma a partir do Arquivo Geral, foi constituído o Arquivo Intermediário de Pesquisa, que foi a base de amostra para a construção do que chamaremos Arquivo de Pesquisa, caracterizado por uma concentração de elementos de interesse para a presente pesquisa, tanto pelos seus aspectos formais quanto pelos seus conteúdos Institucionais. Tomamos de Rodrigues a explicação do conceito Arquivo de Pesquisa:

> *De esse Archivo de legajos de las instituciones, donde diriamos que formalmente comienza la investigacion, hicimos uma extraccion, para constituir asi um Archivo de Investigación. Se trata de dos formas distintas – certamente distintas – de entender y tratar los archivos. Pero como veremos en nuetro hay capturas mutuas, hay capturas mutuas entre lo que el Archivo de la Institucion daba a ver y lo que el trabajo posterior de construcion de um Archivo de investigacion volvio visible. (Rodrigues, 2016, p. 42)*

O conceito do Arquivo de Pesquisa apresentou-se como elemento metodológico fundamental, pois nos permitiu reduzir o vasto Arquivo Geral a um conjunto de amostras coerentes com o nosso objetivo. Demonstraremos a seguir o percurso metodológico de construção do Arquivo de Pesquisa.

Como dissemos esta pesquisa esta baseada no método qualitativo e pretende buscar sentido e significado aos fenômenos e objetos através de sua descrição. Tomamos a exposição de Turato:

> Pesquisa qualitativa é multimetodologica quanto ao foco, envolvendo uma abordagem interpretativa e naturalística para seu assunto. Isto significa que os pesquisadores qualitativistas estudam as coisas em seu setting natural, tentando dar sentido ou interpretar fenómenos em termos das significações que as pessoas trazem para eles. (Denzin & Lincoln, 1994 *apud* Turato, 2003, p. 191).

A partir do método qualitativo, a seleção dos prontuários para a constituição do Arquivo de Pesquisa, foi feita com base em quatro eixos conceituais, descritos em seguida.

O conceito de homogeneidade de conteúdos (Hernandes, 2005) permite uma recolha de amostras independente da sua datação e de outros fatores externos, como mudanças

ocorridas na legislação, mudanças de nome, e até mesmo de subordinação – conforme fossem órgãos da administração direta ou indireta. Isto deve-se ao facto de um prontuário manter a sua estrutura tipológica quer seja numa época anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, quer seja posterior. A sua homogeneidade deriva então de os seus Tipos Documentais manterem-se invariáveis, como é o caso dos quatro tipos de relatórios escolhidos referentes à adolescentes em cumprimento da medida Socioeducativa de Internação. Nestes relatórios as modificações tipológicas são tão mínimas que não alteram a sua caracterização devido à sua padronização persistir ao longo do tempo, conforme explica-se na pesquisa de Hernandes:

> […] o que se observa é que os documentos contidos nos prontuários eram muito semelhantes entre si e sempre refletiam as mesmas atividades. Isto confirma o fato de fazerem parte da mesma série arquivística. Essa semelhança garante que uma amostra do todo tem a capacidade de refletir o universo, por sua característica de homogeneidade. Essa homogeneidade dispensa a analise da totalidade dos prontuários, permitindo para o seu conhecimento, um prontuário a cada cinco anos. Optou-se então por adotar esta sistemática. Percebeu-se que um mesmo dossie abrange vários anos, já que compreende todo o tempo de institucionalização do interno. Isto ocorre mesmo depois do ECA, que prevê a internação por no máximo três anos, dado o elevado índice de reinternação. (Hernandes, 2005, p. 99).

O conceito de Saturação Teórica, aqui utilizado como um limitador da quantidade de amostras necessárias, conforme é apresentado em Turato:

> O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Noutras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados. (Fontanella; Ricas; Turato, 2008, p. 17)

Nessa perspectiva, o conceito de Saturação Teórica foi utilizado como filtro para eliminação de redundâncias desnecessárias para se chegar ao Arquivo de Pesquisa, permitindo-nos selecionar material representativo dos conteúdos necessários para a pesquisa, ao mesmo tempo que se apresentam como espécimes representativos de todo o Arquivo Geral.

O conceito de Estudo de Caso foi adotado a partir do modelo apresentado por Rodrigues, como um complemento necessário ao Conceito de Saturação Teórica. Tomar

algum prontuário como Estudo de Caso pode demonstrar a singularidade do sujeito, e que este pode expressar algo universal. Segundo Rodrigues:

> *Um caso es una cosa muy singular, una singularidad. Elegir trabajar con casos es elegir proceder por una exploración y una profundización de las propriedades de una singularidad accesible a la obeservación. Eso es en primer término un caso, tal como vamos a considerarlo nosotros: una singularidade acessible a la observación. Pretendemos extraer de él una reflexión de alcance más general que pueda ser utilizada para alcanzar otras inteligibilidades. Es dicir, como podemos passar de un caso, en tanto cosa totalmente singular, a algo más general que commueva y refiera a un conjunto de otros tantos casos similares y a un campo de saber. Desde esta perspectiva de trabajo pensar por caso viene a discutir los critérios universalistas de las ciências y las ambiciones universalistas de las ciências tradicionales que cruzaron los caminos hacia ciências del hombre. (Rodrigues, 2016, p. 67)* [51]

O Estudo de Caso nos pareceu complementar aos outros eixos citados pelo seu caráter facilitador da passagem do singular ao geral. Em sua prática clínica Freud buscava a construção de um conhecimento cujo alcance está para lá do sujeito único que estava a conhecer, extrapolando a sua singularidade. Os Casos estavam no contexto de uma discussão histórica, filosófica e metodológica para construção de um conhecimento novo sobre a psicologia humana, a metapsicologia Freudiana. Conhecer o Outro como um Caso transforma-o em fragmentos cumulativos de saber, e cada Caso é único, mas encerra em si algo da universalidade humana. (Rodrigues, 2005) Freud publicou fatos e fragmentos de sua prática clínica para explicar conceitos e possivelmente compreendia a impossibilidade de conhecimento total sobre o Outro, como também a possibilidade de universalizar a constituição psíquica do sujeito. No caso do homem dos lobos comenta:

> Naturalmente, um único caso não nos dá toda a informação que gostaríamos de ter. Ou, melhor dizendo, poderia ensinar-nos tudo, se estivéssemos numa posição de tudo compreender e não fossemos compelidos pela inexperiência da nossa própria percepção a contentarmo-nos com pouco. (Freud, [1914] 1996, p. 21).

É importante assinalar que o Estudo de Caso também faz parte das normas de elaboração dos relatórios e, portanto, da prática de atendimento aos adolescentes - conforme será detalhadamente explicado no caso do documento "Relatório Técnico," no Capítulo 4, ponto 4.1.

---

[51] Carmem Rodrigues trabalha com o conceito de caso a partir do trabalho de Jean-Claude Passeron y Jcques Revel, Penser par Cas (Passeron & Revel, 2005)

O quarto eixo é o critério temporal coincidentes aos períodos de seleção dos relatórios em função do marco de implantação de políticas públicas da área da infância e adolescência. A temporalidade representa períodos históricos marcantes quer pela legislação quer pelas Políticas Públicas formuladas para a área.

Destacamos a seguir, considerando a complementariedade entre os quatro eixos, a construção do Arquivo de Pesquisa, que utilizamos como material final para análise.

Demonstramos no capítulo 2 a criação da Política Pública Nacional em 1964 com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor- Funabem, que instituiu a Equipe Multidisciplinar como núcleo central do processo de atuação no cotidiano dos Centros de Internação, com a responsabilidade do planejamento e desenvolvimento de ações diretas com os internos. Esse período tem o Código de Menores como lei norteadora e no Estado de São Paulo vigorava a gestão do Serviço Social de Menores. Estabelecemos assim, um período que compreende o ano de 1964 até 1974 e para o qual escolhemos dois prontuários.

A (Funabem) Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, incentivou e influenciou a instalação nos Estados a criação local da sua Política com a criação de Fundações que seriam a sua extensão no território federativo. A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor nasceu originalmente com o nome Fundação Paulista de Promoção Social do Menor – a Pró Menor - sendo modificada em 1976 para Febem-SP. Identificamos com estes fatos o segundo período de nosso estudo, pois contém o início da implementação da Política Funabem no Estado de São Paulo, se estendendo até a promulgação de nova lei federal e no Estado de São Paulo a gestão a cargo do Serviço Social de Menores. Para esse período entre 1974 e 1990 foi escolhido um prontuário.

A política da Funabem, pulverizada nos Estados através das Fundações Estaduais do Bem-estar do Menor, Febem, perdurou sob a égide da legislação federal, o Código de Menores até o ano de 1990, quando foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA). Essa lei traz a doutrina da Proteção Integral e institui o modelo Socioeducativo para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, uma clara contraposição à lei anterior. Dessa forma de 1990 até os dias atuais, essa Lei Federal prevalece como o principal norteador da Política para a Criança e Adolescente. Contudo faremos um corte, neste caso, até o ano de 2005 pois nesse ano foi marcado na vida institucional, a implementação da política de valorização da legislação vigente, conforme comentamos na Introdução e será também o início do período seguinte. Definimos o terceiro período: 1990 a 2005, para o qual escolhemos um prontuário.

A partir do ECA em 1990 as Instituições de privação de liberdade para adolescentes foram adaptando-se à nova Política sendo que no Estado de São Paulo a Febem passou por um processo de várias gestões com poucos ou mínimos avanços nessa direção. A partir de junho de 2005, assumiu uma Gestão na Fundação Casa, na perspectiva de impulsionar e irradiar o sentido Socioeducativo de atendimento nas relações do cotidiano, como implementação de nova ordem organizacional e institucional, com aprofundamento das práticas e ações de bases Socioeducativas. Portanto vamos chamar esse período como Esforço Institucional, um período particular da história da Instituição com início em 2005 e prosseguindo até 2017, quando a Gestão em vigor produziu um esforço Institucional, investindo na perspectiva de mudança. Nesse caso foram escolhidos dois prontuários.

Os conceitos de Homogeneidade dos documentos, Saturação Teórica, Estudo de Caso e períodos significativos fundantes de políticas públicas para a área, são complementares e foram expostos na demonstração da Metodologia que seguimos, especificamente na formação de nosso Arquivo de Pesquisa e dos seus materiais constituintes. Demonstramos na tabela abaixo para melhor compreensão, a constituição do Arquivo de Pesquisa:

Tabela 2 Quadro representativo do Arquivo de Pesquisa

Período	Órgão produtor	Legislação no período	Nº finalizados	Identificação
1964 até 1974	Serviço social de Menores	Código de menores	2	Prontuários A B
1974 até 1990	Serviço Social de Menores	Código de menores	1	Prontuário C
1990 até 2005	Febem	Eca	1	Prontuário D
2005 até 2017	Febem até 2006 Fundação Casa	Eca	2	Prontuários E F

3.6 Sobre as normativas de elaboração dos relatórios, referências oficiais e institucionais

A comunicação do percurso dos adolescentes na Instituição é formalizada nos relatórios dos profissionais, e no caso dos profissionais da Psicologia de forma particularmente interessante para a nossa pesquisa. Estes relatórios são normatizados por duas entidades - o Conselho Federal de Psicologia e a Fundação Casa – e tem os seus pontos mais determinantes alinhados em seguida. A orientação sobre a prática do psicólogo na área da socioeducação, em particular com o adolescente em conflito com a lei é escassa, sendo geralmente fundamentada em orientações na ordem dos princípios e deveres gerais dando ênfase ao cumprimento de legislações e atenção à vigilância dos direitos humanos nas instituições[52]. Entendemos importante para a análise considerar os documentos orientadores dos relatórios profissionais como parâmetro de sua elaboração. Vejamos as orientações mais diretamente referente aos nossos objetivos.

Por parte do Conselho Federal de Psicologia foi publicada a Resolução CFP nº 007/2003 que determina os princípios éticos e técnicos que os profissionais devem seguir. Considerando ainda os princípios éticos, há uma recomendação que atenta para a necessidade da crítica institucional na percepção do Psicólogo sobre questões da natureza dos Direitos Humanos, que deve ser observada caso a instituição seja geradora de sofrimento psíquico.

Sobre os aspectos técnicos esta Resolução descreve a avaliação como um processo dinâmico e histórico, considerando a constituição do sujeito um processo em movimento, valorizando a constituição do sujeito como resultante de determinações históricas, sociais, econômicas e políticas.

Ainda sobre o fazer do Psicólogo a Resolução CFP 07/2003[53] define as modalidades de escritos possíveis, e destacamos a orientação para construção do Relatório Psicológico em tópicos – Estrutura, Identificação, Descrição da Demanda, Procedimento, Análise e Conclusão – cuja extensa definição extrapola o âmbito da nossa pesquisa.

Outra fonte de orientação situa-se no âmbito da própria instituição, e citaremos três documentos construídos em épocas distintas, que abordam a orientação e normatização da

---

[52] Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação. 1ª edição. Brasília. 2010.
Conselho Federal de Psicologia. A atuação dos psicólogos junto aos adolescentes privados de liberdade. Brasília. 2006.

[53] https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf. Data de acesso: 15/01/2019.

prática dos profissionais da psicologia e outros profissionais, definindo o formato de relatórios.

O primeiro documento referencial foi elaborado no ano de 1998 e chamado "Relatório Técnico". Esse documento foi construído sob a Coordenação da Diretoria Técnica,[54] contando com a participação deste pesquisador como integrante de um grupo que debateu sobre os seus termos. O seu conteúdo está atravessado por determinantes de uma época específica, e pelo entendimento do grupo que aquela altura propôs uma sistematização de conceitos, entendimentos e práticas já consolidadas, assumindo assim um caráter afirmativo conservador. Vale observar que este documento á anterior à Resolução CFP 07/2003 e mesmo a anterior à CFP nº 17/2002[55], e por isto traz um conteúdo com referências à própria prática em vigor. Este documento é estruturado para elaboração de Estudos de Caso, e não indica as formas de possíveis intervenções com o adolescente, com especificidade à prática da psicologia, dando ênfase mais aos procedimentos institucionais.

O segundo documento produzido sob a égide da instituição foi elaborado pela mesma instância institucional, a Diretoria Técnica, sendo divulgado no ano de 2016 como "Orientador da Construção de Relatórios dos Adolescentes"[56]. Para sua elaboração foram chamadas representantes para a formação de um grupo restrito. Deve-se observar que esse documento orientador foi editado dezoito anos após a elaboração do anterior, com a mesma finalidade, e contém não somente algo de direcionamento conceitual da Coordenação, mas novamente, valores, conceitos e entendimento do grupo sobre essa questão.

Este segundo documento apresenta alguns aspectos diferenciados em relação ao anterior, que apresentava como uma possibilidade implícita, agora é explícita, no que se refere à relação com o Poder Judiciário, e se constitui como um fator de orientação, não no sentido de seu conteúdo, mas sim em questões de prazos e atenção ao rigor das práticas jurídicas.

Pode-se perceber a reprodução da estrutura sedimentada no fluxo de documentos. Constata-se o achado de Hernandes (2005) quando observa a repetição tipológica documental, ainda que possa ter sofrido modificações na nomenclatura demonstrando apenas uma atualização da linguagem institucional. Dessa forma temos as seguintes denominações, que

---

[54] Diretoria Técnica é a instancia institucional responsável pela orientação técnica sobre o atendimento a adolescentes privados de liberdade, e responde diretamente à Presidência da Fundação Casa. Organograma em www.fundacaocasa.sp.gov.br. Data de acesso: 22/6/2017.

[55] https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_17.PDF. Data de acesso: 04/10/2018

[56] Diretoria Técnica. Orientador da construção de relatórios dos adolescentes. Fundação Casa. São Paulo. 2016.

encerram os mesmos significados: Relatório Inicial, Relatório Inicial de Cumprimento da Medida – PIA[57], Relatório de Desenvolvimento do PIA, Relatório de Avaliação de Medida.

O terceiro documento foi editado no ano de 2012 chamado Bases de Apoio Técnico para a Psicologia na Fundação Casa[58]. Apesar de cronologicamente ser anterior ao segundo documento, citado acima, entendemos que traz conteúdos importantes na orientação do fazer psicológico, ao indicar para a psicologia prática clínica na instituição. Elaborado por um grupo de psicólogos com a participação deste pesquisador, buscou estabelecer as diretrizes especificas para a área. Apresenta alguma continuidade dos documentos anteriores, baseado nas normativas do CFP como apresentado no item anterior. Contudo traz uma inédita orientação para o profissional dando sustentação à prática da psicologia como possibilidade clínica, sem, contudo, definir, as orientações teóricas para isso, ao contrário, introduzem a ideia de complementariedade de saberes e construções teóricas da psicologia. (Bases, p. 31)

Da mesma forma que faz referência ao sentido de uma clínica, traz uma referência sobre a condição institucional do adolescente, chamando atenção aos objetivos do programa socioeducativo, campo onde a psicologia pode intervir: "Vale ressaltar que as intervenções psicológicas terão um caráter terapêutico e atenderão aos objetivos pressupostos no programa de atendimento socioeducativo, o qual o adolescente está inserido. Assim, o psicólogo baseará a sua atuação no referencial teórico escolhido". (Bases, p. 31)

Esse documento apresenta para o psicólogo a possibilidade de uma prática além da prática rotineira, garante e sustenta uma possibilidade clínica na instituição conferindo-lhe legitimidade e respaldo institucional.

Esses documentos são os orientadores fundamentais sobre a escrita dos relatórios e cada área encontra seu lugar nessa estrutura. É a partir dessa orientação que os escritos são elaborados sem, contudo, determinar o que deve compor cada conteúdo pois trata-se de registrar a singularidade do adolescente, devendo assim cada relatório ser diferenciado. Mas o que trazem esses itens orientadores tanto de um órgão quanto de outro, naquilo que pode transmitir aos profissionais, especialmente os profissionais da Psicologia, no que diz respeito ao significado da mensagem para o Sistema de Justiça, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, é uma questão que podemos estudar com inspiração psicanalítica, e pensar a ligação entre a fala e para quem ela se dirige, que é o processo da transferência que

---

[57] PIA significa: Plano Individual de Atendimento. Essa é uma nomenclatura mais atualizada que aparece com o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE 2012) que é o plano de trabalho que será desenvolvido com o adolescente e está baseado em cumprimento de metas, que são, via de regra, definidas conjuntamente com os adolescentes e família. Sobre isso o capítulo 2 apresenta uma explicação.

[58] Diretoria Técnica. Bases de apoio técnico para a psicologia na fundação casa. Fundação casa. 2012.

para a psicanálise, “designa o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e, eminentemente, no quadro da relação analítica”. (Laplanche 2016). O destino do documento sobre o adolescente é o Poder Judiciário e isso se coloca como estrutura do processo judicial do adolescente e o Juiz está no lugar que tem o poder de decidir sobre a liberdade do adolescente em conflito com a lei e embora não esteja definido na norma escrita está definido na práxis histórica, que os profissionais da Instituição informam sobre ele na sua vivência do cotidiano e sobre tudo que se passa com ele no período da privação de liberdade. A experiência da relação interinstitucional, que não é hierárquica, mas institucional, pode resultar restos não elaborados (Roussillon, 1989) e sedimentar fantasias plasmando um imaginário que se forma como um terceiro orientador. O destinatário habita a imaginação do escriba que traduz, no limite de seu desejo, no linguajar palatável, o processo e percurso do adolescente na condição de privação de liberdade. Nesse sentido pode-se verificar o processo de mudança ou adaptação institucional (Rouchy & Desroche, 2005).

3.7 Forma de análise dos resultados

Para análise dos dados procurou-se cotejar os relatórios com as normativas oficiais e institucionais, assim como os valores instituintes levando em conta como eixo fundamental o destinatário dos relatórios que é o Poder Judiciário como já vimos anteriormente, e tendo como norte o objetivo, analisar o discurso da psicologia formalizado em relatórios de uma instituição de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei entre os anos de 1960 e 2017.

A nossa leitura e seleção dos conteúdos dos relatórios foi seguida de análise cuja inspiração Psicanalítica assentada em Rouchy & Desroche (2005) nos estudos de mudança e adaptação institucional, onde o relatório é uma prática do cotidiano institucional, seu produto, e revela valores instituintes, seus impasses e sua potência. Dessa forma o relatório é visto como se fosse uma síntese dos valores instituintes, tradutor do cotidiano e do percurso do adolescente, tendo o Poder Judiciário como destinatário institucional das informações emanadas das práticas profissionais aplicadas ao adolescente privado de liberdade.

Apesar da longa experiência deste pesquisador na Instituição e tendo acesso aos Prontuários dos adolescentes na sua trajetória profissional, pensar esses documentos como algo para além de instrumentos de Gestão foi um exercício psíquico de reorganização de significações, possibilitando melhor compreensão acerca do imenso material psíquico

constantes nos registros documentais. Isso foi possível devido alternância de representações entre a experiência vivida e a referência teórica, a partir de uma reflexão individual, esclarecendo, portanto, aspectos importantes da constituição das relações e da vida psíquica institucional. Dessa forma para o pesquisador esse processo intrapsíquico, de reflexão e exercício do pensamento na tensão entre a experiência e o teórico, resultou também num avanço intelectual, satisfação do desejo de saber, e achados tardios de elementos evidentes, porém ocultos devido a rotina institucional.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Apresentação e análise: as categorias

Devido a complexa natureza dos conteúdos, e considerando suas repetições, exigiu-se categorização como forma de contenção ao volume e foco de observações possíveis, e também para centrar estas observações sobre pontos pertinentes ao item básico desta pesquisa conforme objetivo lembrado acima. O agrupamento por categorias foi uma opção facilitadora para a organização dos dados, permitindo, portanto, classificar e ordenar grupos que apresentam qualidades homogêneas. Atendendo a isto criamos cinco categorias analíticas de forma participativa, aceitando críticas e opiniões, ao longo do trabalho no grupo de doutorandos e mestrandos conforme anteriormente citado. A funcionalização destas categorias na leitura dos relatórios e documentos escolhidos foi sistemática e será apresentada na discussão a seguir. Cada categoria possui uma vinheta identificada pela letra conforme definido na tabela 2. A seguir passamos a descreve-las:

A) A Psicologia e o indivíduo psicológico.

Na década de 60, encontramos relatos sobre a prática da psicologia, realizada pelo profissional que era denominado Psicologista[59]. São relatos que se preocupam mais em dar informações específicas sobre o adolescente no seu aspecto psicológico, sem preocupação com sua vivência e influências do cotidiano institucional.

Encontramos relato de um "Psicologista" de 1965, sobre um adolescente que fora internado em instituição por estar esmolando na rodoviária: (situação irregular pelo Código de Menores). A característica principal desses relatórios é que não se verifica nenhum vínculo entre o profissional e as relações institucionais onde o analisado se encontra. Pelo texto apresentado vê-se que são profissionais que, apesar de fazerem parte dos quadros do serviço, geralmente serviço público, ocupavam um lugar aparentemente alheio às influências das relações institucionais, realizando avaliações estritamente técnicas, sem a "contaminação" dos valores das relações de trabalho na instituição onde o adolescente se encontrava. Baseavam-se geralmente em testes psicológicos como Beta, Raven, Pfister, PMK, Wechsler.[60] Esses

---

[59] A profissão de Psicólogo viria a ser criada em 1962. (https://site.cfp.org.br/leis_e_normas/lei-n-4-119-de-27-08-1962. Data de acesso: 04/04/2017.

[60] Sobre os testes citados, apresentamos uma breve referência sobre os testes: **Beta**: Ferramenta para a avaliação da inteligência geral. **Raven**: Matrizes Progressivas de Raven utilizados para aferição do Q.I. Foi desenvolvido por John Carlyle Raven na Universidade de Dumfries, Escócia, sendo padronizado e publicado em 1938. **Pfister**: As Pirâmides Coloridas de Pfister - Versão Para Crianças e Adolescentes, se constitui em um instrumento no contexto do diagnóstico clínico, permite compreensão mais aprofundada sobre o modo de ser de cada um, sua

relatórios não apresentavam vinculação dos resultados com a perspectiva da intervenção institucional, como se a psicologia pudesse apenas propor algumas sugestões, pois não iria participar no cotidiano da vida institucional daquele interno.

Essa prática nos parece anterior ao que veio a ser constituído como atuação do Psicólogo no cotidiano. Essa prática de Psicologia representava um caminho de importante saber para o processo de institucionalização do adolescente, na medida em que a partir de um Relatório, se poderia verificar se as condições psicológicas do adolescente o classificavam como estando nas faixas de normalidade apresentada pelos testes ou não. O que poderia definir encaminhamentos para um tipo ou outro de instituição. Portanto essa prática estava longe de significar uma possibilidade de intervenção, sendo esta uma tarefa para profissionais especializados. Vejamos:

> Este menor apresenta nível mental inferior ao termo médio segundo os padrões do (S.A.T.) Serviço de Abrigo e Triagem. Sua percepção se caracteriza pela instabilidade; falta-lhe maturação. Nos traços de personalidade oferece pequena coerência intrapsíquica; seu autodomínio também está diminuído. Os aspectos que nos fornece expressam poucas características da norma dos adolescentes. É um menor que reacionalmente está inibido, mas que constitucionalmente mostra-se ansioso e excitável. Revela possuir um contato do tipo indiferenciado, face às necessidades que possui e inclusive, o mesmo, parece-nos se reger pela satisfação de seus desejos imediatos. É inseguro, com propensão à desforia; no momento reflete certo desinteresse pelo ambiente que o cerca ou, então, oferece redução de sua emotividade. Possui um controle práxico pequeno, fornece disritmia e parece-nos dado à pequenas reações imprevistas, súbitas. (prontuário A)
> O menor possui nível intelectual dentro dos limites da normalidade. Seus conhecimentos informativos são precários e sabe executar apenas operações aritméticas simples. Tem, no entanto, memória altamente desenvolvida, bem como boa capacidade de generalização, abstração e solução de situações práticas. Apresenta forte sensibilidade emocional, grande necessidade de contato e interesse pelo meio ambiente. Há, no entanto, em sua personalidade, mecanismos de defesa e expressão que levaram a um supercontrole dos afetos e a uma redução da extroversão. Há um esforço da personalidade no sentido de manter o equilíbrio psicológico, fato esse que

---

personalidade, habilidades cognitivas e tendências de comportamento no enfrentamento de problemas. **Wechsler**: A Escala de Inteligência Wechsler para Crianças, desenvolvida por David Wechsler, é um teste de inteligência administrado individualmente para crianças entre 6 e 16 anos, conhecido como: WISC. http://www.pearsonclinical.com.br/. Data de acesso: 23/03/2019.

PMK: O PMK é teste psicológico gráfico e expressivo que permite inferir aspectos da personalidade, variações do estado emocional/humoral e aspectos atitudinais. https://www.vetoreditora.com.br. Data de acesso: 23/03/2019.

> traz uma tensão e uma ansiedade contínuas. Apresenta, ainda, um bom potencial realizador com capacidades de perseverança, interesse e atenção. (prontuário A)

Testes utilizados no caso acima: de Inteligência, Wechsler e de Personalidade, Pfister.

Os relatos mostram uma descrição dos resultados dos testes, sendo esta privilegiada em detrimento de um relato analítico ou interpretativo sobre o analisado. Nos parece uma análise dos resultados realizada de maneira muito consistente, contudo, o lugar deste documento na vida institucional de quem é analisado não aparece. Essa prática de Psicologia, no campo institucional, aparecia como uma ciência importante, reveladora das condições próprias do individuo, mas um indíviduo sem considerar a subjetividade no âmbito institucional. Ignorando principalmente a responsabilização pela intervenção, quando necessária, ficando esta a cargo de algum especialista alhures. A ética e a estética são construções históricas dentro da psicologia. É importante apontar que um dos berços da Psicologia situa-se na área da Pedagogia, que, não tendo como objeto a classificação humana, recorre a Psicologia como força auxiliar no desenvolvimento e implantação de modelos de ensino, particularmente no movimento da Escola Novista de Anísio Teixeira no início do século XX, que recorre à biometria e classificação psicológica para organização dos agrupamentos escolares[61]. Portanto cabe pensar que a Psicologia no campo institucional pudesse estar impregnada da histórica Psicologia Psicométrica, o que não foi observado nos anos posteriores. Dessa forma, há uma marca da Psicologia, que cria uma avaliação do individuo que pode permitir ao Psicólogo dizer: você é assim, está nos testes.

B) Seguindo as Regras

A orientação sobre regras e disciplina pode ser verificada no documento institucional chamado Regimento Interno. Esse documento trouxe a regulamentação de uma prática corrente nos Centros de Internação, exercida historicamente, e que passou a ser regulada conforme o Regimento Interno da Fundação Casa[62], fator de organização primordial para a efetivação da programação pedagógica baseado num sistema de controles na intenção de um cotidiano estável.

Em todos os Prontuários lidos encontramos uma marca constante: a referência, em maior ou menor ênfase, ao cuidado do profissional em observar a necessidade de

---

[61] BORTOLOLI, Karen Fernanda e CUNHA, Marcus Vinicius da - Anísio Teixeira e a Psicologia: o valor da mensuração, R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 94, n. 236, p. 32-52, jan./abr. 2013.

[62] O regimento interno foi instituído através da portaria normativa N 224/2012 e a orientação sobre a disciplina é regulamentada no Capítulo VI Seção de I à VII.

cumprimento das regras do cotidiano. Particularmente nos atendimentos individuais essa observação é verificada recorrentemente:

> Nesta data atendemos o adolescente em tela, o qual foi orientado sobre o envio do seu relatório neste mês de acompanhamento e que o próximo dependerá de uma reavaliação desta equipe e de sua adaptação a media socioeducativa e as normas de convivência, ficou aborrecido por estar na expectativa de sair ainda este ano, o que enfatizamos que não existe esta possibilidade.(Prontuário D)
> É importante pontuar que o adolescente coloca-se receptivo às orientações, porém é resistente em cumprir as regras e normas deste Centro de Atendimento, usando de seu lado manipulador para alcançar o que quer, o que estamos direcionando nos atendimentos como algo negativo para seu crescimento pessoal. (Prontuário C)
> Foi passado as normas e regras de convivência para ao adolescente, onde o mesmo demonstrou entendimento alegando que seu primo acabou de sair da Febem (sic); (Prontuário C)
> Ocorre que o adolescente em questão vem apresentando conduta desfavorável e mesmo orientado reage como se não tivesse recebido orientação, descumprindo as regras da unidade, gerando fofocas, trazendo desconforto com os demais colegas da unidade. (Prontuário D)
> Tendo em vista o nome do adolescente ter sido anotado no livro da coordenação devido a indisciplina, convocamos o mesmo para conversar.[63] (prontuário C)
> Novamente o adolescente foi advertido pelas técnicas, uma vez que sempre está envolvido em encrencas com outros adolescentes. (Prontuário D)
> Novamente foi orientado a ter postura em seu modo de agir e postura na forma de andar tendo o mesmo compreendido tal importância. (Prontuário D)
> No dia 20/10 o adolescente novamente desrespeitou as regras da Unidade negando-se a participar da alua de música sem não fosse para tocar o que queria agitando os demais adolescentes sendo que o mesmo foi retirado da sala de aula e conduzido à coordenação para orientação. (Prontuário D)
> Questionado sobre o ocorrido o adolescente afirma que não aceita a forma que as vezes os seguranças falam com os adolescentes e que acabou tirando satisfação com o agente de apoio socioeducativo acreditando ser sua postura inadequada. Orientei o adolescente, no sentido de cuidar de si, de sua medida e do cumprimento das metas de seu PIA, pontuando inclusive que não cabe a ele julgar o trabalho dos agentes, sendo este de competência da direção da unidade. (Prontuário C)

Este relato pode demonstrar que o descumprimento de uma regra máxima como questionar uma postura de um funcionário da segurança mostra valores de controle mais próprios do modelo correcional e menos socioeducativo, na perspectiva da manutenção da subjugação. Isso demonstra indícios de valores adaptativos na medida em que há valorização maior do sentido de controle na dinâmica do cotidiano, típico do antigo modelo.

---

[63] O Livro da Coordenação é um livro onde é relatado qualquer fato ou ocorrência que se julgue relevante para ser analisado e trabalho pela direção ou pelos "técnicos". No caso os psicólogos e assistentes sociais são chamados para abordar o adolescente e ver com ele a razão da indisciplina e buscar corrigir esse comportamento. Possui certamente um significado de controle.

Outra forma de abordar as normas e regras é pela sua exaltação quando o elogio é valorizado tendo como significado exemplo de comportamento e expectativa do que se espera de um percurso institucional:

> Atualmente o aluno apresenta comportamento adequado, condizente com as normas e regulamentos desta U.E. (unidade educacional) está frequentando a 2 série do Curso Supletivo e participando com rendimento no Setor de Agricultura. Participa das atividades esportivas e de lazer. Demonstra bom relacionamento com alunos/e funcionários. (Prontuário B)

Esses relatos da norma e da regra parecem conter uma preocupação em comunicar observações de caráter benéfico. Aquele que está ajustado às regras está cumprindo a medida de internação sem que algo de negativo seja dito sobre ele, e assim deverá, provavelmente, ter o cumprimento da sua medida no menor espaço de tempo possível.

Para o conjunto dos servidores o que está sendo relatado pode também expressar um sentido de proteção coletiva, na medida que o ajustamento ao sistema de controles, indica um menor risco de situações de perigo, como tumultos e rebeliões. Dessa forma através de um pacto compartilhado e não verbalizado entre todos sobre a abordagem da norma, a união contra fantasmas e fantasias de destruição podem operar e serem abordados nos espaços intersticiais para alívio de angústia inconsciente de destruição. Para Roussillon "o que é feito ou dito no interstício é reservado, depositado, a fim de ser conservado, congelado ou imobilizado. De acordo com o grau de angústia, o interstício é então o lugar do segredo ou do enquistamento." (Roussillon, 1989, p. 168)

Tomemos um relato que apresenta uma escuta, mas ao mesmo tempo há uma ruptura na continuidade do relato emotivo do adolescente para reforçar a necessidade de regras:

> Realizamos atendimento ao adolescente onde o mesmo comentou sobre sua rotina na unidade e sua participação e colaboração nas atividades propostas. Comentou que neste último final de semana recebeu visita do seu pai, enfatizando que desde que fora internado, mesmo em outras ocasiões, esta foi a primeira visita de seu genitor. Ressaltou que se sentiu muito comovido, e que ambos ficaram emocionados. Orientamos o garoto quanto a comportar-se devidamente com o intuito de permanecer afastado de intercorrências negativas e adversidades. (Prontuários C)

Aparece aqui um desvio do campo emocional, apresentado pela fala do adolescente sobre um encontro com o pai, ocasião de emoção devido a um primeiro encontro e quando a orientação ao adolescente foi em relação a comportar-se devidamente. Pelo texto há ruptura de um discurso e de escuta.

C) O arrependimento.

Arrepender-se é uma preocupação, algo pode ter operado no adolescente durante o processo de cumprimento da medida de internação, e a declaração de arrependimento o habilita para o caminho da desinternação: a privação de liberdade cumpriu seu objetivo. A declaração de arrependimento é um prêmio para os profissionais, pois trata-se de matéria de foro íntimo, que acontece como um insight do adolescente, sem que nada precise ser feito para ele chegar a essa atitude. Pode ser uma ação, inclusive das Igrejas que realizam atividades nos Centros de internação, que tenha feito despertar nele o arrependimento. Está assim resolvido o processo socioeducativo, caso tenha bom comportamento. A Psicologia se conforma com essa demonstração, aceitando que algo fora de seu conhecimento possa ter operado na vida psíquica do adolescente bastando sua declaração para compor o corpo do relato. O arrependimento pode assim operar como se fosse uma espécie de substituto da responsabilização pelo ato infracional praticado. A constatação do discurso do arrependimento por parte do adolescente aparenta uma análise e escuta psicológica, contudo, não deixa transparecer isso no relato, algo que tenha operado no adolescente, ressignificando a prática do ato infracional. Nesse sentido o arrependimento pude significar algo próximo ao confessional, como hipótese, devido à presença de cultos e práticas religiosas no cotidiano.

> Quanto ao ato infracional, demonstra arrependimento e vem tecendo crítica em relação aos atos pretéritos, refere que tinha rotina ociosa e com associação a pares negativos. Hoje ele reconhece que não fez boas escolhas e demonstra compreender os prejuízos advindos de suas ações. (Prontuário E).

D) Sim, é possível a escuta

Apesar da referência às regras, percebe-se uma escuta e uma possível preocupação sobre a prática da Psicologia como lugar de escuta, promovendo mudanças do adolescente na situação de privação de liberdade, além da preocupação com a sua vida psíquica. Sobre esse aspecto os relatos dos psicólogos que apresentam uma preocupação com o mundo interno dos sujeitos e sua relação com sua família e sociedade, são mais típicos das épocas recentes, especialmente nos anos de 2015, 2016 e 2017. Pode indicar uma aproximação maior com (prontuário E)

Como podemos ver:

> O adolescente apresenta pensamento com forma, conteúdo e curso sem alterações, boa expressão de suas ideias e angústias, participativo nas atividades propostas em sua agenda individual. (Prontuário E)

Ainda que munido de uma linguagem mais própria, típica dos laudos no campo Psiquiátrico, neste relato verifica-se a escuta buscando uma observação referente à sua saúde mental, a preocupação com a condição e com possibilidade de cumprimento da medida de internação de maneira a vivenciar menos conflitos e sofrimento psíquico.

No relato seguinte podemos perceber a escuta e a busca de vinculação com o adolescente, e também a busca de um enquadramento pois, na condição de privado de liberdade, a prática de ato infracional é o início e o fim do cumprimento de medida de internação.

> O adolescente falou das experiências de trabalho, atuava em lava rápido. Gosta de trabalhar. Pergunto por que deixou suas atividades laborativas para se envolver com ato infracional. Não soube responder. Devolvo a ele que o percebo bastante reservado, é importante falar sobre suas vivências para que possamos refletir sobre seu envolvimento com atos infracionais. (Prontuário E)
> No que se refere à avaliação individual durante o processo socioeducativo pode-se apreender que o jovem é tímido, aos poucos é que foi estabelecendo uma relação de confiança a ponto de conseguir abordar sua vivência. Apresenta vinculação afetiva com todos os membros de sua família, estando mais próximo da genitora e irmãos; o adolescente tem convivência respeitosa com o padrasto que também acompanhou seu processo socioeducativo através de visitas ao Centro. Não se observou vivência significativa no meio infracional, visto que o jovem não apresenta representações ligadas ao meio delitivo e manteve relacionamento estável e respeitoso com toda a equipe do Centro e com os demais adolescentes, sem envolvimento em situações de indisciplina ou conflitos. Não se observou a existência de demanda psicológica profunda, sendo a separação dos pais vivência que lhe gerou sofrimento e incompreensão, todavia, apresenta indicações de superação e ressignificação dessa experiência. (prontuário E)

As evidências de uma possibilidade de escuta irrompem ainda que timidamente, do lugar do discurso da ordem, e mostra que o lugar da Psicologia pode ser conquistado, trazendo a escuta para um resgate do fazer psicológico e isso ser traduzido na linguagem da psicologia.

E) A presença da ausência

No capítulo 2 verificamos a presença de grupos externos atuando com os adolescentes, quer no campo da idealização que ele traz, quer na participação direta do adolescente em atividades. No primeiro caso nos referimos à presença das representações e atitudes dos adolescentes em relação a organizações consideradas criminosas, e no segundo caso à presença e atuação de igrejas predominantemente evangélicas.

Tratam-se de assuntos não apropriados pela área da Psicologia, pois não aparecem nos relatórios, especialmente aqueles analisados no período de 2005 a 2017, onde essas organizações foram tomando fôlego e, ao menos no campo simbólico, surgiram no cotidiano de alguns Centros de internação, como relata Moreira:

> Desceu uma ordem daqui do São Camilo, a maior favela de Jundiaí. Veio a ordem, chegou de manhã, os funcionários já tava tudo...o negócio tava pegando em tudo quanto é cadeia e os funcionários tava cabreiro, tanto que só ficava dois no pátio e as mulher tudo pra fora. Aí eu cheguei num funcionário e falei: ó, é o seguinte senhor, não vai sair da cadeia, certo? O senhor vai ficar aqui dentro, não é pra deixar as funcionária entrar. Bom, a ordem que desceu era pra estourar e ir embora. A base era estourar, se der pra ir pro mundão, é mundão. Se não der, bate de frente com os caras [os funcionários], mas representa. A ordem era representar. Falamos pra população: o bagulho vai pegar. Deu umas 10 horas da manhã, nóis falou: é agora (Pedro, UI-29, complexo de Franco da Rocha). (Moreira, 2011, p. 69)

Dessa forma o ato infracional acaba sendo relegado a um plano secundário, e não raro é tratado como um fato não ressignificado pelo adolescente, pois os profissionais da psicologia não abordam o significado que possa ter em sua vida naquele momento. Se abordam, e isso é trabalhado na vida psíquica do adolescente, ainda assim não surge no seu relato. Ao mesmo tempo é possível que algum adolescente tenha uma relação mais próxima com a criminalidade, através de membros da família como os pais ou irmãos com percurso no crime, ou que se tenham vinculado a organizações criminosas. O adolescente pode ter um ideal de eu representado na figura da criminalidade por identificação com membros da família ou outras figuras que conhece, significando uma potência que quer vivenciar, ou que já tenha vivenciado por estar em conflito com a lei e privado de liberdade. Aspectos dessa subjetividade estão ausentes nos relatórios analisados e por alguma razão não são abordados como vida psíquica do adolescente traduzindo o que pode significar a culpabilidade do ato infracional, a vinculação real ou imaginaria com grupos externos organizados. Trata-se de uma questão complexa, pois a abordagem do ato infracional pode despertar fantasias paranoides no grupo, e possíveis reações psíquicas poderiam ter significado para o adolescente como algo perigoso. Nesse sentido fica prejudicada a relação estabelecida entre o adolescente e o profissional, pois a principal razão da perda de liberdade do adolescente e sua institucionalização, é o próprio ato infracional, que acaba tendo uma análise superficial, pois não é abordada a identificação entre o adolescente e o crime, ou com pessoas representadas de forma ideal dentro de seu campo de sociabilidade. Possivelmente são realidades percebidas, vividas pelos Profissionais que potencialmente podem criar fantasias paranoides tanto em um (adolescente) quanto em outro (servidor) e, não sendo metabolizadas, abordadas como

programação de intervenção, ficam submersas na vida psíquica coletiva. Portanto buscar a sua identificação na vida delitiva com figuras do crime, pensando na ressignificação desse ideal, sem que isso corra o risco de sofrer interpretações na relação com o grupo de convivência e com o Poder judiciário, pode valorizar a prática da área da Psicologia em sua função institucional.

Há uma expansão da religião para além dos templos, em direção às instituições sociais, numa tentativa de homogeneização da moral e do comportamento social com base nos preceitos evangélicos,[64] o que para uns pode representar um projeto de poder. No caso da Fundação Casa, a presença é marcada por visitas de membros da igreja aos adolescentes, e pode ocorrer a própria família trazer a questão religiosa para o contexto do ato infracional. Mas a força maior vem da presença crescente de pastores em todos os Centros de Internação, com horários e espaços reservados para realização de cultos e conversas com os adolescentes. O que era um momento de garantia do direito à assistência religiosa, passou a ser uma ação intensiva. Buscando regulamentar essa participação a Direção maior da Fundação publicou Portaria Normativa,[65] porém não foi possível saber o que esta Portaria traz para a vida institucional e psíquica do adolescente na situação de privação de liberdade, pois disso também não se fala. Ao menos nos relatórios não se fala da vivência religiosa, da sua influência na vida dos adolescentes, mesmo que isso tenha sido abordado, a significação e o quanto possa ter gerado de marcas influentes na sua vida psíquica, é um saber carregado intimamente e sobre o qual não se fala. Portanto são duas ausências presentes nos relatos sobre a vida psíquica dos adolescentes armazenadas como restos psíquicos (Roussillon, 1989) dos profissionais que com ele convive, e não simbolizadas poderiam explicar atos e práticas de ataques mútuos tanto envolvendo tanto servidores quanto adolescentes.

É muito importante observar que apesar do documento oficial do CFP referido (Resolução CFP nº 07/2003), em suas bases éticas, indicar que os relatórios devem apresentar uma visão crítica da instituição, tanto no arquivo intermediário de pesquisa quanto no arquivo de pesquisa, não foram encontradas essas análises.

---

[64] https://www.revistaforum.com.br/o-plano-de-poder-do-bispo-macedo/ Data de acesso: 10/05/18.
[65] Portaria Normativa nº 305 de 16/09/2017.

CONCLUSÃO

Desde a criação do Código de Menores em 1927, a lei Melo Mattos, até 1990, com a promulgação do ECA, tivemos uma persistência histórica da doutrina da Situação Irregular por 63 anos, sendo a referência legal praticada pelo Poder Judiciário até 29 anos atrás. De 1990 até o momento temos 29 anos da doutrina da Proteção Integral, portanto, quaase metade do tempo de duração da doutrina da Situação Irregular. Até o momento a Sociedade está sustentando a doutrina da Proteção Integral que dá sustentação legal ao modelo Socioeducativo e, incluindo-se a promulgação do SINASE em 2012, teremos nove anos da lei que impulsiona o Estatuto da Criança e do Adolescente. É o tempo da história é o tempo social.

A intenção e objetivo central desta pesquisa é: analisar o discurso da psicologia formalizado em relatórios de uma instituição de privação de liberdade de adolescentes em conflito com a lei entre os anos de 1960 e 2017. Os valores transcritos nos relatórios nos levam a pensar que no contexto institucional, nas relações do cotidiano, sobrevivem os valores instituintes do velho regime Correcional Repressivo alojados no ventre do ambiente socioeducativo. Como se fosse um campo de resistência que perdura no tempo, em alguns aspectos travestido pela linguagem mais atual colocada na instituição. Quer dizer, a apropriação de uma linguagem corrente, atualizada com significados de técnicas e valores distintos, se opondo aos praticados tradicionalmente, e que demonstre por outros meios que as práticas anteriores persistem, nesse sentido há adaptação.

Há relatos nos relatórios que buscam escuta da vida psíquica do adolescente tentando compreender a sua subjetividade, mas ao mesmo tempo apresentam uma possível limitação imaginária que opera como balizador na construção do texto.

A tradução de um processo psíquico para o linguajar corrente, estruturado e sedimentado, não encontra brechas no diálogo interinstitucional: a linguagem da psicologia é configurada e conformada no decorrer do tempo mantendo-se num padrão de conteúdos que pouca alteração sofre entre os períodos analisados. Afora os anos iniciais da década de 1960, com os relatórios dizendo sobre uma psicologia com sustentação ainda na psicométrica, os relatórios que se seguem a partir da década de 1970 em diante, vão se construindo e se consolidam com o formato, tanto como tipo documental como vimos (Hernandes, 2005) quanto na construção do relato sobre seu objeto de trabalho, visíveis nas categorias que encontramos.

Existem Prontuários, contudo, onde se manifesta a preocupação com o adolescente, com sua saúde, com sua evolução, com sua promoção enquanto cidadão e em fase de passagem para a vida adulta que precisa de apoio e ser ouvido e compreendido e ter atenção em sua vida psíquica dentro da instituição. Nos relatos que destacamos, (Prontuário F) demonstra-se a tentativa de escuta e compreensão do adolescente, de ajudá-lo a superar dificuldades possivelmente da ordem do narcisismo primário. Os relatos também demonstram que acabam conseguindo estabelecer uma relação e um vínculo de superação, ou ao menos acabam por conhecer as dificuldades de ordem psicológica - quer na relação familiar, quer na vida intrapsíquica - que precisam de atenção.

Ainda que de forma restrita é sabido na instituição que a Psicologia pratica e desenvolve ações no campo da intervenção Psicológica por meio de dispositivos grupais, ou individuais. Ainda que sem saber elaborar há também equipes que buscam acessar e compreender os restos das relações do cotidiano, através de conversas sobre o trabalho. Os espaços intersticiais, Roussillon (1991) são espaços tempo privilegiados como alívio da angústia predominante, na ausência de espaços comuns e coletivos de elaboração dos conflitos do cotidiano. No dizer de Rouchy & Desroche possivelmente estamos diante de um caso típico de adaptação institucional:

> Um critério simples permite distinguir o que seria do domínio da adaptação e o que resultaria da mudança: os valores instituintes (que tomaram forma e se atualizaram numa certa época em dado sistema de organização) são questionados? Novos valores instituintes tem lugar na concepção de um novo sistema de organização? Trata-se então de uma mudança de estrutura, mas também dos valores, das representações, das normas e das regras de funcionamento interiorizadas pelos profissionais, da identidade profissional, dando lugar a algo de novo no processo de identificação. (Rouchy & Desroche, 2005, p. 56)

Assim colocado, nos documentos analisados não se verifica críticas aos valores institucionais, embora muitas críticas ao sistema institucional aparecem nos interstícios.[66] Contudo na contradição entre o que se fala fora do contexto e os relatórios, deixando de abordar elementos institucionais tradicionais, indica adaptação.

Os relatórios analisados prescindem da comunicação do fazer psicológico, no sentido da expressão exclusiva da linguagem da psicologia e não se sabe, se algo além do apresentado é realizado. O que dizem sobre o adolescente sob a ótica da psicologia senão algo que não é transportado pelo linguajar específico que a identifique? Quer dizer, o relatório pode implicar

[66] Como gestor da área da saúde nessa instituição, este pesquisador vivenciou vários encontros com psicólogos e a crítica ao sistema aparece, contudo fica restrito a um campo fechado e impedido de se irradiar.

que há expectativa de todos, que a medida socioeducativa deixe marcas no adolescente, condizentes com os “valores sociais aceitáveis”. (prontuário C) Ao mesmo tempo é esperado, como sentido da medida socioeducativa, que o adolescente passe por uma evolução no período da privação de liberdade, devendo ter a chance de superar dificuldades de ordem educacional, saúde física e psicológica e isso é base de dialogo e interlocução com o Poder Judiciário, a quem no dizer de (Hernandes, 2005) a equipe técnica (incluindo-se os psicólogos) está colocada na posição de prestação de contas ao Poder Judiciário, sobre o sucesso ou insucesso do cumprimento da medida socioeducativa.

Dessa forma a elaboração do texto psicológico provavelmente se inscreve naquilo que concerne ao campo da mensagem institucional inscrito nos significados de leitura esperada pelo Poder Judiciário, o que pode caracterizar-se como uma relação interinstitucional de caráter conservador, onde os papeis estão sedimentados, ocupando a psicologia uma posição típica do modelo controlador e menos respondendo aos valores socioeducativos. Quer dizer, os relatórios da área da psicologia, mostram, pelas categorias encontradas, uma maior aproximação com valores instituídos típicos do modelo correcional repressivo, do que socioeducativo. Porém ao mesmo tempo, percebe-se o sentido de defesa do adolescente, como se seu advogado fosse, quando nos relatórios aparecem a perspectiva de desinternação do adolescente com indicativos importantes sobre sua evolução, fazendo jus portanto, ao encerramento da medida privativa de liberdade. Essa observação se fundamenta no processo histórico de evolução da equipe multiprofissional, que assumiu esse papel ao longo do tempo, condizente com sua condição de formação superior. (Lima, 2014).

Os relatórios demonstram uma aceitação daquilo que demonstram sobre o adolescente sem críticas ao próprio modelo. Rouchy e Desroche dizem que a análise institucional, é quando pode-se questionar a prática em relação aos princípios instituintes, criando a possibilidade de acionar força motriz para a mudança. Quer dizer, o cotidiano é constituído por valores que atravessam todos os grupos que se organizam para sua manutenção por um pacto denegativo Kaes (1991) consolidando um modelo baseado em valores geradores de conflitos e tensões onde não se interroga sobre sua validade como satisfação profissional e psicológica para o grupo.

Dessa forma é necessário o desenvolvimento e a consolidação de uma linguagem técnica, compatível com essa situação, com a possibilidade de nomear e expor em palavras algo importante da vida psíquica do adolescente que possa mostrar ao Poder Judiciário, o valor daquilo para o progresso da medida socioeducativa e também perdure para a sua vida. De fato a presença da psicologia nas instituições de privação de liberdade remontam há mais

de quarenta anos e segue buscando seu lugar num percurso de oscilação entre o modelo correcional repressivo e o modelo socioeducativo, e ainda está por se constituir como práticas de escuta, de trazer conteúdos latentes para manifestos, buscar e explicitar conflitos do seu âmbito no cotidiano, e resolve-los dentro do limite institucional.

Por fim mesmo a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 os relatórios da área da psicologia passaram por uma mudança tímida, não obstante a criação da pasta específica dessa área em 2012, persistindo ainda os valores instituintes prevalentes antes do modelo socioeducativo. Este, é fundado em valores e princípios que buscam na área da psicologia um interlocutor importante, visto tratar-se a privação de liberdade de condição propícia a influir na saúde mental de quem a experimenta, sendo a vivência institucional, nesse caso, merecedora de atenção e continência sobre os agravos que daí podem decorrer. Nesse sentido, à luz de Rouchy e Desroche, podemos compreender nesta pesquisa que os relatórios mostram que há mecanismos de adaptação institucional na área da psicologia e que todo o sistema se articula em direção à adaptação institucional, e prescinde de reconhecer e valorizar a área da psicologia como prática especial no modelo socioeducativo.

De todo modo, a psicologia no percurso institucional, mesmo na lentidão típica de instituições de privação de liberdade, precisa desenvolver seu modelo e uma linguagem institucional no contexto socioeducativo que se fará reconhecer pela prática psicológica, liberta do linguajar recorrente. A reorganização dos valores instituintes passam pela ressignificação das práticas dos grupos institucionais, incorporando outros valores, possibilitando outro arranjo no inconsciente no grupo e um outro papel institucional para a prática da psicologia.

Finalizamos com a observação de que nesta pesquisa, que buscou compreender o discurso da psicologia formalizado em relatórios de instituição privativa de liberdade de adolescentes em conflito com a lei, não foi possível identificar, devido em parte à construção metodológica, as razões e motivações que levaram a psicologia a utilizar-se de uma linguagem estruturada num formato constante em distintas épocas prescindindo de sua linguagem típica concernente ao modelo teórico praticado o que poderia dar uma pista indicativa das razões originais da adaptação institucional. Mesmo os orientadores oficiais suportando uma prática com seus fundamentos legais e institucionais, não se mostraram suficientes para sustentar e dar fluxo ao linguajar da prática típica da psicologia, tendo-se nos valores instituintes uma predominância prioritária refletidos nos relatórios analisados. Dessa forma, neste momento, fica um caminho aberto para a busca de aprofundamentos e

pressupostos das razões inconscientes, não somente dos profissionais, mas do coletivo institucional, dos grupos que compõem a instituição, que organizam e consolidam uma aliança que perdura há décadas. De todo modo fica a perspectiva que este trabalho possa, em algum momento, contribuir para a área da psicologia no percurso histórico que ocorrerá que é a passagem do modelo correcional repressivo para o socioeducativo, no inexorável processo de mudança institucional.

Referências

ALVAREZ, Marcos Cesar; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; SALLA, Fernando Afonso; PAULA, Liana de; CUKIERKORN, Mônica Moreira de Oliveira Braga. **Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do "Complexo do Tatuapé"** (São Paulo/ SP, 1990 – 2006). Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 1 (1): xi-xxxii, 2009.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VAHL, Mônica Maciel. **A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização.** Conjectura, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago. 2012.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivos.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

FREUD, Sigmund. **Obras completas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____1931. **O mal-estar na civilização** (Obras Completas volume 18). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____1921. **Psicologia das massas e análise do eu** (Obras Completas volume15). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BROIDE, Jorge. **Psicanálise nas situações sociais críticas. Violência, juventude e periferia: em uma abordagem Grupal.** Curitiba, PR: Juruá, 2010.

CASTANHO, P de C. G. **Um modelo psicanalítico para pensar e fazer grupos em instituições.** Tese de doutorado em Psicologia Clínica apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com orientação do Prof. Dr. Luís Claudio Figueiredo, São Paulo, 2012.

Conselho Federal de Psicologia. A atuação dos psicólogos junto aos adolescentes privados de liberdade. Brasília. 2006.

Conselho Federal de Psicologia. Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação. 1ª edição. Brasília. 2010

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas.** Conceitos e Princípios Norteadores – Brasília, Secretaria especial de direitos humanos, 2004.

Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html Data de acesso: 12/01/2018.

Diretoria Técnica. Bases de apoio técnico para a psicologia na fundação casa. Fundação casa. 2012.

Diretoria Técnica. Orientador da construção de relatórios dos adolescentes. Fundação Casa. São Paulo. 2016.

DUBY, Georges. **A história continua.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, UFRJ, 1993.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação.** *In:* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-54, 1994.

ENRIQUEZ, Eugene. **Vida psíquica e organização.** *In*: MOTTA, Fernando & Maria E. FREITAS. RJ: Vida Psíquica e Organização Editores, FGV, 2000.

FERNANDES, M. Inês Assumpção. **Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FONSECA Sérgio César da. **O instituto disciplinar do Tatuapé e a infância em conflito com a lei na cidade de São Paulo (1890-1927).** Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Fundação Casa: Centro de atendimento socioeducativo ao adolescente. www.fundacaocasa.sp.gov.br. Data de acesso: 10/10/2017

FRASETO, Flavio. GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. BOTARELLII, Adalberto. BARONE, Rosa Elisa Mirra. Gênese e desdobramentos da lei 12.594/2012: Reflexos na ação socioeducativa. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2012 (6): 19-72

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

HERNANDES, Silvia Coelho. **Mãos para trás e cabeça baixa. Tipologia documental dos prontuários das crianças e adolescentes internos na Febem/SP (1938-2004).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História Social. São Paulo, Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Liberalli Bellotto. São Paulo, 2005.

JESUS, Neusa Francisca de. **A vida cotidiana dos adolescentes em conflito com a lei e o envolvimento com práticas delitivas**. São Paulo: Expressão e Arte, 2014

O Cruzeiro Revista. https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Cruzeiro_(revista). Data de acesso: 15/04/2019.

LEI N.º 4.119 – DE 27-08-1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. LEI N.º 4.119 – DE 27-08-1962. https://site.cfp.org.br/leis_e_normas/lei-n-4-119-de-27-08-1962/. Data de acesso: 22/02/2018.

DECRETO-LEI Nº 3.799, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html. Data de acesso: 22/02/2018.

KAËS, Rene. **As alianças inconscientes.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

KÄES, Rene *et al.* **A instituição e as instituições.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

KAËS, Rene. **Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo.** São Paulo: Loyola 2011.

KAËS, Rene; BLEGER, J; ENRIQUEZ, E.; FORNARI, F.; FOUSTIER, Paul; ROUSSILLION, Rene; VIDAL, J. P. **Espaços e práticas institucionais. O quarto de despejo e o interstício.** *In* A Instituição e as Instituições – estudos psicanalíticos. São Paulo: Caso do Psicólogo. 1991.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. **Vocabulário de psicanálise.** 9ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

Legislação Federal, Portaria n. 125, de 10 de junho de 1953. https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3260925/pg-26-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-06-1953. Data de acesso 22/11/2017.

Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html. Data de acesso 22/11/2017.

Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Data de acesso 22/11/2017.

Lei 844 de 10/10/1902 – Autoriza o governo a fundar um instituto disciplinar e uma colônia correcional. https://www.al.sp.gov.br/norma/64935. Data de acesso 05/01/2018.

LIMA, A. L. G.; RODRIGUES, Flavia Silvia. **Instituições de assistência a infância no Brasil nas décadas de1880 a 1960: um estudo da legislação federal.** *In:* II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. II Congresso Brasileiro de História da Educação - História e Memoria da educação brasileira. Anais. Natal: Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002. p. 11-466.

LIMA, Juliana Vinuto. **Entre o "recuperável" e o "estruturado": classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo para obtenção do titulo de Mestre em Sociologia. Prof. Orientador: Prof. Dr. Marcos César Alvarez. (Versão corrigida) 2014.

LIMA, R. P. **Reflexões sobre as práticas diagnósticas dos profissionais das equipes interdisciplinares da CASA do Estado de São Paulo.** *In:* O Discurso do Profissional do Social: Contradições e Contribuições, São Paulo, Pontifícia da Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente - NCA, 1996.

MOTA, Cândido N. N. da. **Os menores delinquentes e o seu tratamento no Estado de São Paulo.** São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1909.

O Relatório Técnico. Diretoria técnica. Febem. São Paulo: 1998.

Orientador da construção de relatórios dos adolescentes. Fundação Casa. Diretoria Técnica. São Paulo: edição interna. 2016

POE, Allan Edgard. **A queda da Casa de Usher.** *In:* Contos de Imaginação e Mistério. São Paulo, Tordesilhas. 2012.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade** (1964 – 1979). IBCCRIM. São Paulo. 2001.

ROUCHY, J. C.; DESROCHE, M. S. (2004) **Instituição e mudança: processo psíquico e organização.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica.** São Paulo: Atlas editora, 1990.

TYGEL, Daniel. **O que é economia solidária.** Revista Forum Brasileiro de Economia Solidária. https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria. Data de acesso em 10/02/2018.

VIOLANTE, M. L. V. **O dilema do decente malandro: a questão da identidade do menor**. CASA. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez, 1984.

YOKOMISO, Celso Takashi. **Violência e descontinuidade psíquica: um estudo sobre a Fundacão Casa.** Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Psicologia. Orientadora: Profa. Titular Maria Inês Assumpcão Fernandes. São Paulo: 2007

WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e delinqüência.** São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1987.